



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL
MESTRADO PROFISSIONAL

SÓSTENES AROEIRA DA LUZ

**O CENTRO PÚBLICO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO RECÔNCAVO NO
CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: DESAFIOS E
CONQUISTAS.**

FEIRA DE SANTANA – BA
2018

SÓSTENES AROEIRA DA LUZ

**O CENTRO PÚBLICO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO RECÔNCAVO NO
CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: DESAFIOS E
CONQUISTAS.**

Dissertação de mestrado apresentado pelo discente Sóstenes Aroeira da Luz ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Ildes Ferreira de Oliveira

Feira de Santana – BA
2018

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

L994 Luz, Sóstenes Aroeira da
O centro público de economia solidária do Recôncavo no contexto do desenvolvimento territorial : desafios e conquistas / Sóstenes Aroeira da Luz. – 2018.
135 f.: il.

Orientador: Ildes Ferreira de Oliveira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial, 2018.

1. Centro Público de Economia Solidária (CESOL) – Recôncavo baiano. 2. Economia solidária. 3. Movimentos sociais. 4. Desenvolvimento territorial. I. Oliveira, Ildes Ferreira de, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 71:334(814.22)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL –
PLANTEER – MESTRADO PROFISSIONAL

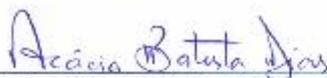
SÓSTENES AROEIRA DA LUZ

O CENTRO PÚBLICO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO RECÔNCAVO NO
CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: DESAFIOS E
CONQUISTAS.

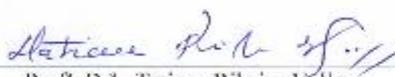
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Ildes Ferreira de Oliveira
Universidade Estadual de Feira de Santana



Prof. Dr. Acácia Batista Dias
Universidade Estadual de Feira de Santana



Prof. Dr. Tatiana Ribeiro Vélloso
Universidade de Federal do Recôncavo da Bahia

Aprovado em 11 de setembro de 2018.

Feira de Santana – Ba.
2018

Agradecimentos

Não poderia deixar agradecer as pessoas contribuíram diretamente indiretamente na construção e sucesso deste projeto, por isso agradeço a contribuição dos professores referência para minha formação na figura dos Professores Doutores Ildes Ferreira de Oliveira, Tatiana Ribeiro Velloso e Acácia Batista Dias.

Agradeço a Celma Gonçalves dos Santos da Silva pelo lindo trabalho desenvolvido na elaboração da monografia que cujo tema abordava Estratégia de Promoção de Desenvolvimento Territorial no Recôncavo da Bahia: a experiência do Centro Público de Economia Solidária (CESOL) – Recôncavo, este trabalho me ajudou entender o processo de construção e possibilitou alinhar a proposta final para elaboração da dissertação.

Agradecer o companheiro Enoque Pedreira que contribui no amadurecimento na parte das estatísticas da pesquisa e da minha amiga Vania Vitoria que fortaleceu com sua energia deixando “deixa a Gira Girar”, percebendo que processo de construção da dissertação deve ter prioridades para investimento pessoal. Importante agradecer a minha família e os amigos de compreender a prioridade de construção dessa etapa na minha vida, com isso compreendo que essa energia de perseverança contribuiu para finalização deste projeto científico.

Aos meus amigos e amigas dos Movimentos Sociais, foi parte da experiência do movimento que despertei o interesse para entrar na universidade, hoje desenvolvo atividade de educador e professor contribuindo na vida de jovens de baixa renda para que continue o investimento na educação para superação dos seus principais desafios no seu projeto de vida.

A agradecer o apoio do CEDITER gestora do CESOL do Recôncavo que possibilitou acesso as informações dos dados sobre sistematização das ações desenvolvida no Território de Identidade do Recôncavo.

Por último e não menos importante agradeço duas pessoas contribuíram na minha trajetória de vida: Maria da Paixão Pedreira e Irmã Ricarda (*In memoriam*), estímulos de lutar por justiça social. Aos funcionários e funcionárias da UEFS e ao Movimento Estudantil que proporcionou o envolvimento e a participação da Greve Estudantil com o objetivo de lutar por melhores condições na Educação e na estrutura da Universidade Pública.

RESUMO

Este trabalho pretende compreender a atuação do Centro Público de Economia Solidária (CESOL) - Recôncavo, sendo uma ação de política governamental do Estado da Bahia, através da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE) e da Superintendência de Economia Solidária (SESOL), para disponibilizar assessoria e Assistência Técnica socioprodutiva para os Empreendimentos Econômicos Solidários. O objetivo possibilita uma base estruturante e de valorização das suas potencialidades, com o intuito de fomentar a geração de trabalho e renda. A análise parte da contribuição dos Centros Públicos no desenvolvimento territorial. Para isso, faz estudo sobre a construção histórica da atuação dos Centros Público na função de programas sociais do campo da Economia Solidária. Nesse sentido, identificam-se duas etapas: a primeira, o papel dos movimentos sociais para legitimar e garantir recursos para a execução do programa e a segunda, a contribuição dos dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) na consolidação da política de Economia Solidária. Este trabalho faz recorte a partir da análise quali quanti das ações do CESOL Recôncavo construída a partir da parceria institucional da Comissão Ecumênica dos Direitos da terra-CEDITER, Incubadora de empreendimentos Solidários - INCUBA da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e das organizações de economia solidária do território. Este trabalho surge a partir de procedimentos metodológicos com base qualitativa e quantitativa, análise e pesquisa documental e bibliográfica, com dados secundários de órgãos oficiais. O resultado revela os principais desafios para o avanço dessa política de economia solidária para o desenvolvimento territorial, a partir do acesso a assistência técnica continuada para os empreendimentos associativos solidários.

Palavras-chave: Centro Público, Economia Solidária, Movimentos Sociais e Desenvolvimento Territorial.

ABSTRACT:

This work intends to understand the performance of the Public Center for Solidarity Economy (CESOL) - Recôncavo, being a governmental policy action of the State of Bahia, through the Secretariat of Labor, Employment, Income and Sport (SETRE), and the Superintendency of Solidary Economy (SESOL), in order to provide advice and technical and socio-productive assistance to the Solidarity Economic Projects, with the objective of providing a structuring base and valorization of its potentialities in order to foster the generation of work and income. The analysis is based on the contribution of the Public Centers in the territorial development, for this purpose, it studies the historical construction of the Public Centers in the function of social programs in the field of Solidarity Economy. In this sense, two stages are identified: the first, the role of social movements to legitimize and guarantee resources for the execution of the program; and second, the contribution of data from the National Solidarity Economy Information System (SIES) to consolidating Solidarity economy. This work is based on a qualitative analysis of the actions of CESOL Recôncavo, based on the institutional partnership of the Ecumenical Commission for the Rights of Land - CEDITER, Incubator of Solidarity Projects - INCUBA of the Federal University of Recôncavo da Bahia and organizations of solidarity economy of the territory. This work arises from qualitative and quantitative methodological procedures, analysis and documental and bibliographic research, with secondary data from official bodies. The result reveals the main challenges for the advancement of this policy of solidarity economy for territorial development from access to continued technical assistance for charitable associations.

Keywords: Public Center, Solidarity Economy, Social Movements and Territorial Development.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
CADSOL: Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários
CAIS: Centro de Intercâmbio e Aprendizagem de Saberes
CAR: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CEB: Comunidades Eclesiais de Base
CEDITER: Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra
CESOL: Centro Público de Economia Solidária
CLT: Consolidação das Leis do Trabalho
CNES: Conselho Nacional de Economia Solidária
CNPJ: Cadastro Nacional Pessoa Jurídica
CODETER: Colegiado de Desenvolvimento Territorial
CONAES: Conferência Nacional de Economia Solidária
CUT: Central Única de Trabalhadores
DAP: Declaração de Aptidão ao Pronaf
DISOP: Instituto de Cooperação Belgo-Brasileira para o Desenvolvimento Social
DOP: Diagnostico Organizacionais Participativo
EBDA: Empresa Baiana Desenvolvimento Agrícola
EES: Empreendimento de Economia Solidária
ES: Economia Solidária
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano
INCUBADORAS
MMA: Ministério do Meio Ambiente
MST: Movimento de Trabalhadores sem Terra
MTE: Ministério do Trabalho e Emprego
OS: Organizações Sociais
SENAES: Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES: Sistema de Informações em Economia Solidária
UFRB: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNISOL: Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil

LISTA DE FIGURAS

Figura 01:.....	P. 32
Figura 02:.....	P. 81
Figura 03:	P. 83
Figura 04:	P. 87
Figura 05:	P. 93
Figura 06:	P. 94
Figura 07:	P. 95
Figura 08:	P.97
Figura 09:	P.99
Figura 10:	P.100
Figura 11:	P.101
Figura 12:	P.102
Figura:13.....	P.104
Figura 14:	P.106
Figura 15:	P.107
Figura 16:	P.109
Figura 17:	P.110
Figura 18:	P.113
Figura 19:	P.116
Figura 20:	P.118
Figura 21:	P.119
Figura 22:	P.120
Figura 23:	P.120
Figura 24:	P.120

LISTA DE QUADROS

Quadro 01:	P. 59
Quadro 02:	P. 65
Quadro 03:	P. 68
Quadro 04:	P. 69
Quadro 05:	P. 85
Quadro 06:	P. 94
Quadro 07:	P. 96
Quadro 08:	P. 98
Quadro 09:	P. 101
Quadro 10:	P. 111
Quadro 11:	P. 114
Quadro 12:	P. 117
Quadro 13:	P. 123
Quadro 14:	P. 124
Quadro 15:	P. 125

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	10
II. OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	13
CAPÍTULO 1 – PILARES CONCEITUAIS E O PROCESSO HISTÓRICO DE LUTA NA ORGANIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	16
1.1 INTERFACES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, ECONOMIA SOCIAL, ECONOMIA POPULAR E ECONOMIA INFORMAL.....	27
CAPÍTULO 2 – A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: ANÁLISE CONCEITUAL DO PROCESSO DE ARTICULAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESFERAS POLÍTICAS E DE GOVERNO	34
2.1 A CONTRIBUIÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	39
2.2. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO CESOL NO FORTALECIMENTO DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO RECÔNCAVO A PARTIR DA CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	66
CAPITULO 3 – CENTROS PÚBLICOS E A CARACTERIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS A PARTIR DOS DADOS SIES	91
CAPITULO 4 – CESOL RECÔNCAVO: ENTRELAÇAMENTO DE DADOS E CARACTERIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO TERRITÓRIO DO RECÔNCAVO.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132

I. INTRODUÇÃO

O processo de construção dos pilares que sustentam o presente trabalho está inserido a partir de uma linha histórica que começa na articulação e organização social de resistência da classe trabalhadora, sendo um princípio de uma nova alternativa solidária para atender as necessidades básicas para uma melhor qualidade de vida. E até que ponto pode ser forma de contraponto ao sistema capitalista? Por isso, a missão do movimento economia solidária é de garantir dignidade no processo produtivo do trabalho no contexto histórico, cultural, econômico, social e político.

A presente dissertação visa utilizar a denominação da Economia Solidária ressaltando o processo histórico e social entrelaçados nas Políticas Públicas do Governo Federal, Secretaria Nacional de Economia Solidária, tecendo produções direta na manutenção dos Centros Públicos de Economia Solidária na Bahia, especificamente o Centro Público de Economia Solidária do Território do Recôncavo da Bahia.

A proposta foi construída com base na percepção da necessidade de Assistência Técnica e assessoria para os empreendimentos associativos solidários que não possuem apoio institucional do Estado. A principal problemática estar relacionado pouca articulação e fomentação desses grupos devido à ausência de uma Assistência Técnica continuada para ajudar no fortalecimento de suas ações no contexto de trabalho e geração de renda para desenvolvimento sustentável e solidário daquele território.

No cenário nacional, a Economia Solidária avulta na ocasião que o sistema capitalista não consegue atender aos interesses de uma parcela da sociedade enredado no processo produtivo e reprodução do trabalho. Enquanto isso, os dados demonstram altas taxas de desemprego e de desigualdade social e econômica, o surgimento histórico dessas iniciativas solidárias veio com objetivo de criar alternativas de contraponto e a possibilidade de garantia de melhores condições de vida para esses trabalhadores que através de cooperativas e grupos associativos conseguem se articular no intuito de garantir sua sobrevivência e atender suas necessidades básicas a partir de uma concepção de desenvolvimento comunitário.

A luta dos trabalhadores da economia solidária está na defesa e garantia de sua sobrevivência não está só relacionada para questão material. Essas iniciativas coletivas se organizam para enfrentar os principais desafios no intuito de garantir acesso mínimo às Políticas Públicas. Nesta etapa, acontece a construção de rede solidária nos princípios da Economia Solidária para a criação de projetos alternativos para resolução dos desafios da comunidade.

Para isso, apresenta ações para reverter essa situação, como fundos solidários, mutirões solidários, feiras, banco comunitário, clube de trocas e etc.

Diante essa etapa de construção e ocupação de espaço, os movimentos sociais de economia solidária constroem um diálogo com o governo Federal com o intuito de elaborar alternativas de políticas de economia solidária que atendam às principais necessidades desses empreendimentos solidários. A ausência de apoio concreto do Poder Público coloca esses grupos em posição de fragilidade, diminuindo as condições de continuarem suas ações e atividades para o desenvolvimento comunitário e comércio justo e solidário. Neste contexto de necessidade de uma Assistência Técnica geracional socioprodutiva que coloca em destaque a criação e implantação dos Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL) em nível nacional e estadual, o Estado da Bahia se destaca na execução desse programa devido a reivindicação dos movimentos sociais por entender a necessidade de garantir um tipo de política social que garanta o desenvolvimento territorial sustentável e solidário, impactando objetivamente às associações e grupos que assessoram, uma vez que são desenvolvidas ações de qualificação técnica e, conseqüentemente, de fortalecimento das identidades destes sobre a atividade que desempenham.

O governo Federal em conjunto com governo Estadual constrói a proposta para a consolidação de implantação de Centros Públicos de Economia Solidária para atender as necessidades desses empreendimentos, devido a ausência de atendimento em assessoria e assistência técnica continuada no campo de comercialização, jurídico, contábil, de formação etc. Diante disso, o governo da Bahia apresentou o programa dos Centros Públicos de Economia Solidária através da Superintendência de Economia Solidária (SESOL) da Secretaria de Trabalho, Renda, Emprego e Esporte (SETRE) integradas com as ações da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Foram implantados centros públicos experimentais no primeiro momento com ação direta da SETRE; posteriormente, apresentou a proposta de contrato de gestão compartilhada com Organizações Sociais sendo Entidade de Apoio e Fomento EAF. Tendo sido, também, implantados a partir dos editais 009/2012 e 014/2013 os centros públicos, contemplado assim o Território de Identidade do Recôncavo, sob a gestão da Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra (CEDITER).

Este trabalho tem como objetivo analisar a trajetória do Centro Público de Economia Solidária do Território do Recôncavo da Bahia no contexto de compreender o processo dos principais desafios e conquistas relacionados ao atendimento de Assistência Técnica continuada. Por isso, em que medida o Centro Público de Economia Solidária (CESOL)

Recôncavo garante um fortalecimento dos empreendimentos solidários a partir da assessoria e assistência técnica continuada?

Neste contexto, um dos objetivos dessa dissertação surge na compreensão de contextualizar o processo histórico conceitual da Economia Solidária; de entender as articulações e a participações dos movimentos sociais na garantia da política de economia solidária; compreender o papel do Centro Público do Recôncavo a partir dos dados secundários de caracterização dos empreendimentos solidários em nível estadual e nacional e como contribuiu com a atuação do CESOL no fortalecimento dos Empreendimentos Associativos Solidários do Território do Recôncavo da Bahia para o desenvolvimento territorial.

Para compor esta dissertação, objetiva seguir uma linha qualitativa e quantitativa a partir de análise documental, com intuito de compreender a atuação do CESOL Recôncavo no contexto histórico, os seus desafios e as suas principais conquistas. Diante disso, o presente trabalho corresponde na estruturação de quatro capítulos para atender o objetivo da proposta do projeto.

O primeiro capítulo reforça a leitura sobre as diferentes teorias sobre o conceito da Economia Solidária (Ecosol), possibilitando um estudo sistemático sobre os principais fundamentos da Economia Solidária, com o intuito de organizar cada categoria a partir de uma interface no processo de construção e limites dos termos relacionados diretamente com a temática.

O segundo capítulo investiga a categoria de movimento social de economia solidária no contexto de articulação, participação e organização nas esferas dos movimentos sociais numa relação direta com governo. Esse diálogo permite compreender o processo de participação política na luta da garantia e consolidação da Política de Economia Solidária no Brasil. Além disso, permite fazer paralelo sobre a trajetória histórica do Centro Público de Economia Solidária na organização e fortalecimento do Território de identidade do Recôncavo a partir de uma concepção de desenvolvimento territorial.

O terceiro capítulo coloca a possibilidade de compreender a importância do surgimento da Política de Centro Público para atender os principais desafios encontrados na caracterização dos dados do Sistema de Informação em Economia Solidária em nível nacional, interligando com a necessidade de atuação e trajetória histórica do Centro Público para enfrentar dilemas encontrados nos Empreendimentos solidários no território.

Por fim, o quarto capítulo faz análise sistemática na caracterização dos empreendimentos solidários do território do Recôncavo a partir do acesso dos dados do Sistema

Nacional de Informação de Economia Solidária (SIES), além disso faz correlação com atuação do Público de Economia Solidária do Recôncavo (CESOL Recôncavo) relacionado ao atendimento da Assessoria e a Assistência Técnica como mecanismo de superação dos principais desafios numa perspectiva de desenvolvimento sustentável e solidário.

II. OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O processo do esboço dessa dissertação implica navegar por entre a diversidade de delineamento que envolve os desafios metodológicos. Negociando com as ferramentas que irrigarão a pesquisa no que tange à legitimidade do tema escolhido, este surge devido a fragilidade e a ausência de uma Assessoria e Assistência Técnica continuada para os empreendimentos solidários, pois a maioria desses grupos se encontrava em situação de fragilidade e dificuldade para continuar as suas ações no campo do trabalho e de geração de renda, necessitando de apoio do Estado para o fortalecimento e a continuidade nas atividades. Por isso, a importância de se investigar a atuação do CESOL Recôncavo, com o intuito de compreender o processo de construção e atuação de Assistência Técnica para estes empreendimentos econômicos solidários.

Geralmente, a solução dos problemas de pesquisa ocorre mediante o teste das hipóteses. Considerando que há muitas possibilidades de testar hipóteses, surge grande variedade de delineamento próprio, peculiar, determinado pelo objeto de investigação, pela dificuldade na obtenção dos dados, pelo nível de precisão exigido e pelos recursos materiais de que dispõe o pesquisador. Por essa razão, as propostas de classificação dos vários tipos de delineamento referem-se sempre a abstrações, a tipos ideais, que se aproximam mais ou menos dos delineamentos concretos. (GIL, 2008, p.50)

O presente trabalho de pesquisa possui abordagem qualitativa e quantitativa, que trilha na possibilidade de percorrer o campo da análise documental de dados secundários no intuito de acompanhar a trajetória dos empreendimentos de economia solidária a partir da atuação do Centro Público. Essa ferramenta me pareceu um meio possível de desatar esse novelo, para, assim, deslocá-lo na trajetória de uma questão que parece cara ao território da economia solidária do Estado da Bahia e aos pilares que as sustentam na questão conceitual histórica da Economia Solidária.

Uma imagem comum de pensamento do método de pesquisa de análise documental, o toma como uma figura de linha reta, assemelhando a um caminho que se sabe previamente

aonde vai dar e é traçada entre o pesquisador e o seu objeto a linha mais curta, mesmo que este percurso apresente ainda mais dificuldades para serem transpostas. Arrisco um caminho de encontro com documentos e pesquisas extremamente sutis no que tange a importância dos dados adquiridos, bem como todas as etapas da mesma, que resguardam a legitimidade de um tema tão caro para o nosso País.

O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (GIL,2008, p.51)

Uma das coisas mais fascinantes e mais difíceis ao se fazer uma pesquisa qualitativa e quantitativa com abordagem de análise documental, talvez, seja mesmo multiplicar as formas de conexão, de linguagens, de abordagens, tanto em documentos, gráficos, dados simples para serem tratados e “amaciados” e transformados em dados existentes, diversificados e sem tratamento analítico. Por isso, esse trabalho se divide na análise documental através do estudo dos relatórios técnicos do CESOL Recôncavo, revisão bibliográfica na temática de economia solidária e análise de dados secundários a partir de estudo qualitativo e quantitativo, que surge a partir do acesso ao Sistema de Informação em Economia Solidária que faz caracterização dos empreendimentos solidários.

E o mais cuidadoso e respeitoso modo ao subtrair de um conjunto de dado a unidade que o totaliza, e aquilo que vem atribuir forças desta pesquisa bem como, o alento que movimenta seu campo de investigação. A própria pesquisa em economia solidária a qual nos dá substratos que adquirimos através de pesquisas existentes, possibilitando a investigação dos processos de mudança social e cultural. Diante disso, existe uma produção de monografia produzida por Silva (2017), que possibilitou a abertura e o amadurecimento de entender o processo de atuação do CESOL Recôncavo para o desenvolvimento territorial.

A análise documental libera tudo aquilo que não cessa de escapar entre as linhas, desenhos, gráficos, números, dados e principalmente o processo histórico que forra o chão que envolve o desenvolvimento da economia solidária. Essas linhas não são fáceis de desatar, pois entrelaçam entre si, mesmo sendo de fontes distintas. Expressão de uma pesquisa desafiadora

que une a análise documental à pesquisa bibliográfica, ambas navegando na verdade esboçada nos documentos analisados.

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (GIL, 2008, p.51).

Analisar é mostrar encontros de pontos fixos, bem como aflorar a subjetividade do olhar do pesquisador no ato da leitura e interpretação dos dados. Uma figura de rastreio dá forma ao pesquisador ao desbravar o território da análise documental, abrindo-se ao encontro do conceito de economia solidária como modo de vida a qual realça oportunidade para os empreendimentos de economia solidária de criarem iniciativas solidárias que sejam mais equitativas, valorizando a identidade e fortalecendo o pertencimento comunitário.

A pesquisa documental difere da bibliográfica principalmente pela sua objetividade no que tange a escolha dos documentos analisados. O processo de consulta aos documentos, bem como a seleção e classificação dos mesmos interfere diretamente nos resultados obtidos, provocando impressões que decidem o rumo da pesquisa, como reelaboração de dados. Segundo Gil (2008, p.50), a pesquisa bibliográfica surge como etapa fundamental na compreensão de elaborar e desenvolver a pesquisa, através da fundamentação teórica como base de consolidação para a investigação do objeto do projeto de pesquisa

Neste contexto, a primeira etapa da dissertação possui base a partir de revisão bibliográfica que possibilitou a construção do objeto e da problemática. Dessa forma, a segunda etapa realiza análise sistemática de dados secundários do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Sistema Nacional de Informação Economia Solidária (SIES), esses dois dados irão proporcionar um balanço sobre a realidade dos empreendimentos econômicos solidários no contexto nacional e estadual. A terceira etapa trilha uma abordagem técnica de análise documental no caminho sistemático qualitativo e quantitativo com intuito de interpretação dos dados e dos relatórios das ações do Centro Público de Economia Solidária do Território do Recôncavo.

CAPÍTULO 1 - PILARES CONCEITUAIS E O PROCESSO HISTÓRICO DE LUTA NA ORGANIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia solidária se tornou um celeiro de diferentes compreensões ideológicas sobre a conceituação e atuação no campo solidário. Ela está direcionada a partir da contribuição das raízes histórica e cultural do modo de vida e produção das ações comunais que se organizam para o bem da coletividade e da comunidade. Diante das mudanças sociais e econômicas, com base no recorte histórico da primeira revolução Industrial na Inglaterra, começa a apresentar um processo de uma nova configuração nas relações de trabalho numa perspectiva de manutenção e consolidação do Sistema Capitalista.

Na história das cooperativas em suas várias modalidades e com distintas inspirações ideológicas, desde a Inglaterra da Revolução Industrial, integraram o leque de iniciativas em duas dinâmicas específicas e interligadas da classe operária: por um lado, a sobrevivência imediata, a garantia de trabalho e a defesa da própria dignidade; por outro, a busca de uma nova convivência humana, assentada nos ideais socialistas e democráticos da igualdade, da participação comunitária e da liberdade. (VELLOSO, 2016, p.363).

A compreensão de Velloso (2016) possibilita perceber que o aparecimento das iniciativas organizacionais e solidárias surgiram em primeiro momento na busca do trabalhador por alternativas e formas de sobrevivência para garantir o seu sustento e a dignidade humana. Na segunda etapa compartilha o interesse por uma nova forma a partir de ideias socialistas e que possibilita um processo mais democrático de participação nas relações e no modo de produção.

Este contexto apresentou um marco na história e teve início no período de 1844 na Inglaterra. A experiência de cooperativismo de Rochdale possibilitou uma nova dimensão coletiva no processo de autogestão participativo. Diante disso, as ações dos trabalhadores eram mais para atender as suas necessidades básicas do que a dimensão idealista e de combate ao processo de exclusão social. Com isso, houve um fortalecimento de garantia de luta por direitos, diminuição da jornada de trabalho, proibição de empregos para crianças, de construção de mutirão de casas, de possibilidade de escolas para os filhos dos trabalhadores e busca de cooperação coletiva para resolução dos desafios.

Conforme o processo histórico, a compressão da economia solidária caminha a partir dessas características de democracia participativa, de fortalecimento da coletividade,

organização social, de iniciativas de cooperativismo, de autogestão e do desenvolvimento comunitário. Por isso, a Economia Solidária se destaca no momento em que o Sistema Capitalista não consegue atender aos interesses de uma parcela da sociedade envolvida no processo produtivo e reprodução do trabalho, a exemplo, dos trabalhadores que acabam tendo sua força de trabalho explorada, sem condições mínimas e sem perspectivas de qualidade vida saudável. Então, a crise do sistema capital proporciona altos índice de desemprego, centralização das riquezas, desigualdade social, econômica e de exclusão social. Por outro lado, a Economia Solidária surge como produção de campo de complexidades através de alternativas sustentáveis solidárias, o qual possibilita provável garantia de geração de renda democrática distributiva para a população.

Enfim, há uma crise que vai além dos ditames econômicos, da falta de emprego, da preservação dos recursos naturais, da perda de valores, da efemeridade do indivíduo: vive-se uma era do vazio, que se espelha nos múltiplos papéis desempenhados pelo indivíduo. Assim, como dentro do caos repousa a semente de uma nova ordem, é nessa premissa que apresentamos a ECOSOL que, a partir de seus valores, busca conduzir ao indivíduo a retomada de sua vivência coletiva, em comunidade, como forma de melhor viver, (SILVA, 2010, p.25).

Trazendo as narrativas das crises do capitalismo, inicia-se um alerta sobre os problemas ambientais e de exploração dos recursos naturais, apresenta a necessidade de alternativas através da Economia Solidária numa perspectiva articulada, buscando, assim, a preservação do meio ambiente no aspecto sustentável e solidário, seguindo diametralmente perspectivas de desenvolvimento territorial. Para isso, as organizações sociais possuem papel importante de pautar e reivindicar a defesa para a construção transversal de uma sociedade mais justa e igualitária. A Economia Solidária não veio para substituir o sistema capitalista, mas como um modo de vida, efeito de modulações que produzem formas que possibilitam mais dignidade para o ser humano numa perspectiva de efetivar uma maior condição para o trabalhador, visando garantir a qualidade vida, pois é uma possível diminuição da concentração de riqueza e das desigualdades sociais e econômicas.

As experiências dos movimentos revelaram uma nova ferramenta de organização que possui tradição histórica de raízes culturais no processo de autogestão comunitária. Por isso, a Economia Solidária tem como suas principias bases esse reconhecimento com território, resistência e preservação de suas raízes. O termo Economia Solidária possui uma diversidade de conceitos no campo teórico para ser seguido, respeitando cada etapa de organização histórica

e cultural focado no campo econômico e de autogestão organizacional, múltipla diversidade de termos que se cruzam, como Economia Solidária, Economia Popular, Economia Solidária e Popular, Economia Social etc.

Nas linhas dos diferentes teóricos que a referenciam, a definição de Economia Solidária revela características comuns sobre Economia Solidária que no mesmo momento se aproxima e se distancia numa perspectiva histórica e cultural de cada realidade econômica e social. Sendo assim, o conceito vai além da questão da solidariedade do processo produtivo de autogestão, focado no trabalho e emprego, ou seja, é uma forma de resistência, de sobrevivência e de alternativa que vai de contraponto dos princípios capitalistas que visam exploração e o lucro.

No decalque dos pilares molda-se a Economia Solidária, trazemos a modulação conceitual solidária surgindo com diversas abordagens, direcionando em cada momento na interligação com as organizações dos movimentos sociais. No caso da Estado da Bahia, estas se articulam numa perspectiva de desenvolvimento territorial: Movimento de Trabalhadores sem Terra, Fetag, Fetraf, Caritas, Cooperativas, Sindicatos, CUT, Rede Catadores, Centros Públicos, Incubadoras, Comunidade Indígenas e Quilombolas.

Apesar de existirem experiências anteriores da Economia Solidária, o marco no contexto histórico dessa temática começa a ressurgir com força e visibilidade no período das décadas de 1980 e 1990 na América Latina. Apresentou uma crescente articulação e debate para visibilidade da Economia Solidária a partir da abertura democrática dos Países da América Latina, isso aconteceu devido ao processo de final dos Regimes e Governos Militares que controlavam de duas a três décadas uma política direcionada para atender interesses do Mercado Internacional.

Diante disso, a década de 1990 foi marcada pela política neoliberal, com o fortalecimento da economia capitalista e manutenção do poder do mercado internacional do sistema econômico. Essa gama de fatos estava relacionada a altas taxas de desemprego, pobreza, desigualdade social e econômica e aumento da exclusão social. Isso proporcionou uma mobilização dos movimentos sociais de pautar implementação e aprovação de direitos sociais que possam diminuir os índices de extrema pobreza.

A compreensão das correntes teóricas sobre Economia Solidária proporcionou um celeiro de oportunidade para entender o processo histórico, cultural, econômico, social e político na composição da terminologia de Economia Solidária. Trazendo as narrativas de três teóricos clássicos da América Latina que contribuiriam em conjunto para analisar esse processo

de articulação e implementação da Economia Solidária: Luís Razeto (2010), José Luís Coraggio (1998) e Paul Singer (2002). Essa etapa histórica colocou a Economia Solidária em pauta na década de 1980, que proporcionou um debate reflexivo sobre as principais diferenças, semelhança e contribuição dessa nova bandeira articulada com movimentos sociais.

Este período de contexto histórico e político era controlado pelos Governos Militares, como na Argentina (1976-1983), Brasil (1966-1985), Chile (1973-1990) e outros países da América do Sul. Neste contexto, o Governo Militar marcou a história com atos de repressão e retirada de direitos, restrições à liberdade, suspensão dos direitos políticos do cidadão, cometiam torturas, estupro e desaparecimento de lideranças políticas e estudantis, censura dos meios de comunicação e na produção artística, corrupção e ausência de transparência na execução dos programas, enfraquecimento e perseguição dos sindicatos. Além disso, não existia participação democrática, com isso apresentou uma instabilidade política e econômica que repercutiu em altas taxas de desemprego e enfraquecimento da economia, aumento da desigualdade social e concentração das riquezas.

Para o preenchimento do decalque do tema que norteia a pesquisa, o sociólogo Chileno Luis Razeto (2010) inicia uma investigação sobre Economia Solidária a partir de caminho de estudo do cooperativismo e de organização coletivas de trabalho. Segundo Cruz (2006), as pesquisas de Razeto (2010) despertaram uma análise crítica e reflexiva sobre o Sistema Capitalista que favorece interesse da exploração e concentração das riquezas, de contraponto a possibilidade do estatismo do modo soviético para resolver problemas que afligem categoria da classe trabalhadora, não conseguindo encontrar no cooperativismo alternativa para solucionar os principais desafios.

No preenchimento do pilar da Economia Solidária, o autor sociólogo percebeu que pode atender de forma diferencial os interesses dos trabalhadores que buscam a garantia de condições mínimas de sobrevivência e possibilidade de maior distribuição do resultado da força de trabalho.

La economía solidaria o economía de solidaridad es una búsqueda teórica y práctica de formas alternativas de hacer economía, basadas en la solidaridad y el trabajo. El principio o fundamento de la economía de solidaridad es que la introducción de niveles crecientes y cualitativamente superiores de solidaridad en las actividades, organizaciones e instituciones económicas, tanto a nivel de las empresas como en los mercados y en las políticas públicas, incrementa la eficiencia micro y macroeconómica, además de generar un conjunto de beneficios sociales y culturales que favorecen a toda la sociedad. (RAZETO, 2010, p. 1).

A contribuição teórica de Razeto (2010) possibilitou uma análise crítica sobre a adequação do cooperativismo na subordinação do Sistema Capitalista, o qual apresentou índices crescentes de aumento da exclusão social e da desigualdade social e econômica para população de baixa renda. A partir da reflexão do autor, esse sistema desigual não favoreceu para detrimento da maioria da população, resultou na busca de alternativas dos trabalhadores para garantir sobrevivência e o acesso a qualidade de vida mais justa e solidária, com isso na primeira etapa era direcionada uma articulação para tipo de Economia Popular, sendo contemplado com a Economia Solidária.

Razeto (2010) coloca a Economia Solidária na responsabilidade de atender e resolver questões que afligem a sociedade. A partir disso, o pesquisador apresenta pontos críticos sobre esses desafios: a pobreza, a exclusão e marginalização, desocupação, altas taxas de desemprego, trabalho precário, aumento da força de trabalho, crescimento das injustiças e desigualdades, dificuldade do protagonismo da mulher e deterioração do meio ambiente.

Han partido de distinto lugar, las organizaciones que crean son diferentes, pero todos ellos van introduciendo solidaridad en sus experiencias económicas y en la economía en general. Los procesos que impulsan asumen diferentes nombres: economía popular, autogestión, cooperativismo, organización de base, desarrollo local, economía alternativa, movimiento ecológico, desarrollo de la mujer, microempresas familiares, identidad étnica, artesanía popular, economía cristiana, gandhiana, etc. Es la expresión de la riqueza de contenidos y formas de esta búsqueda polivalente. Estos y otros nombres tienen cada uno un sentido y es preciso que se conserven. Son expresiones genuinas de identidades particulares. (RAZETO,2017, p.115).

Nesse contexto, Razeto (2017) ressalta no livro “*Los Caminos de la Economía de Solidaridad*” a organização e suas particularidades sua identidade e contexto local. Por isso, cada organização social possui diferencial de linha e ação de trabalho para atender seus objetivos. Apresenta assim, a necessidade da compreensão e reconhecimento da identidade, o qual possibilita um reconhecimento mais amplo de todas categorias coletivas e organizacionais.

A compreensão da palavra solidariedade surge com a missão de atender elemento essencial para todos os grupos “*Todos ganan porque la solidaridad es un gran valor, que expresa un profundo anhelo inscrito em cada persona y em cada organización social y que todos pueden reconocer como próprio*” (RAZETO, 2017, P.116). Por isso, a proposta do autor supracitado na defesa do termo “Economia Solidária”, o qual representa uma expressão que pode atender todos os grupos e unir para luta por uma bandeira de fortalecimento do trabalho

em rede nas organizações. O termo Solidariedade está presente como elemento comuns em todos os grupos.

Continuando o preenchimento dos pilares, a segunda contribuição teórica considerada é do Economista José Luís Coraggio, que apresenta diversas pesquisas no campo da Economia Solidária, organização e desenvolvimento local. Para o autor supracitado, a economia só foi possível devido a conjuntura de crise econômica que mostrou diversas empresas falidas na Argentina, com isso houve processo de recuperação através de articulação de trabalhadores, o qual possibilitou a construção de alternativas solidárias. Nesse contexto, revela que para superação dessa crise econômica de exclusão social e desigualdade econômica, só pode ser possível com o fortalecimento da Economia Solidária que surge como umas das alternativas para grupos sociais. Segundo Cruz (2006), os artigos de Coraggio possuem uma linha que busca fazer conexão da Economia Solidária no contexto de desenvolvimento da comunidade. Estimulando o surgimento de ações informais, cooperativas, autogestionárias, coletivas, clubes de trocas e fundos solidários entre outros.

En el contexto del proceso de reestructuración económica y social actual, es posible desarrollar en las grandes ciudades un subsistema más orgánico de economía popular, capaz de adquirir una dinámica parcialmente autosustentada a nivel local, coexistiendo, compitiendo y articulándose – como sustrato de las PYMES, como oferente de recursos humanos, como comprador y proveedor- con la economía empresarial capitalista y la economía pública, lo que contribuiría a reducir la gravedad de la situación de exclusión social que genera aquel proceso y a poner en marcha un proceso de superación del mismo a través de estructuras económicas más integradoras. El punto de partida histórico para ese desarrollo posible es la matriz socioeconómica y cultural de los sectores populares urbanos, caracterizada, entre otras cosas, por una alta fragmentación, acentuada por el juego libre de las fuerzas del mercado global, por el desmembramiento del Estado y por la desarticulación de las fuerzas colectivas que podrían darle sentido de conjunto. (CORAGGIO,1998 p. 17).

Corragio (1998), além de focar na Economia Solidária por ser uma alternativa de combate às contradições do Sistema Capitalista, apresenta uma crítica da política neoliberal que defende a manutenção da desigualdade econômica e centralização da riqueza para determinados grupos econômicos. O pesquisador revela que existem diversas experiências da Economia Solidária mais inclusivas e igualitárias para grandes centros urbanos que possibilitam um tipo de desenvolvimento horizontal, com objetivo de diminuir as contradições sociais e econômicas.

Nas entrelinhas do decalque dessas experiências, traçando outra forma de economia mais solidária e inclusiva, Corragio afirma que existe disputa de interesses entre Mercado global

de concentrar e controlar a economia, fortalecendo um Estado desestruturado e submetido aos interesses do capital, enfraquecido e desarticulado de iniciativas de grupos coletivos. Isso mostra que existe conflito de interesses nessa sociedade capitalista, pois não é fácil defender a Economia Solidária numa realidade em que prevalecem e dominam os interesses econômicos capitalistas.

El proceso de reestructuración global de estados y mercados ha puesto en grave crisis y empobrecido a innumerables sociedades locales o regionales, tanto entre las que siguen siendo caracterizadas de “tradicionales” y que ya eran consideradas “pobres”, como entre las “modernas”, surgidas durante el período de industrialización. (CORAGGIO, 2003, p.01).

O resultado dessa conjuntura em que prevalecem os interesses capitalistas mostra um processo desigual, o qual a priorização do capital numa dimensão global possibilita uma concentração de riquezas para uma minoria de determinados grupos econômicos das nações hegemônicas. Além disso, a relação de interligação entre local e global, na regra do capital o global está como prioridade nas regras do jogo do mercado.

O local, portanto, não está aí em oposição ao global, mas dialoga com ele, por conta de que as iniciativas que de alguma maneira se contrapõem – ou podem se contrapor, aos efeitos da globalização do capital – não se produzem globalmente, mas localmente, e num “local” que está condicionado e mediado pelo global. E embora isto, se elas quiserem ser de fato uma alternativa ao “global”, terão que se universalizar de alguma forma. Mas, para compreender este movimento faz-se necessário estudar e discutir as formas como efetivamente este movimento se produz, (CRUZ, 2006, p. 50).

Diante dessa relação entre global e local, processo de regra do mercado internacional manter o Sistema Capitalista, para isso o global deve dominar o local, pautando regras e formas que devem ser as atividades de mercado, com isso provoca transferência das riquezas produzidas no local para dimensão global, o qual não possui fluxo de retorno dessa produção para o desenvolvimento da comunidade. Entretanto, essa possibilidade de relação mostra que não se pode pensar estratégias locais de desenvolvimento, sem analisar contexto global, inclusive uma das articulações da Economia Solidária é manter e possibilitar uma maior distribuição de riqueza no território, localidade e comunidade.

Mesmo inserida no mercado convencional, a Economia Solidária possui o desafio de contrapor essa realidade e manter o desenvolvimento territorial daquela comunidade com princípios igualitários e justos. A Economia Solidária deve se rearticular, se defender, organizar e reconstruir uma rede de fortalecimento, integração e parcerias entre as organizações coletivas, capitando assim resultados qualitativos nessa nova forma de economia mais solidária e a possibilidade de desenvolvimento territorial sustentável. A contribuição de Coraggio possui uma reflexão crítica inicial que aborda um tipo de Economia Popular e conjunto de atividades dos quais dependem do trabalho para sobreviver. O autor supracitado afirma que não pode enfrentar uma Economia Solidária porque atende aos interesses de subordinação ao capitalismo.

De contraponto, o mesmo propõe um tipo de Economia Popular que chegue numa fase de Economia do Trabalho colocando como prioridade responsabilidades sociais. A utilização do conceito Economia do trabalho se refere o termo de Economia da Solidariedade. Então, o autor relata que essa Economia Solidária não veio para substituir o Sistema Capitalista, mas para chegar a um possível sistema misto, composto de três subsistemas: Economia Pública, Empresarial, e do Trabalho. Por isso, sugere que Economia do Trabalho consiga condições e recursos comparado outros dois para distribuir de formar mais igualitária e chega fase da solidariedade uma possível Economia Solidária. (SOUZA; CUNHA; DAKUZAKU, 2003, p. 61).

A terceira linha intelectual da corrente se destaca o Economista e Professor Paul Singer, apresentando a Economia Solidária com base do modo de produção compreendida a partir de uma linha teórica crítica do Marxista. O pesquisador considera que essa Economia Solidária está no processo de organização social e econômica, o qual se fortaleceu e começou a ter mais visibilidade devido à crise do mercado capitalista que resultou no estímulo do desemprego e aumento da desigualdade social e econômica. A partir do pensamento Singer, considera-se que o Sistema Econômico Capitalista subordina o trabalhador numa situação de precariedade, desemprego e exploração da sua força de trabalho. Neste contexto de crise política e econômica, os movimentos sociais começam a pautar reivindicações e se articular para buscarem alternativas comunitárias no intuito de fortalecer e potencializar as experiências do trabalho coletivo e o estímulo de geração de renda no território.

...definir economia solidária como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto. Se são pequenas cooperativas, não há nenhuma distinção importante de funções, todo o mundo faz o que precisa. Agora, quando são maiores, aí há necessidade que haja um presidente, um tesoureiro, enfim, algumas funções especializadas, e isso é importante sobretudo quando elas são bem grandes, porque aí uma grande parte das decisões tem que ser tomada pelas pessoas responsáveis pelos diferentes setores. Eles têm que estritamente cumprir aquilo que são as diretrizes do coletivo, e, se não o fizerem a contento, o coletivo os substitui. É o inverso da relação que prevalece em empreendimentos heterogestionários, em que os que desempenham funções responsáveis têm autoridade sobre os outros, (SINGER, 2007, p. 02).

A partir da compreensão crítica, Singer direciona a Economia Solidária como uma nova forma de alternativa que possui ações e princípios democráticos de autogestão, transparência nas informações e rendimentos, direito de decisão com participação de todos os trabalhadores sobre o futuro do empreendimento, o qual terá acesso sobre valor da sua força de trabalho e os ganhos da produção. Além disso, existe um processo de organização política e social importante no processo de pertencimento da identidade construído do grupo.

A partir da análise de Singer (2007) identifica-se que houve avanço a partir da década de 90 sobre a Economia Solidária que mostrou uma articulação dos movimentos sociais para lutar pela bandeira e parceria com os setores da academia universitária, o qual destacou a importância na construção de Políticas Públicas para o setor da Economia Solidária. Por isso, a importância de analisar o Centro Público de Economia Solidária o qual nasce a partir de provocação e articulação dos movimentos sociais de resistência que começaram a pautar reivindicações dentro do Estado.

Singer (2007, p. 4) afirma que abertura de novas formas de Economia Solidária revela ações integradas de resistência e de contraponto ao Sistema Capitalista, por exemplo, associações econômicas, cooperativas, pré-cooperativas, grupos sociais e coletivos, empreendimentos, empresa de autogestão e clube de trocas podem ser caracterizados como alternativa de desenvolvimento social e econômico. Alguns fatores contribuíram para fortalecer a Economia Solidária, como o elevado número de desempregados, o aumento do setor informal e a aumento das desigualdades sociais.

... o capitalismo pós-industrial tem sido marcado pela deterioração das relações de trabalho. Um contingente populacional cada vez maior está se submetendo a condições de trabalho aviltantes: longas jornadas, baixa remuneração, desproteção legal e instabilidade. Os engajados em atividades informais e precárias são no fundo candidatos a empregos formais de maior qualidade, caso eles venham a existir. Desocupação é, portanto, algo mais abrangente do que desemprego, sobretudo nos países em que grande parcela populacional, de fato, já não tem mais amplo acesso ao emprego formal, com direitos trabalhistas assegurados, há algum tempo, (SOUZA; CUNHA; DAKUZAKU, 2003, p. 27).

O sistema capitalista na sua essência natural não conseguiu inserir e incorporar a maioria dos trabalhadores no mercado formal, pois não existe emprego para todos trabalhadores. Com isso, surge um desafio estrutural global que atinge países desenvolvidos com particularidades diferentes no contexto histórico, político e econômico. O aumento do desemprego coloca em destaque a face do capital, o estímulo da exclusão social a partir do desemprego, conhecida como crise da sociedade salarial. O papel do Sistema Capitalista é garantir a centralização e controle da massa trabalhadora no processo produtivo de exploração e de garantir a mais valia. (SOUZA; CUNHA; DAKUZAKU, 2003, p. 27).

... muitas empresas conseguiram reduzir custos e com isso acabaram prejudicando tantos trabalhadores empregados quanto `` autônomos ``. Os primeiros tiveram que se tornar `` polivalentes``, assumindo sobrecargas de trabalho, e os segundos perderam os direitos legais do vínculo empregatício. (SOUZA; CUNHA; DAKUZAKU, 2003, p. 29).

Esse formato executado no Sistema Capitalista coloca a classe trabalhadora em conflito devido a buscar de emprego, o trabalhador deixa de lado seus direitos trabalhistas, isso possibilita a precarização do seu trabalho e fragiliza a relação entre empresa e o trabalhador no processo de produção. Além disso, dificulta uma articulação dos sindicatos de lutar e defender direitos dessa categoria de trabalhadores. Nos grandes centros urbanos, apresenta-se maior fiscalização dos sindicatos no controle e garantia dos direitos. Por outro lado, as grandes corporações empresarias e indústrias buscam pequenos municípios com o objetivo de receberem isenção fiscal, inserirem baixos salários, não seguirem normas de segurança e se distanciarem do poder de articulação dos sindicatos.

Singer (2002, p. 109) afirma que o movimento operário conseguiu conquistar uma parte dos direitos ligado diretamente com a questão do assalariado, melhores condições de trabalho, salários mais rentáveis, seguridade social mais amplo e universal. Essa realidade tornou-se

possível nos países desenvolvidos. A conjuntura dos países semi-industrializados, por exemplo o Brasil, mostrou que o processo histórico se tornou possível por causa dos sindicatos que focaram no assalariado. Sendo assim, os sindicatos se tornaram organizações que conseguiram se fortalecer e pautar interesses dos assalariados, com o objetivo maior de manutenção da empregabilidade do trabalhador. Por isso, houve um processo desinteresse da temática da Economia Solidária.

Tudo isso mudou radicalmente a partir da segunda metade dos anos 70, quando o desemprego em massa começou o seu retorno. Nas décadas seguintes, grande parte da produção industrial mundial foi transferida para países em que as conquistas do movimento operário nunca se realizaram. O que provocou a desindustrialização dos países centrais e mesmo de países semidesenvolvidos como o Brasil, eliminando muito milhões de postos de trabalho formal. Ter um emprego em que seja possível gozar os direitos legais e fazer carreira passou a ser privilégio de uma minoria. Os sindicatos se debilitaram pela perda de grande parte de sua base social e consequentemente de sua capacidade de ampliar os direitos dos assalariados. Na realidade, pela pressão do desemprego em massa, a situação dos trabalhadores que continuaram empregados também piorou: muitos foram obrigados a aceitar a “flexibilização” de seus direitos e a redução de salários diretos e indiretos. Sobretudo a instabilidade no emprego se agravou, e a competição entre trabalhadores dentro das empresas para escapar da demissão deve ter se intensificado, (SINGER, 2002, p. 110).

Diante do contexto de crise econômica de desemprego, começa a se pensar em alternativas para atender o público trabalhador que não está incorporado no emprego formal. O autor supracitado relata que este processo fez fortalecer e ressurgir com força a temática da Economia Solidária, isso possibilitou articulação e a criação de novas cooperativas, grupos e empreendimentos.

...a reinvenção da economia solidária não se deve apensar aos próprios desempregados e marginalizados. Ela é obra também de inúmeras entidades ligadas, aos menos no Brasil, principalmente à Igreja Católica e a outras igrejas, a sindicatos e a universidades. São entidades de apoio à economia solidária, que difundem entre trabalhadores sem trabalho e microprodutoras sem clientes os princípios do cooperativismo e o conhecimento básico necessário à criação de empreendimentos solidários. Além disso, estas entidades de apoio treinam os cooperadores em autogestão e acompanham as novas empresas dando-lhes assistência tanto na realização de negócios como na construção do relacionamento interno da cooperativa, (SINGER, 2002, p.113).

O processo de fortalecimento de articulação da Economia Solidária não aconteceu devido só a crise do desemprego ou por causa da desigualdade social. Apesar da organização dos trabalhadores, houve uma rearticulação de apoio estrutural dos Movimentos Sociais, que perceberam que a Economia Solidária seria umas das alternativas inclusivas e igualitárias que poderiam atender à necessidade da classe trabalhadora. Para isso, começou a se construir uma rede de organização e articulação, com o objetivo de construir estratégias e ações para pautar a bandeira da Economia Solidária. No início, os movimentos se organizavam a partir de suas iniciativas locais. Posteriormente, isso foi ampliando o debate e, então, percebeu-se a necessidade de pautar a construção de Políticas Públicas para este setor solidário. Também deve se considerar a contribuição das universidades no apoio através de assessoria e pesquisa, que comprovou a Economia Solidária como alternativa mais inclusiva e igualitária.

A análise dos três autores Razeto, Coraggio e Singer permitiu um amadurecimento sobre o processo histórico, social e político que estava sendo inserido a Economia Solidária. A trajetória da Economia Solidária não foi construída de uma forma perfeita, pois possui contradições que, em alguns momentos, nos levam a reflexões críticas sobre até que ponto iremos conseguir a etapa de inclusão e igualdade paralela ao funcionamento do Sistema Capitalista? A contribuição de cada pesquisador acima possibilitou compreender que a Economia Solidária não existe como conceito fechado, pois ela está em processo contínuo de mudança, sendo ajustada com base na realidade social e cultural. Nesse caminho, os autores se aproximam de pontos em comum quando se referem a pauta coletiva no fortalecimento para o tipo de Economia, que nasce como outra forma de alternativa mais inclusiva e igualitária de contraponto da crise econômica, desemprego e exclusão social.

1.1 INTERFACES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, ECONOMIA SOCIAL, ECONOMIA POPULAR E ECONOMIA INFORMAL

A compreensão sobre Economia Solidária no senso comum possibilitou entraves conceituais e interpretação equivocada sobre este campo. Ainda existe uma relação direta do termo Economia Solidária com a Economia Popular e a Economia Informal. Pode se compreender que cada termo possui um campo de atuação diferente, que em alguns momentos podem até se aproximar devido a relação de trabalho, mas se distanciam porque cada um tem forma e missão diferente de atuação.

O pesquisador Filho (2002) apresenta uma análise histórica de como foi construído o processo dessas três Economias. Sendo assim, os campos conceituais de determinado momento estão interligados devido ao “espaço de vida social e de trabalho intermediário entre as esferas do Estado e do mercado”. O autor supracitado afirma que exista ainda um processo de amadurecimento teórico sobre as terminologias. Observa-se que cada conceito responde a um papel diferencial com base no processo econômico, político e cultural de cada sociedade a partir das fronteiras, que determinados momentos podem estar próximos e distantes.

Neste contexto histórico, Filho (2002) relata que a Economia Social, termo paralelo da Economia Solidária, iniciou o seu contexto histórico a partir dos movimentos associativistas operários da metade do século XIX na Europa. Naquele momento político e histórico, o sistema capitalista não conseguiu incluir os trabalhadores no mercado no acesso ao emprego formal, além disso apresentou aumento no processo de exploração e precarização do trabalho com longas jornadas de trabalho. As classes de trabalhadores se articularam e criaram formas de enfretamento e de resistência daquela situação que os colocava em condições de risco de vida, nessa etapa construíram alternativas coletivas que destacou diversas experiências solidárias.

A forma de articulação no contexto Europeu seguiu uma dimensão de “Economia Social”, que garantiu princípios do direito ao trabalho. Segundo Filho (2002), o avanço dessas experiências provocou uma construção de um processo legal, enquadrando, assim, novas organizações cooperadas com base em estatutos jurídicos que, em determinado momento, se adequava as exigências do mercado.

A perspectiva de uma economia solidária desaparece assim num primeiro e longo momento, assistindo-se ao desenvolvimento, no seu lugar, de uma economia social que se torna altamente institucionalizada ao longo do século XX – seu papel praticamente se limita àquele de uma espécie de apêndice do aparelho do Estado. As organizações da chamada economia social hoje, na França, por exemplo, como alguns grandes bancos, hospitais, ditos cooperativas ou organizações mutualistas, representam grandes estruturas tecnoburocráticas que dificilmente se distinguem, na sua dinâmica de funcionamento, de uma empresa privada ou pública. Economia solidária e economia social remetem hoje, portanto, como ilustra o caso francês, a dois universos distintos de experiências. (FILHO, 2002, P.13).

A Economia Social tinha a dimensão política da ação no seu período histórico e político. Essas iniciativas que surgiam se enquadravam no tipo de economia que se adequava às exigências do mercado convencional, condicionado uma institucionalização burocrática. Nesse caminho, Filho (2002, p.14) apresenta com base nos diferentes campos um modo jurídico de

quatro tipos organizacionais: as cooperativas, as organizações mutualistas, as fundações e algumas formas de associações de grande porte.

Diante dessa situação de atender um campo mais amplo, as pesquisas científicas mostravam que existia um avanço sobre a questão da terminologia. Com isso começam a aparecer novas iniciativas e formas organizacionais diferentes, que provocou uma mudança drástica sobre a atualização da temática. Com isso, surgiu o capô da Economia Solidária que veio para atender uma concepção da solidariedade de forma mais igualitária de contraponto a esse sistema capital. Essa relação só foi possível porque houve um amplo debate sobre o sentido da palavra trabalho relacionando com o dia-a-dia do trabalhador e sua qualidade de vida.

Na prática, pois, o termo economia solidária identifica hoje uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade.⁹ O fato é que se vêm verificando a emergência e desenvolvimento de um fenômeno de proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas diversas. São as chamadas iniciativas locais na Europa. Elas assumem, na maioria dos casos, a forma associativa e buscam responder a certas problemáticas locais específicas. Essa expressão, “economia solidária”, vem assim, num primeiro momento, indicar a associação de duas noções historicamente dissociadas, isto é, iniciativa e solidariedade. E, ainda, sugerir, com essas experiências, a inscrição da solidariedade no centro mesmo da elaboração coletiva de atividades econômicas. FILHO, 2002, p.14).

A análise de Filho (2002) permite uma compreensão nova sobre a Economia Solidária. Num primeiro momento, esse termo vai para um campo do mundo do trabalho para atender as classes de trabalhadores afastados do sistema capitalista. O autor supracitado mostra que vai além de criação de novas experiências que sejam mais inclusivas. Sendo assim, o diferencial da Economia Solidária é uma possível unificação das atividades econômicas e atuação dos objetivos sociais na luta da garantia da cidadania. O autor afirma que essa Economia Solidária pode ser um outro tipo de regulação a partir de um projeto político de sociedade, o qual poderia fortalecer e sustentar modos de vida das pessoas em comunidade, não centrada nas esferas do Estado e do Mercado.

Diante desse contexto, considera-se que a possibilidade de reforçar a Economia Solidária surge a partir de uma organização coletiva, por isso a importância e a interligação com movimentos sociais na pauta de reivindicação e criação de novas experiências independentemente do apoio do Estado. Filho (2002) relata que o processo de descoberta e construção dos conceitos de economia solidária, economia popular e informal possui diferenças

porque atua em campos que possuem objetivos e finalidades diferentes. Além disso, cada momento histórico e político possui diferenças significativas. Por exemplo, a presença da Economia na América Latina diferencia-se no sentido encontrado na Europa. Por isso, este trabalho faz referência temporal para cada momento com uma relação paralela de cada contexto histórico, de território, cultural, social e econômico.

Segundo Filho (2004, p.11) a Economia Popular na América Latina pode ser definida por atividades produtivas e comerciais de origem de baixa renda que estão à margem da sociedade, por exemplo biscates, ocupações autônomas, microempresas familiares, as empresas associativas, organizações econômicas populares.

... conceito de economia popular trata-se, segundo nosso entendimento, da produção e desenvolvimento de atividades econômicas calcadas numa base comunitária, o que implica uma articulação específica entre necessidades (demandas) e saberes (competências) no plano local. Tal dimensão comunitária na ação comunitária, ou essa economia popular, articula-se em alguns casos com o plano institucional. Isso acontece, particularmente, nos casos em que o poder público reconhece o saber popular e tenta apoiá-lo sob a forma de assessoria técnica, que, na prática, muitas vezes acaba funcionando como modo de instrumentalização das experiências populares. A tradição do recurso ao mutirão nas práticas de organização e de produção dos grupos populares, muito comum na nossa realidade, pode ser considerada como caso ilustrativo dessa articulação entre necessidades (demandas) e saberes (competências). O mutirão é um sistema de auto-organização popular e comunitária para a realização e a concretização de projetos, que consiste em associar o conjunto dos membros de uma comunidade na execução dos seus próprios projetos coletivos, (FILHO, 2002, p.16).

Deste modo, Filho (2002) relata que um dos princípios da Economia Popular possui uma das características inciativas pontuais no caminho de base comunitária, articuladas numa concepção de saberes populares a partir do surgimento de demandas locais. Por isso, a importância do mutirão como uma articulação da comunidade para resolução de desafio em seguida para cumprir uma tradição cultural. Esse tipo de iniciativa pode ser encarado a partir de uma questão cultural que alguns momentos podem ter um trabalho coletivo, voluntario e solidário.

Neste contexto Filho (2002), relata que a noção de Economia Popular e Economia Informal podem ser identificadas como expressões sinônimas devido ao caráter popular. Entretanto essas duas categorias se distanciam na atuação dos objetivos. A Economia Informal possui base de trabalho precário e de geração de renda direcionado aos interesses do mercado.

Não existe um princípio de coletividade, também não existe uma preocupação com a preservação da memória do saber local.

Segundo o professor Kraychete (2011), o aumento das ocupações informais surge como resultado do desemprego, desassalariamento, aumento de registro de carteira sem ser assinada e ocupações individuais por conta própria. Apesar da busca da informalidade para sobreviver, o trabalhador fica submetido a condições precárias, sujeito a acidentes e doenças, sem nenhum tipo de direito a proteção e seguridade e, no futuro, enfrentam dificuldades para acessar a Previdência Social.

[...] uma outra economia que se gesta em diferentes partes do mundo a partir de iniciativas, sobretudo de natureza cooperativista e associativista, oriundas da sociedade civil e dos meios populares. Tais iniciativas assumem diferentes configurações, desde aquelas que criam o seu próprio circuito de produção e consumo, alimentando cadeias socioprodutivas autônomas e, em alguns casos, fortemente baseadas em relações não monetarizadas, até outras que empreendem relações mais permanentes com o mercado e desenvolvem diferentes tipos de parcerias com poderes públicos. As formas assumidas por esta economia também variam de acordo com as diferentes regiões e países: de cooperativas de produção e prestação de serviços, passando por bancos populares, clubes de trocas e associações de serviços em países latino-americanos, até as cooperativas sociais, as sociedades cooperativas de interesse público, as empresas sociais ou sistemas trocas locais, entre outros, em países europeus, (FILHO; LAVILLE, 2004, p.15).

Este tipo de economia possui três formas: mercantis, não mercantis e não monetários que atua dependendo do contexto histórico, econômico, social, cultural e político. É possível compreender que a terminologia possui sua contribuição dentro da sociedade na questão da Economia Solidária, Economia Social, Economia Popular e Economia Informal. Diante disso, essa dissertação possui uma proposta de focar na bandeira da Economia Solidária no Desenvolvimento Territorial levando em consideração o recorte a partir de uma análise histórica e política da Política Pública: O Centro Público de Economia Solidária.

Por isso, é importante compreender como foi construída essa Política de Economia Solidária, integrando o Poder Público, Organizações de Apoio e Assessoria e os Empreendimentos de Economia Solidária. O processo de construção e execução dos programas sociais de Economia Solidária envolveu a participação e a integração de rede desses três setores. A execução da Política dos Centros Públicos possibilitou o Poder Público criar uma parceria de gestão compartilhada com as Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento, com objetivo de atender, garantir o apoio e assistência técnica para os empreendimentos solidários.

Na figura 1, observam-se os três segmentos da Economia Solidária: Poder Público representado por instâncias governamentais, Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF) e Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). A integração de rede desses três segmentos mostra que existe uma abertura do diálogo na construção e participação na execução dos programas de Economia Solidária. Sendo que cada segmento possui uma representação e função na articulação para fomentar a Política de Economia Solidária.

Figura 01 – A Rede de Economia Solidária no Brasil



Fonte: Atlas de Economia Solidária, 2005, p.14.

A instância governamental pode ser compreendida pela representação do Poder Público, responsável de executar os programas sociais ligados a Economia Solidária. Essas esferas são representadas pelo Governo Federal na figura do SENAES/MTE, Governos Estaduais e Municipais. O governo da Bahia, em 2007, criou a Superintendência de Economia Solidária na Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE para fomentar a Política e os Programas de Economia Solidária. Neste alicerce, Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária representam segmento que consegue mediar e fortalecer a política da Economia Solidária através da atuação de órgãos universitários, organizações sociais: públicas

e privadas, sem fins econômicos, a partir do apoio na assessoria, formação, capacitação, elaboração de projetos, estudo de viabilidade, mobilização, incubação e assistência técnica para os empreendimentos solidários.

O terceiro segmento identifica-se a partir da atuação dos EES, que estão organizados e articulados a partir de iniciativas locais, territoriais, comunitárias e sustentáveis. Essas organizações sociais representam uma estrutura de sustentação da bandeira da Economia Solidária. Além de participação de luta, essas iniciativas possuem força social, que conseguem se integrar em forma de rede e se fortalecerem independentemente do apoio do Poder Público. Podem ser definidas a partir de organizações que possuem características de finanças solidárias: empresas autogestoras, cooperativismo popular, redes de empreendimentos, associações, clubes de trocas e grupos.

Desta forma, compreende-se a ideia de que há um fortalecimento dos grupos e da rede como um todo, uma vez que a adoção de estratégias e a confluência de esforços e evidências cria as condições para que a agricultura familiar por exemplo, passe a ser vista de forma positiva e relevante para a produção de alimentos e geração de empregos (GRISA & SCHNEIDER, 2015, p.30). Essas dinâmicas promovidas através das políticas públicas possibilitam o acesso a nichos de trabalho e renda pelos grupos assistidos, uma vez que a assistência técnica oferecida ajuda a promover o reconhecimento dos atributos e peculiaridades que envolvem as diversas modalidades que compõem os EES, tornando-os viáveis e, sobretudo, rentáveis. Para além disso, há um desenvolvimento de uma consciência de pertencimento sobre o local que ocupa, permitindo a valorização das técnicas utilizadas na produção, por meio das qualificações pertinentes e métodos apreendidos. Consonante a isso, os grupos se reconhecem e se valorizam, pois passam a desenvolver atividades que lhes garantem o acesso a bens de valor social, fortalecendo-os enquanto grupo e, sobretudo, enquanto rede.

Nessa construção, o próximo capítulo realiza uma conexão sobre o caminho percorrido nas relações de poder, relações sociais e a participação política dessa Rede de Movimentos Sociais da Economia Solidária faz relação direta entre Poder Público e Movimentos. Afinal, foi a contribuição do movimento social que auxiliou na construção e aprovação de leis e no processo de formação dos programas sociais de Economia Solidária, sendo que o resultado da integração dessa Rede de Economia Solidária no Brasil possibilitou ajudar a consolidação de diversas iniciativas da Economia Solidária a partir do reconhecimento da participação política da linha transitória entre Poder Público, EES e EAF.

CAPÍTULO 2 – A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: ANÁLISE CONCEITUAL DO PROCESSO DE ARTICULAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESFERAS POLÍTICAS E DE GOVERNO.

A compreensão da construção da participação política dos Movimentos Sociais de Economia Solidária pode ser contextualizada a partir da conceituação histórica do Movimento Social. Estes movimentos são identificados por diversas bandeiras, alguns momentos possuem bandeiras que se aproximam, com o objetivo de conquistar direitos sociais para ser garantidos e efetivados. A bandeira da Economia Solidária faz parte de integração desses Empreendimentos Econômicos Solidários que possuem diferentes atuações, mas conseguem lutar pelo direito a Economia alternativa que seja mais solidária a partir do seu contexto de desenvolvimento territorial e sustentável.

Por isso, para compreender os movimentos sociais deve entender que a categoria do termo passou por diversas etapas de interpretações a partir dos diferentes contextos históricos, políticos, culturais e sociais. Nesse sentido, esses diferentes estudos da temática possuem uma base conceitual em comum: o movimento pode ser compreendido a partir de grupos organizados e articulados, que se unem com objetivos, metas e ações em comum. A visão da sociedade civil sobre movimentos surge a partir da luta e defesa dos direitos para o bem da coletividade.

A partir da análise de Alain Touraine (2006), compreende-se que o movimento social pode ser identificado como ação conflitante de agentes das classes na luta por controle de ação histórica, ele revela que a ação coletiva surge como estratégia dos integrantes da organização para conseguir seus objetivos de grupo. Segundo autor, o movimento social pode ser caracterizado a partir do processo de organização, de articulação, ação coletiva, de associação e de movimento na luta por seus objetivos e interesses da coletividade.

Diante disso, Touraine (2006) relata que para entender o significado do movimento social deve considerar três princípios de característica organizacional: a primeira etapa está caracterizada por uma autodeclaração identitária. Essa identidade surge a partir da construção quando o ator do grupo se integrar e perceber que faz parte do movimento no sentido de autoafirmação de uma nova família. Em alguns momentos, discute sobre seus principais dilemas no coletivo e procura ferramentas para superação desses desafios. Sendo assim, constrói uma identidade com base na sua necessidade em comum a partir das bandeiras e projeto de vida.

A segunda característica pode ser compreendida como o movimento deve ser organizado com seus objetivos e possui oposição ao outro que esteja em desencontro com os princípios e bandeiras do movimento. Por isso, este movimento deve ter um adversário para construir uma forma de organização e articulação para lutar e conquistar seus direitos. A terceira se define como base na totalidade, definindo-se a partir de ação histórica, que se fundamenta na construção ideológica na defesa de uma nova proposta de sociedade mais igualitária e de equidade, composta com reformas estruturais e mudança do sistema atual.

Avanços teóricos fizeram surgir novas conceituações sobre movimentos sociais para atender novos contextos políticos e sociais. Dessa forma, a partir da década de 1970, além das contribuições de Touraine (2006), estudiosos do assunto sobre movimento social começam a ampliar o sentido sobre atuação e característica do movimento. Tarrow *apud* Melluci (1989, p.55) afirma que para compreender o movimento, deve-se considerar as diferentes atuações entre estes movimentos que podem se aproximar e se afastar. Sendo assim, o autor apresenta como ponto de partida três características: 1) atuação de formas de opinião de massa, 2) organizações de protesto a partir das organizações sociais e 3) Eventos de protestos como forma de articulação de ação.

Neste contexto, Alberto Melluci (1989) aborda que o debate sobre o movimento social deve ter uma atenção redobrada e evitar o processo de generalização para entender o fenômeno social. Segundo o autor, o movimento possui um destaque a partir da ação coletiva, com isso possui três pontos importantes para ser compreendido um movimento: a) um perfil que tenha como base a princípio da solidariedade, b) articulação e desenvolvimento de conflito para defesa dos seus interesses, c) rompimento e quebra das linhas do sistema em que aconteceu a ação. Melluci (1989) apresentou essas características com objetivo de diferenciar os movimentos com atos de protestos pontuais, para não ser confundidos multidões com reivindicações de movimentos articulada e organizadas.

Diante a definição sobre movimento social, identificamos essas características acima como movimentos de empreendimentos econômicos solidários que possuem atuação articulada a partir do processo de identidade, reivindicação, solidariedade, organização. Sendo assim, o movimento social não pode ser direcionado para só o sentido de reivindicação por condições materiais e econômicas. Por isso, o contexto vai além dessas circunstâncias, tem relação direta com envolvimento e construção da organização, identidade, pertencimento direcionado na luta pelas bandeiras.

Eles não lutam meramente por bens materiais ou para aumentar sua participação no sistema. Eles lutam por projetos simbólicos e culturais, por um significado e uma orientação diferentes da ação social. Eles tentam mudar as vidas das pessoas, acreditam que a gente pode mudar nossa vida cotidiana quanto lutamos por mudanças mais gerais na sociedade... (MELLUCI, 1989, p. 59)

Entendemos que o Movimento de Economia Solidária pode ser inserido na categoria de movimento sociais, que estão articulados a partir de empreendimentos econômicos solidários e organizações institucionais que lutam por direito de uma sociedade mais justa e de equidade na defesa da Política de Economia Solidária. Nesse sentido, o movimento social a partir de seus princípios surge como processo de contestação da política neoliberal. Uma parte dos movimentos percebe que essa forma de fazer política surge na manutenção do sistema capitalista, que possui como objetivos o desaparecimento dos direitos sociais, a exploração da força de trabalho, o enfraquecimento dos direitos sociais, a ampliação do processo de privatizações e diminuição da atuação do Estado nas ações estruturantes de desenvolvimento social e econômico. Por outro lado, mesmo com o processo de contestação do sistema, alguns movimentos perceberam a importância de criar estratégia de sobrevivência e luta para continuar com ações comunitárias, sustentáveis e de desenvolvimento territorial.

Goss (2004) afirma que a história do movimento social deve ser considerada a partir do movimento sindical-operário, que se articulava para criar alternativas de sobrevivências coletivas, lutava por melhorar as condições de trabalho e garantia de oportunidade no acesso aos direitos fundamentais. Naquele etapa histórica e política, uma parte dos operários tinha uma base ideológica que lutava contra uma elite econômica que controlava os meios de comunicação. Por isso, este período estava marcado pela luta por direitos sociais que fundamentava a busca por maiores condições materiais. O segundo período histórico a partir do acesso ao poder de consumo e aos direitos fundamentais de sobrevivência afasta-se da centralização de ideias direcionadas ao trabalho e da contestação do sistema capitalista. Os diferentes setores da sociedade começam a ter visibilidade e coloca em pauta direitos de afirmação e reconhecimento das múltiplas identidades: Movimentos LGBTQ¹, Movimento Negro, Ecologistas, deficientes físicos, dentre outros.

O Movimento de Economia Solidária passou por diversas transformações que ultrapassam o debate da questão material, mas não deixa de lado, se complementa com novas

¹ LGBTQ - é a sigla de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros. Em uso desde os anos 1990, o termo é uma adaptação de LGB, que era utilizado para substituir o termo gay para se referir à comunidade LGBTQ no fim da década de 1980.

demandas encontradas dentro dos grupos a partir de concepção de identidade, pertencimento e aparecimento de novos pleitos que vão além da questão da renda e do trabalho. Identificamos diversos movimentos que trabalham e lutam por direitos da Economia Solidária e que possuem diferentes características de bandeira e atuação, que seja interligado com organizações e grupos de mulheres, território, agricultores familiares, comunidades tradicionais, raça, etnia, justiça social, cultura, de moradia, educação, juventude, meio ambiente entre outros.

O que diferencia um movimento social de uma organização não governamental? O que caracteriza um movimento social? Definições já clássicas sobre os movimentos sociais citam como suas características básicas o seguinte: possuem identidade, têmpositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade. Historicamente, observa-se que têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade; apresentam conjuntos de demandas via práticas de pressão/mobilização; têm certa continuidade e permanência. Não são só reativos, movidos apenas pelas necessidades (fome ou qualquer forma de opressão); podem surgir e desenvolver-se também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência. Na atualidade, apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática. Hoje em dia, suas ações são pela sustentabilidade, e não apenas autodesenvolvimento. Lutam contra a exclusão, por novas culturas políticas de inclusão. Lutam pelo reconhecimento da diversidade cultural. Questões como a diferença e a multiculturalidade têm sido incorporadas para a construção da própria identidade dos movimentos. Há neles uma ressignificação dos ideais clássicos de igualdade, fraternidade e liberdade. A igualdade é ressignificada com a tematização da justiça social; a fraternidade se retraduz em solidariedade; a liberdade associa-se ao princípio da autonomia – da constituição do sujeito, não individual, mas autonomia de inserção na sociedade, de inclusão social, de autodeterminação com soberania. Finalmente, os movimentos sociais tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais, (GOHN, 2010, p.335).

Segundo Gohn (2010), a necessidade de uma sensibilidade crítica para compreender a abertura de novas interpretações sobre os movimentos a partir do contexto histórico, político, social e cultural. A contribuição teórica da autora revela que o movimento social passou por diversas mudanças e transformações e possui estratégias de atuação sem perder sua identidade a partir de reivindicações, pressões diretas, passeatas, marchas, atos públicos e ainda através dos meios de comunicação, das redes sociais para mobilizar, articular e comunicar em nível local, comunitário, regional, territorial, nacional e internacional.

Apesar de a organização do movimento social possuir como base a ação coletiva, esse termo surge no contexto que não deve ser confundido na atuação dos movimentos com pequenos atos de multidões. Para isso, Mancur Olson (1996) afirma que a ação coletiva pode

ser compreendida a partir de atuação determinado grupo que consegue transformar os interesses individuais em interesses coletivos. Por isso, nem todo ato de ação coletiva é determinado por um grupo organizado, sendo assim nem toda ação coletiva poder encarado como movimento social.

O grau de organização política é uma das principais estratégias para compreender as articulações dos Movimentos Sociais de Economia Solidária, que se organizam e se articulam em forma de rede de grupo associativo e coletivo para definir seus interesses e resolver os principais desafios que estão relacionados com a bandeira de Economia Solidária. Robert D. Putnam (1996) revela que o capital social surge a partir dessa organização social e política, com o objetivo de lutar para resolver principais desafios dos grupos. “Uma vez tendo criado suas primeiras instituições de pequeno porte, um grupo de indivíduos pode utilizar o capital social assim gerado para solucionar problemas de maior monta através de mecanismos institucionais mais complexos”. (PUTNAM, 2006, p.179).

No contexto atualizado, Baquero (2008), amplia o sentido da palavra capital social, sendo que considera características importantes para definir o elevado capital. Para isso acontecer, surge a importância da construção e consolidação de um processo participativo democrático e de desenvolvimento político, cidadania e partitivo. Conforme autor, o capital social pode ser uma ferramenta que possibilite uma possível emancipação do grupo numa perspectiva de construir uma luta para transformação da sociedade por condições melhores. Então, compreende-se capital social como uma característica importante para perceber a organização social, articulação e mobilização de forma participativa integrada coletiva do Movimento Social de Economia Solidária.

A possibilidade de compreender a atuação do Movimento Social de Economia Solidária surge numa concepção de participação política, que se articula e organiza a partir de grupos, empreendimentos, coletivos, redes, associações para conseguir lutar pelo direito a criação de Políticas Públicas e pela efetividade dos programas sociais de Economia Solidária. Lucia Avelar (2007) afirma que a participação está conectada com a ação de determinados agentes ou grupos com objetivos de influenciar na articulação política.

Participação é uma palavra latina cuja origem remota ao século XV. Vem de *participatio*, *partivipationis*, *participatum*. Significa ‘tomar parte em’, compartilhar, associar-se pelo sentimento ou pensamento. Entendida de forma sucinta é a ação de indivíduos e grupos com o objetivo de influenciar o processo político, (PIZZORNO *apud* AVELAR, 2007, p. 264).

Avelar (2007) afirma três eixos são importantes para entender o processo de participação política. Em cada contexto existe uma diferença de objetivos e funções das organizações dos setores da sociedade. Para isso, a autora apresenta o primeiro vinculado ao Canal Eleitoral, que integra e envolve o sistema eleitoral com a participação nas eleições partidárias. O segundo está ligado aos Canais Corporativos e atua no campo de representação de classes com o objetivo de articular por seus interesses privados no sistema estatal. E o terceiro, o Canal Organizacional é um campo de atividade que não são institucionalizadas no setor da política e está ligado aos setores organizacionais sociais da sociedade civil através de ações políticas e participações populares, como em reivindicação do campo da Economia Solidária, direito campo, economia solidária mais justa etc. Para compreender o movimento de Economia Solidária deve-se considerar o processo de organização de participação política e popular na ocupação de espaços estratégicos e na luta pela garantia Políticas Públicas para o campo da Economia Solidária.

2.1 A CONTRIBUIÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A construção histórica da Economia Solidária aconteceu devido contribuição diversos fatores vinculados diretamente com os movimentos sociais, o qual perceberam uma parte que este poderia fornecer resposta para principais desafios que o sistema capitalista não conseguia atingir de atender interesses coletivos dos menos favorecidos. Neste contexto, a conceituação da Economia Solidária veio numa concepção plural a partir de movimento dinâmico de mudança, sem abandonar uns dos seus maiores objetivos de conquista de uma possível solidariedade.

Para Cunha (2003), a Economia Solidária apresenta-se como processo de alternativa de contraponto ações do sistema capitalista, para isso, busca-se articulação organizativa de autogestão e possível luta para chegar uma transformação social. Supracitado, afirma que existe diversas linhas de defesa a este tipo de Economia Solidária, um com perfil mais ideológico e outros numa linha mais de alternativa de experiências, mas não resolveria a crise do desemprego e trabalho. Para (SOUZA; CUNHA; DAKUZAKU, 2003):

... a economia solidária se insere em um conjunto mais amplo de iniciativas que vêm sendo interpretadas como formas de resistências e fontes de propostas alternativas à crise do modelo de desenvolvimento dominante. A maioria dessas iniciativas são pequenas e locais e se desenvolvem à margem do Estado, com o apoio de agentes externos, mas nelas emerge o que o teórico em desenvolvimento urbano John Friedmann chama de uma “nova forma de política” “(a new politic)”, onde as pessoas, e em especial os setores excluídos, assumem papel ativo na reconstrução da esfera pública, ajudando a construir um espaço político onde passam pressionar por políticas que sustentem um desenvolvimento alternativo. (1992:138). Nem todas essas iniciativas são associativas, muitas são individuais ou familiares. Por outro lado, nem todas são de caráter econômico, muitas se organizam para reivindicar direitos básicos, solucionar demandas imediatas ou atender a outros aspectos da manutenção da vida (sociais, culturais, religiosos) que não necessariamente econômicos. Mas, aqui, nos interessam as formas que assumem um caráter notadamente coletivo (por isso se aproximam mais da definição de “uma nova forma de política”) e que ao mesmo tempo possuem natureza marcadamente econômica, porque organizadas para produção, consumo e distribuição de bens e serviços. Essas correspondem ao que chamamos de economia solidária, (SOUZA; CUNHA; DAKUZAKU, 2003, p.48).

Neste contexto, os autores acima relatam que a Economia Solidária apresenta dois campos fundamentais: a primeira está direcionada uma dimensão econômica, o qual possibilita atividades remuneradas através de tipo de trabalho coletivo para garantir sobrevivência melhor condições de vida. A segunda, a dimensão política que usa as práticas solidárias democráticas através do processo organizativos com movimentos, grupos, cooperativas e associações autogestionárias. A análise permite compreender que existem diferentes tipos de grupos, uns não se enquadram em processo associativo e cooperados, possuem perfis individuais e familiares, uma outra parte não possui um lado econômico, mas se organizam para reivindicar e pautar seus direitos básicos para o acesso melhor qualidade de vida.

O marco do processo histórico da Economia Solidária no Brasil surge a partir dos impactos negativos dos governos Militares que pós 1964 provocou diversas mudanças no segmento político, de liberdade, social e econômico, com apoio da classe média, alta, elites agrárias e dos EUA, destituíram o presidente João Goulart. Este período ficou em destaque a partir de cinco governos militares.

Durante gestão desses governos houve diferentes percursos de direcionamento político: política centralizada, suspensão dos direitos políticos, greves sindicais, autoritarismo burocráticos, política conservadora para atender interesses do mercado internacional, prisões, assassinatos, exílios, torturas, desaparecimentos de lideranças, presença, milagre econômico direcionado crescimento, fim do milagre econômico etc.

Atuação política das grandes Centrais Sindicais e dos Movimentos Estudantis possibilitaram diversas movimentações e manifestações para que o governo Militar retomasse o processo de redemocratização. Para isso, inicialmente houve aprovação da Lei da Anistia que possibilitou o retorno de grandes lideranças que foram exiladas, livraram-se também da justiça os militares que estavam envolvidos em repressões, torturas e mortes que iam contra princípios dos Direitos Humanos

Os governos Militares tinham perfil direcionado para intervenção e planejamento verticalizado que tinha com o objetivo atender os interesses da classe alta e o mercado internacional. A concepção de governo era direcionada para política higienista e segregacionista, o que comprovou aumento da desigualdade social e econômica, desemprego, concentração das riquezas na mão de poucos.

Apesar da realidade de um governo que atendia só uma classe alta, houve um processo de articulação desses movimentos sociais de construir alternativas solidárias dentro da própria comunidade numa lógica de educação popular, economia solidária e desenvolvimento territorial. Para isso, percebeu-se que tinha de fortalecer organização social daquela localidade. Iniciativas, por exemplo: mutirão solidário, fundos rotativos, troca solidária já existiam nesses lugares, o qual foram passados de geração a geração de a partir de diferentes culturas.

A economia solidária começou a ressurgir, no Brasil, de forma esparsa na década de 1980 e tornou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos de 1990. Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990, (SINGER, 2003, p.25).

Este período de 1980 foi destaque devido o movimento de redemocratização, a transição do governo Militar para abertura de governo democrático com eleições diretas e aprovação de uma nova Constituição Federativa de 1988, o qual garantiu e ampliou garantia direitos sociais: Educação, Saúde, Cultura, Transporte, Moradia, Transporte Público, Saneamento Básico e Serviços Públicos.

Diante a garantia dos direitos sociais e a abertura do processo democrático, ainda existia um processo de crescente desigualdade econômica e social no Brasil. Posterior a isso, governos democráticos daquele período tinha uma linha de política neoliberal de atender os interesses dos países desenvolvidos.

A década de 1990 foi um momento inicial de executar essa política neoliberal. Mesmo com esse pacote econômico ideológico, o Brasil apresentava altas taxas de indivíduos desempregados e a falência de diversas indústrias que não conseguia competir com mercado internacional. Então abertura do mercado local e regional para interesses do mercado internacional não conseguia diminuir os contratos sociais e econômicos. Por outro lado, aos poucos essa política capitalista colocava a nação submetido ao controle econômico e político dos países desenvolvidos.

Afirma Singer (2003) os trabalhadores se organizavam através da ferramenta organizativa, o sindicato no intuito de lutar em defesa do direito ao emprego. Para isso, os sindicatos no primeiro momento começaram processo de pressão e negociação com essas Empresas/ Indústrias para construir uma proposta de contra o desemprego estrutural e tecnológico. Diante disso, não houve um sucesso na articulação devido diferentes interesses entre Patrão e Empregado, o qual prevalecia o lucro e a exploração da força de trabalho.

Devido esse resultado, os sindicatos em conjunto com os trabalhadores iniciaram um processo de construção de rearticulação de recuperar essas empresas falidas, com isso fizeram uma proposta de ser autogeridas pelos próprios trabalhadores, possibilitou o nascimento de diversas cooperativas de autogestão e a criação da Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participações Acionárias (ANTEAG)² que iniciou a partir da década de 1990.

A ANTEAG representa uma proposta renovadora porque nasceu a partir de crise de desemprego que colocou os trabalhadores em conjunto com sindicato da classe para construir possibilidade enfrentamento daquela crise de desemprego estrutural e tecnológico, com isso a primeira missão foi o trabalho de autogestão e manutenção de trabalhos coletivos, essa experiência possibilitou multiplicação de novas articulações dos trabalhadores nas principais regiões do País com intuito de incentivar projetos auto gerenciários.

Além dos problemas do desemprego estrutural e tecnológico, houve um processo de visibilidade na luta contra a desigualdade social e econômica, o qual provocou uma articulação dos movimentos em nível territorial, estadual e nacional no combate dos principais problemas

²Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participações Acionárias (Anteag), nasceu a partir de uma experiência na Franca-SP (1991), uma empresa de produção de calçados foi a falência, os trabalhadores unidos com sindicato da categoria construíram uma proposta de autogestionárias, conseguindo reabertura da empresa e dos postos de trabalho. Disponível em: <<http://cirandas.net/anteag>>. Acesso dia 20 de fevereiro de 2018.

macros que afligiam naquele momento histórico, econômico e político. A crise não pode ser considerada para setor específico do trabalho, deve se relacionar com a falta de acesso de Políticas Públicas: Educação, Saúde, Cultura, Moradia, Transporte etc.

A implementação de políticas públicas possibilitou a saída de muitas pessoas do campo da pobreza. Isso motivou movimentos sociais apoiarem a bandeira da Economia Solidária buscando alternativas locais de desenvolvimento territorial e de princípios de autogestão para estimular geração de trabalho na comunidade, valorização e preservação da cultura. Por isso, presenciou-se o surgimento de diversas iniciativas de Empreendimentos Solidários, com ideias simples de tecnologias sociais, fomentou e aqueceu a economia comunitária.

76% da população brasileira se encontram em áreas predominantemente urbanas, que correspondem somente a 26% do total de municípios. Por outro lado, a maior parte dos municípios (60,4%) foram classificados como predominantemente rurais, reunindo, no entanto, apenas 17% da população. (IBGE, 2012, p.01).

Este período também ficou marcado pela concentração e latifúndio de terras, provocando retirada de agricultores de sua terra para enfrentar novo mundo da cidade urbana. A falta de incentivo e a dificuldade de uma possível Reforma Agrária, fortaleceu uma mudança na migração da população do Brasil. A maioria das cidades brasileiras concentra maior parte da população urbana com média de quase 80 por cento, isso fortaleceu crescimento desproporcional nas grandes cidades, devido ausência de oportunidade e de garantia de condições e permanência no campo. Apesar disso dados do IBGE (2012) mostra que 60,04% dos municípios são rurais, mas concentra 17,0% da população.³

Diante disso, abriu-se passagem e visibilidade de vários movimentos, década de 90, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra⁴, começou recebe destaque devido a sua organização de formação dos Trabalhadores e Agricultores Sem Terra. Para isso houve um processo de ocupação e assentamento diversas terras improdutivas de origem dos latifúndios. Esse movimento nasceu com a missão de lutar o direito a Reforma Agrária e melhores condições vida para permanência no campo. Além disso, articulação de ocupação de terras veio

³Dados do IBGE (2012) mostra um Brasil menos Urbano. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/15007-nova-proposta-de-classificacao-territorial-mostra-um-brasil-menos-urbano.html>>. Acesso no dia 20 de fevereiro de 2018.

⁴ Movimentos de Trabalhadores Rurais Sem Terra, organizado em 24 estados. Possui um total de cerca de 350 mil famílias, o qual conquistaram a terra por meio da luta e organização dos trabalhadores rurais. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/quem-somos/#full-text>>. Acesso no dia 08 de fevereiro de 2018.

acompanhado com um processo de formação e do surgimento de iniciativa autogestão, por exemplo: criação de Cooperativas da Agricultura Familiar.

A partir das considerações de Singer (2003) revela uma contribuição de uma organização social que recebeu destaque nível social na década de 90: Ação da Cidadania Contra Fome, a Miséria e Pela Vida (Ação da Cidadania)⁵, a partir dos dados do IPEA que considerou 32 milhões de brasileiros a baixo a linha da pobreza. O movimento Ação da Cidadania veio com missão de “Solidariedade, Todos Nós Podemos”. A maior contribuição foi na formação de comitês locais da sociedade civil, formado por lideranças comunitárias com participação de todos segmentos sociais, com isso fortaleceu os movimentos sociais no intuito de articular a construção de pautas de reivindicação de direitos básicos: serviços públicos de qualidade, saneamento básico, saúde, cultura, mobilidade, educação etc.

Neste contexto, começa a surgir organizações de articulação, apoio e fomento a política de Economia Solidária: as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) pertencentes às universidades, essas incubadoras foram criadas para assessorar os movimentos na parte jurídica- legal, administrativa, gestão e organizacional. Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS)⁶ pertencente a Central Única de Trabalhadores, UNITRABALHO⁷, DIEESE Departamento intersindical de Estudos Estatísticos, sociais e Econômicos. A presença também da articulação da CÁRITAS é um organismo do Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB)⁸ etc.

A década de 1990 representou um processo histórico de luta dos movimentos sociais, esses segmentos buscavam espaço de decisão para construção de Políticas Públicas direcionada para o campo da Economia Solidária, com isso houve diversas manifestações e movimentações das organizações com intenção de visibilidade da bandeira.

⁵Ação da Cidadania Contra Fome, a Miséria e Pela Vida é uma rede de mobilização nacional e se transformou movimento social. Disponível em: <<http://www.acaodacidadania.com.br/?page=quemsomos>>. Acesso no dia 08 de fevereiro de 2018.

⁶**Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT)** é uma organização de fomento à Economia Solidária e ao Desenvolvimento Local constituída e coordenada pela Central Única dos Trabalhadores. Disponível em: <<http://www.cutpr.org.br/conteudo/29/ads-cut>>. Acesso no dia 08 de fevereiro de 2018

⁷**UNITRABALHO** é uma Rede Nacional de Universidades que apoia os trabalhadores na sua luta por melhores condições de vida e trabalho, realizando projetos de ensino, pesquisa e extensão que integram o conhecimento acadêmico ao saber elaborado na prática social. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br/que/>>. Acesso no dia 08 de fevereiro de 2018

⁸ **A CÁRITAS** Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidária. Disponível em: <<http://caritas.org.br/>>. Acesso no dia 10 de dezembro de 2017.

Naquele momento, os movimentos sociais com bandeiras de lutas diferentes, em determinada fase, uniam-se unificando a bandeira em prol da Economia Solidária. Isso provocou direcionamento na defesa do campo da Economia Solidária, o qual conseguia atender a necessidade de uma parcela desses movimentos que lutavam por mais dignidade, direito ao Trabalho, igualdade, equidade, solidariedade, justiça etc. Por isso, a possibilidade dessa bandeira surgiu com intuito de enfrentar desigualdade, o desemprego, injustiças sociais, a fome e a miséria que só poderia ser possível a partir da defesa da Política de Economia Solidária.

O marco histórico e político de destaque na luta pela defesa da bandeira Economia Solidária começou a partir da organização do Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre em 2001. Este espaço de debate e deliberação representa debate ampliado e internacional que envolve diversas nações que fortaleça o desenvolvimento das nações subdesenvolvidas. Os movimentos sociais nas plenárias em conjunto com setores universitários e de pesquisa, relatavam impacto negativo da política neoliberal globalizada que ampliava o processo de desigualdade econômica, social e controle dos países subdesenvolvidos.

Nesse sentido, o FSM também representa crítica, protesto e oposição na realização do Fórum Econômico de Davos, o qual possui o objetivo de construir relações diplomáticas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos para construção de acordos no mercado internacional para ampliar o processo de exploração, dominação e fortalecimento da política neoliberal.

Um dos resultados positivos do FSM culminou na proposta do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), este espaço de organização e articulação possibilitou um intercâmbio com diversos segmentos, lideranças, atores sociais no intuito de debater sobre a “Economia Solidária e Autogestão”, o qual possibilitava uma troca das principais experiências dos trabalhadores nas perspectivas auto-organização e auto-gestão, direcionado também para a reflexão no processo de construção das Políticas Públicas.⁹

Segundo o FBES (2017), este espaço representou destaque na trajetória da Economia Solidária devido às articulações de milhares de movimentos, a partir deste processo começou a articular bandeiras nacionais, com o intuito de reivindicar uma política para o setor da Economia Solidária. Neste evento, o Fórum Social Mundial possibilitou uma oportunidade para discutir e

⁹O FBES, Fórum Brasileiro de Economia Solidária, está organizado em todo o país em mais de 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária. O FBES é fruto do processo histórico que culminou no I Fórum Social Mundial (I FSM), que contou com a participação de 16 mil pessoas vindas de 117 países. Disponível em: <<http://fbes.org.br/2005/05/02/sobre-o-fbes/>>. Acesso no dia 08 de fevereiro de 2018.

deliberar estratégias do campo economia solidária, para isso foi constituído o Grupo de Trabalho Brasileiro da Economia Solidária, composto por diferentes organizações sociais:

[...] composto de redes e organizações de uma diversidade de práticas associativas do segmento popular solidário: rural, urbano, estudantes, igrejas, bases sindicais, universidades, práticas governamentais de políticas sociais, práticas de apoio ao crédito, redes de informação e vínculo às redes internacionais. As doze entidades e redes nacionais que em momentos e níveis diferentes participavam do GT-Brasileiro eram: Rede Brasileira de Socioeconômica Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE); Caritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED); e alguns gestores públicos que futuramente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, (FBES, 2017, p.01).

O Grupo de Trabalho conhecido GT- Brasileiro oportunizou e articulou as organizações, a unificando as forças para uma pauta em nível nacional: a defesa da Economia Solidária. Nesse sentido, houve um processo de construção de rede entre esses segmentos, iniciou se integração e construção de pautas coletivas que proporcionou atender os interesses das entidades.

A rede fortaleceu uma comunicação e articulação bem mais rápida para discutir com o governo as principais demandas, respeitando contexto territorial de cada grupo. Isso possibilitou formação de um bloco dos movimentos sociais que lutam na defesa de uma Política Nacional de Economia Solidária.

Amorim e Araújo (2004), este espaço representou intercâmbio entre gestores e das organizações nacionais e internacionais. Além disso, este momento, concebeu divulgação e debate de experiências internacionais sobre as Políticas Públicas de economia solidária. O secretário de Economia Solidária do Ministério da França, Guy Hascoet, apresentou as experiências construída na sua gestão do governo francês.

Diante este contexto, o FSM representa uma articulação e organização nível nacional e internacional dos movimentos sociais, a partir disso começou se institucionalizar evento para organização a cada ano. Segundo Amorim e Araújo (2004), este FSM representou uma estruturação inicial de um Fórum Brasileiro de Economia Solidária que reunisse as organizações produtivas, assessorias, gestores ligado ao campo da Economia Solidária. Nesta

fase, essas organizações lançaram o documento “Princípios da Economia Solidária”, esse ato documental representa uma forma de mobilizar e orientar as entidades produtivas da economia solidária, com provocação e a necessidade de criar um Fórum Brasileiro de Economia Solidária envolvendo numa forma participativa e democrática.

O período de 2002 foi ano de mudança significativas no processo de gestão executiva do governo brasileiro com o mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva que apresentou interesse e abertura para os movimentos sociais na construção de pautas participativas e consultivas. Por isso, o GT- Brasileiro apresentou uma carta “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”. Este documento reivindicava a possibilidade de criação de uma Secretaria Nacional e Políticas Públicas direcionada para campo da Economia Solidária. Aos poucos com movimentos de ampliar, integrar e unir forças com entidades que tinham os mesmos desejos e objetivos de luta, com isso fortaleceu corrente de pressão para que o governo atendesse as demandas encaminhadas.

A I Plenária Nacional de Economia Solidária foi realizada no ano de 2002, segundo FBES possibilitou construção de uma Plataforma da Economia Solidária. Posterior a isso, a plataforma aos poucos foi sendo construída a partir dos resultados e deliberações da II e III Plenária Nacional de Economia Solidária.

Segundo FBES (2017), a II plenária dos movimentos durante a realização do FSM em janeiro de 2003 articulada pela GT Brasileiro destacou sua força de mobilização e apresentação do livro “Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária”. Percebemos que movimento além de pautar reivindicações para o governo, começava se articular em forma de rede ampliando seu poder de mobilização e organização.

A partir da III plenária Brasileira de Economia Solidária em junho de 2003, este evento representou um marco de articulação, consolidação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e apresentação da Carta de Princípios e da Plataforma de Lutas. O papel do FBES era de fortalecer e manter mobilizações, agendas, encontros, plenárias e as atividades nacionais dos movimentos com pauta da economia solidária. Este FBES fortaleceu a formação de fóruns estaduais, inclusive foi neste momento que constituiu o Fórum Economia Solidária da Bahia. Diante disso, III Plenária representou a construção dos principais eixos norteadores para compreender os objetivos:

As Finanças Solidárias entram como processo importante de consolidação no âmbito de Políticas Públicas, no intuito de criar fundo nacional que apoie e fortaleça os empreendimentos

da Economia Solidária, com uma proposta de gestão descentralizada, com participação ativa e popular, respeitando as diferenças regionais e de controle social. As fontes devem possuir diversas referências seja, local, territorial, estadual, nacional e internacional de origens de recursos públicos e privados.

No tocante, o Marco Legal permite o Fórum Brasileiro de Economia Solidária uma articulação em conjunto com governo e a sociedade civil a construção de Políticas de interesses no campo da Economia Solidária nas diversas reformas: a Tributária, previdenciária, trabalhista, fiscal etc. Busca-se no processo legal promover as diversas formas de Economia Solidária: coletivas, lojas solidárias, cartões de crédito solidários, feiras, sistemas de trocas com moeda social, agricultura familiar orgânica, comércio justo etc.

A Educação sustenta os eixos surgindo como oportunidade de promover o ensino com proposta diferenciada para novas gerações, incorporando programas de Economia Solidária junto ao MEC, atendendo da pré-escola até pós-graduação, preservando valores da cultura solidária e pedagogias que foquem na solidariedade e a construção de novo modelo de sociedade. Sendo assim, garantir também centros de referência públicos, no intuito de oportunizar cursos, treinamentos e aprendizagem no campo do associativismo/cooperativismo na perspectiva da Economia Solidária.

O eixo da Comunicação entra como processo estratégico importante de articulação e divulgação das ações integradas, por isso intensificação de criação de sistema de comunicação divulgando e sensibilizando a sociedade sobre a Economia Solidária. Para isso, deve focar em linguagem apropriada através de recursos: ensino a distância, vídeos, cartilhas, informativas, livros didáticos, criação de sites na internet, a criação de um disco Economia Solidária. Além disso, a criação de banco nacional de Políticas Públicas para campo da Economia Solidária, facilita a concessão de rádios e TVs comunitárias e autogestionárias, jornais revistas, estímulo à produção de programas, pelas TVs e rádios comunitárias com a temática.

No aspecto de Redes de Produção, Comercialização e Consumo entrelaça o objetivo de desenvolver, fortalecer e articular as redes de produção e consumo em nível local, regional, nacional e internacional, garantindo princípios da Economia Solidária, auto sustentabilidade, com respeito das diferenças regionalidades dos empreendimentos, com o processo de equidade entre pares, como a igualdade de gênero, raça, etnia, idade etc. No intuito de garantir a emancipação de grupos que são discriminados dentro da Economia Solidária. Fortalecer a criação de um portal brasileiro de Economia Solidária, no apoio a redes nacionais de

comercialização e de intercâmbio de informações, localização de produtos e serviços, diagnósticos de cadeias produtivas e transferências de tecnologias, com parcerias, negócios e investimentos coletivos entre os empreendimentos de Economia Solidária numa perspectiva de visibilidade e projeção nacional e internacional.

A Democratização do Conhecimento e Tecnologia surge como pauta importante no processo de promover o desenvolvimento de tecnologias apropriadas à Economia Solidária, na busca de desenvolver e qualificar produtos, respeitando a cultura e saberes locais, proporcionando melhores condições de trabalho, de saúde e de sustentabilidade ambiental aos empreendimentos. Inserindo orientações no processo de ações dentro da pesquisa e programas de extensão das Universidades para a produção de tecnologias alternativas, difusão de saberes com foco prioritário na Economia Solidária numa perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Na semana da III plenária, um dia antes de acontecer, o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva anuncia o lançamento da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do Ministério do Trabalho e Renda (MTE). Essa notícia foi a partir do resultado das resoluções e reivindicações do movimento social de Economia Solidária, o qual exigiu do governo a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Art. 18 À Secretaria Nacional de Economia Solidária compete: I - subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do Ministério; II - articular-se com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de economia solidária; III - planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária; IV - colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza; V - estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular; VI - estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente; VII - contribuir com as políticas de microfinanças, estimulando o cooperativismo de crédito, e outras formas de organização deste setor; VIII - propor medidas que incentivem o desenvolvimento da economia solidária; IX - apresentar estudos e sugerir adequações na legislação, visando ao fortalecimento dos empreendimentos solidários; X - promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da economia solidária. (BRASIL, p.02, 2015).

Apesar da conquista de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), houve processo de mobilização para construção de proposta no campo da Economia Solidária, com isso foi articulado a defesa de orçamento específico para SENAES. A missão dessa

secretaria surge como processo de combate à desigualdade e a exclusão social, por meio da promoção, fomento e apoio as organizações produtivas de empreendimentos solidários.

Segundo Singer (2014), uns dos principais desafios dessa secretaria era integrar com as ações do MTE, existia pouco esclarecimento sobre a temática, o qual possibilitou processo demorado de integração entre as ações da SENAES com Ministério do Trabalho e Emprego MTE. Nesse sentido, houve uma articulação da SENAES de criar espaços de decisão integrando com os movimentos de Economia Solidária.

A conquista do SENAES e a aprovação de regulamentação para campo da Economia Solidária, possibilitou uma abertura para o diálogo na mediação para construção de uma possível Política Pública. A necessidade programas e a consolidação de Políticas Públicas para empreendimentos econômicos solidários surge a partir da falta de apoio institucional e assistência técnica para esses grupos que até pouco tempo não tinha visibilidade para ações do Estado.

“Políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos. As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais, (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

Segundo Teixeira (2002), deve-se diferenciar Políticas Públicas de Políticas Governamentais, nem sempre ação de políticas irão ter continuidade no próximo governo, para ser públicas necessita da existência de garantia constitucional de continuidade independentemente do tipo de representação governamental, com garantia da participação democrática do campo envolvido. Por isso, segundo autor importância da participação dos movimentos populares para conseguir influir suas propostas nas políticas para atingir seus objetivos e atender a maioria da população.

De um modo geral, as políticas públicas buscam resolver demandas sociais de grupos e setores a margem do sistema político ou econômico, e que passam a pautar a agenda política mediante pressão popular ou por interferir no sistema político ou econômico. Garantir, efetivar ou viabilizar os direitos constantes nas cartas constitucionais ou mediante a legalização de lutas sociais que buscam o reconhecimento da cidadania. Também existem políticas para regular conflitos ou viabilizar processos econômicos de grupos específicos, ou políticas mais gerais que objetivem a criação de alternativas ao desenvolvimento nacional, estadual ou municipal. As políticas públicas têm objetivo claro de resolução de problemas sociais, mas expressão na sua formulação e execução a visão de mundo daqueles que dirigem o aparelho estatal, seja para legitimar seu poder, seja para garantir a capacidade de governança, (CRUZ,2015, p.126).

Para Cruz (2015), existe uma relação de poder entre o governo e os setores da sociedade civil, a possibilidade de conquistar a construção e execução de Políticas Públicas estar direcionada na articulação de lutas sociais a partir dos movimentos que surge, com objetivo de garantir seus direitos para resolver seus principais dilemas.

Para a consolidação da SENAES houve uma movimentação de construção de proposta para garantia de recurso, mapeamento da realidade e criação de espaços decisórios para conseguir efetivar a Política de Economia Solidária. Para isso, apresentou se um processo de pesquisa e coleta de dados no mapeamento do Empreendimento Econômicos Solidários e a articulação nível nacional de mobilização para construção de plataforma de proposta, a partir da execução das Conferências regionais, territoriais, estaduais e nacionais.

Nesse sentido, essa secretaria começou a possuir orçamento próprio com repasse do MTE e dos Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Segundo Goerck (2009, p. 193), conforme base de dados do MTE no orçamento foi disponibilizado no Plano Plurianual (PPA) de 2008-2011¹⁰, em 2009 para Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento correspondia de R\$ 57.398.007,00 sendo, R\$ 13.220.400,00 disponibilizados pelo MTE e R\$ 44.177.607,00 pelo MDS.

Diante dos desafios identificados, a SENAES percebeu que para se fortalecer e garantir orçamento próprio, deveria estar com o apoio direto dos movimentos sociais. Para isso, houve uma articulação e mobilização para a realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em Brasília, ano de 2006. Isso possibilitou uma maior visibilidade na política de Economia Solidária em nível nacional. Além disso, a conferencia foi instrumento

¹⁰Plano Plurianual - PPA orçamento. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/economia%20solid%C3%A1ria/prog_apresentacao.asp>. Acesso no dia 05 de fevereiro de 2014.

de construção de propostas, deliberações, denúncias e encaminhamentos. O resultado da conferência possibilitou uma mobilização para criação do Conselho Nacional de Economia Solidária, este espaço surge como oportunidade de ser consultivo e de fiscalização com representações diversas categorias da ECOSOL: organizações sociais do segmento, poder público e as universidades etc.

A criação do SENAES/MTE na esfera Federal foi oportunidade de incentivo para criação de secretarias no nas instâncias dos governos Estaduais e Municipais. Seguindo orientações do governo Federal e reivindicação do Movimentos Sociais, o governo da Bahia no ano de 2007, criou a Superintendência de Economia Solidária- SESOL dentro da Secretaria do Trabalho Emprego, Renda e Esporte- SETRE.

No ano de 2011 houve processo diálogo entre movimento social e o governo, exigiu se a necessidade de aprovação de lei que garantisse a Política Economia Solidária e a criação do Conselho Estadual de Economia Solidária do Estado da Bahia¹¹. Nesse sentido, instituída a criação do Conselho Estadual de Economia Solidária e a provada a criação da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado da Bahia. O conselho possibilitou maior articulação e monitoramento das ações da Política de Economia Solidária, contribuiu para legitimação na continuidade na implantação de Centros Públicos de Economia Solidária.

Segundo FBES (2017), os Fóruns Estaduais se articularam e perceberam a necessidade de organizar encontro para debater sobre as diversas organizações produtivas. No intuito de integrar em forma de rede, deliberar e discutir sobre as principais experiências da Economia Solidária, numa perspectiva de produção, comercialização, comércio justo, finanças solidárias, assessorias e outros. Isso resultou no I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária no ano de 2004, o qual obteve a participação ativa e representativa dos estados brasileiros.

A consolidação do Movimento de Economia Solidária foi possível devido essa organização e fortalecimento do trabalho de Rede, que integra dois campos: movimentos sociais com participação ativa nas resoluções e reivindicações e do Poder Público numa perspectiva de controle social e participação democrática na execução dos programas sociais para o campo de Economia Solidária.

¹¹Criação da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária a Lei nº 12.368 de 13 de 2011.

Diante disso, a criação desse espaço e ferramenta de articulação em Rede possibilita um processo de estímulo de participação democrática, esse resultado mostra que existe um capital social satisfatório que ajuda numa interligação nas esferas do movimento e do governo executivo. Entretanto, apesar da abertura de diálogo com o poder público, existe processo de relação de poder, isso mostra que a política de Economia Solidária ainda se apresenta muito tímida, não existe uma garantia constitucional de Política Pública específica para campo da Economia Solidária.

Neste contexto, apresentamos dois processos de articulação dentro dessa Rede, uma a primeira etapa representa uma Rede produção, comercialização e consumo que veio como estratégia de garantir um processo de articulação em redes em nível nacional, territorial e internacional. Na segunda etapa, as Redes funcionam como processo de organização e articulação para garantir investimentos e defesa da Política de Economia Solidária.

Por isso, a importância dessa integração a partir dos espaços decisórios entre os movimentos e o Poder Público. A partir do ano de 2002 até 2015 foi fundamental para construções de resoluções, propostas de uma Política Nacional de Economia Solidária. Isso só foi possível devido a força dos movimentos sociais de reivindicar e pautar governo federal e estaduais. Diante disso, aos poucos foi construído dados, pesquisas com principias experiências da ECOSOL, e execução de programas sociais de Economia Solidária.

INCUBES (2017), afirma que a Economia Solidária no FSM 2005 veio com nova forma de debate, colocou se em pauta organização e articulação dos diferentes empreendimentos solidários. Neste processo, focou se no debate sobre a comercialização, moeda social, as rodadas de negócios, a campanha de consumo consciente contra os produtos nocivos das transnacionais, e a realizar os debates entre as redes nacionais e internacionais.

Este avanço de participação dos movimentos e o desenvolvimento FBES possibilitou uma articulação em todos estados da federação, essa iniciativa só foi possível a partir da construção dos fóruns estaduais, com isso foi fomentado a criação dos fóruns territoriais, municipais e locais, com o intuito de articular e fortalecer bases com representação da Economia Solidária.

Diante os resultados de ampliação na organização da luta pela defesa da Economia Solidária, iniciou se a partir do ano de 2006 a construção da organização da IV Plenária Nacional de Economia Solidária, o qual teve uma participação ativa dos estados na construção e realização do evento através de encontros, seminários, fóruns grupo de trabalhos. A aconteceu

a IV Plenária Nacional de Economia Solidária, em Luziânia/Goiás, ano de 2008, proporcionou um processo de construção de debates, diagnósticos das fragilidades, reestruturação e reorganização do FBES. Este espaço possibilitou encaminhamento e a construção de lutas para efetivação de Políticas Públicas campo da Economia Solidária.

A V Plenária Nacional de Economia Solidária proporcionou momento único de mobilização, organização e fortalecimento do FBES, aconteceu na cidade Luziânia/GO no ano de 2012. Apesar dos avanços na participação ativa dos movimentos sociais, ainda estava muito frágil a relação com governo devido pouco recurso e burocratização para setores das organizações da Economia Solidária.

O lema desse evento Bem-viver, Cooperação e a Autogestão para um Desenvolvimento Justo e Solidário. Importante considerar que esse encontro nas etapas preparatórias teve uma participação forte das mulheres e de vários segmentos dos movimentos sociais, isso mostra que começa a ampliar forças unificando com bandeiras de luta por uma transformação social.

Os movimentos sociais também estiveram presentes nas plenárias, com maior presença de movimentos feministas, da agricultura familiar e da reforma agrária, havendo também a participação do movimento de catadores, indígenas, cultura e educação popular, pescadores, sindical, quilombolas, agroecologia, moradia, saúde mental, deficientes, desempregados, pastorais, pela democratização da comunicação, juventude, LGBT e fundos de pasto, (FBES,2012, p.03).

Segundo dados do FBES (2012) cerca de 70% do Público era do segmento feminino, com a proporção de 60% de empreendimentos de economia solidária, 27% de entidade apoio e fomento e 13% de gestores públicos. Esse aumento na participação feminina revela um processo de representação e ocupação de espaços do segmento, com isso questão de gênero e direitos das mulheres começa a apresentar mais visibilidade dentro próprio movimento e empreendimentos solidários.

O documento final nas resoluções da V Plenária Nacional de Economia Solidária possui diversas reivindicações direcionada para o Governo, iremos analisar essa em destaque a partir das observações dos pesquisadores do IPEA:

Destacam-se aquelas dirigidas ao Estado brasileiro, tais como: *i)* que as políticas voltadas para o setor se tornem uma política de Estado e não de governo; *ii)* criação do Ministério da Economia Solidária e de Secretarias Municipais e Estaduais de Economia Solidária; *iii)* implantação de políticas públicas, organizadas a partir do território; *iv)* criação de Centros Públicos de Referência em Economia Solidária; *v)* criação de fundos públicos específicos; *vi)* criação de espaços de controle social e acompanhamento da elaboração dos Planos Plurianuais e Orçamentos Públicos; *vii)* inserção da economia solidária como modelo de desenvolvimento na educação formal; *viii)* fortalecimento do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário; e *ix)* uma reforma política ampla com financiamento público de campanha e participação popular, dentre outros. Quanto às reivindicações direcionadas à sociedade, destacam-se: *i)* organização de campanhas e práticas de consumo responsável; *ii)* vigilância e denúncia de qualquer tipo de exploração de uma pessoa por outra; e *iii)* participação e engajamento na luta da economia solidária em cada território, no dia a dia dos diversos homens e mulheres da cidade e do campo, (NAGEM; JESUS, 2013, P.90).

Diante a análise, a reivindicação da V Plenária surgiu uma preocupação com futuro da política da Economia Solidária, para isso segmento defendeu que se torne uma Política de Estado, evitando possíveis problemas futuros com mudança de governo. A defesa da criação de Ministério da Economia Solidária revela que Secretaria Nacional de Economia Solidária não consegue atender principais demandas do segmento. A criação de Secretarias Municipais e Estaduais surgem como oportunidade mostra a necessidade criação de investimento numa perspectiva de descentralização e projetos direcionado com bandeira da ECOSOL. A criação e a consolidação dos Centros Públicos de Referência também surgem numa perspectiva de desenvolvimento territorial de apoio aos empreendimentos solidários na questão de assessoria técnica, formalização, formação, organização e comercialização. A criação de fundos públicos mostra que os investimentos devem ser feitos no foco da Economia Solidária, defendendo uma continuidade das ações e atividades dos programas da ECOSOL.

A organização dessas Plenárias Estaduais comprova uma força do Movimento Social, com o objetivo de criar uma forma de reorganização e instrumento de reivindicação. Para isso, cada etapa de realização desse evento revelou uma conjuntura política desfavorável para o campo da Economia Solidária. Isso fez com que movimento começa se organizar e criar formas de rede para conseguir pressionar pautar o governo. Além disso, outro espaço decisório importante considerar foi a organização de Conferências Nacionais, iniciativa de abertura do governo com intuito de escutar e atender resolutivas dos setores da Economia Solidária.

As conferências nacionais de políticas públicas podem ser definidas sinteticamente como processos institucionalizados de participação social e de deliberação coletiva, que ocorrem sob certa periodicidade e permitem o envolvimento direto da sociedade civil em decisões programáticas sobre setores específicos de atuação governamental. Em geral, elas proporcionam direcionamentos normativos para a formatação de políticas públicas, constituindo-se, então, como fóruns de influência para além das formas tradicionais de democracia eleitoral, (SILVA; SILVA, 2017, p. 140).

As Conferências Nacionais de Políticas Públicas possibilitaram abertura de diálogo e construção da Política de Economia Solidária, além disso fomentou a participação dos três segmentos da Economia Solidária: instâncias governamentais, Entidades de Apoio e Assessoria e os Empreendimentos Solidários. Destaca-se a partir de 2006, duas importantes Conferências Nacionais de Economia Solidária: I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), no ano de 2006, com o lema: “Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento”, essa conferencia representou construção dos princípios e diretrizes da Política Nacional Economia Solidária, sugerindo prioridades e estratégias de atuação nos programas de economia solidária, criando ferramentas democráticas de participação social e controle social, construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo entre outros.

Este período favorecia o Governo Federal porque tinha a maioria do apoio dos deputados e senadores no Congresso Nacional. Entretanto, ações eram ainda tímidas no diálogo para avançar o marco legal da Economia Solidária. Apesar disso, o período de gestão desse governo representou conquistas na abertura no debate de Economia Solidária com movimentos sociais, criação da SENAES, Conselho Nacional de Economia Solidária, fortalecimento do FBES, realização de Conferências Nacionais, estaduais, territoriais e municipais, mais investimentos para programas do campo da Economia Solidária e parcerias de gestão compartilhada com governos estaduais e municipais.

A II Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES) foi realizada no ano de 2010, foi convocada com lema “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”, fortaleceu o debate na construção do texto base das resolutivas com tema: o direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na propriedade coletiva, na cooperativa e na autogestão, reafirmando a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento.

Este momento histórico e político estava marcado por uma articulação forte dos movimentos sociais no processo de experiências associativas e cooperação numa perspectiva

de organização de política, de produção, comercialização, de crédito, finanças solidárias, redes, comércio justo e sustentável. A II CONAES representou momento de avaliação desses 8 anos de ações do governo para efetivação das políticas de Economia Solidária, com isso houve processo de participação de diferentes setores organizados da Economia Solidária numa relação entre movimento e poder público nas esferas federal, estadual e municipal

O resultado das resolutivas do texto base da II CONAES, apresentou se uma análise construtiva sobre principais avanços da Economia Solidária, destacou se a produção e comercialização solidárias, criação de Redes de cooperação, consumo produção e comercialização, apoio dos bancos Comunitários e Fundos Solidários, ampliação das Políticas públicas integradas aos governos Estaduais e Municipais, criação de legislação específica para setor com incentivo de construção dos conselhos de gestão. Por outro lado, considera se também os desafios, o qual estar relacionado com uma política direcionada para programas sociais com tempo curto e limitação orçamentaria, dificuldade de empreendimentos de economia solidária no acesso ao financiamento e aos setores de crédito, burocratização na legislação para pequenos empreendimentos solidários, falta de marco legal que garanta uma Política de Estado, a necessidade de criação e implantação do Sistema Nacional de Economia Solidária articulando assim entes governamentais e da sociedade civil, criação de um Ministério de Economia Solidária que possibilite efetividade nas resoluções para que seja garantido o direito do trabalhador como papel do Estado de fomentar, apoiar e garantir incentivo de economia mais solidária, justa e sustentável.¹²

A III Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES) foi realizada no ano de 2014, com tema “Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável”. A III CONAES foi convocada pelo Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), essa conferência representou um momento de avaliação sobre etapas, avanços, limites e desafios da economia solidária, tinha se objetivo de debater a forma de processo de integrar as ações de apoio à economia solidária fomentada e possibilitando a elaboração de planos municipais, territoriais estaduais e também elaborar Plano nacional de Economia Solidária abrangendo futuramente, diagnóstico dos

¹²TEXTO BASE DA II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/2_conferencia_economia_solidaria_documento_final.pdf>. Acesso no dia 20 de fevereiro de 2018.

principais eixos de estratégia, programas e projetos, modelo de gestão para fortalecer a Economia solidária no país.¹³

A III CONAES foi construída com a participação social dos movimentos sociais em conjunto com os poderes públicos, houve ampliação no debate avaliando avanços e retrocessos da resolutivas da I e II CONAES. Para isso, percebeu-se a necessidade processo de mobilização e construção de planos territoriais estaduais com Plano Nacional, sendo início para a conquista da construção e formatação de um Sistema Nacional de Economia Solidária, como prevê o PL no 4.685/2012¹⁴

Diante a realização da III CONAES foi constituído o Plano Nacional de Economia Solidária, com base nas diretrizes, resoluções das deliberações que foram sistematizadas para relatório final, posterior a elaboração final do documento: 1º Plano Nacional de Economia Solidária: para promover o direito de produzir de forma associativa e sustentável.¹⁵

O plano foi elaborado na construção coletiva a partir de metas e com quatro eixos norteadores: I) produção, comercialização e consumo; II) financiamento: crédito e finanças solidárias; III) educação e autogestão; e IV) ambiente institucional. Esse plano foi constituído e conectado para orientar o PPA 2016-2019, instrumento de garantia de investimento e execução do Plano Nacional de Economia Solidária.

Segundo Silva (2017), juventude teve participação ativa na construção e realização da III CONAES, além disso, teve aprovação de propostas que incluíam a juventude como público alvo estratégico nos programas e projetos de Economia Solidária. Na plenária final apresentaram uma carta da juventude da Economia Solidária de luta contra precarização do trabalho e possibilidade formas mais democráticas e justas. Isso revela que ampliação da participação da juventude nos setores de economia solidária, um espaço mais alternativo e solidário, qual possibilita jovem participar de formar mais emancipadora.

¹³ DOCUMENTO DE ORIENTAÇÃO DA III CONAES. Disponível em: <<http://fbes.org.br/2014/11/19/documentos-orientadores-para-etapa-nacional-da-iii-conaes/>>. Acesso no dia 20 de fevereiro de 2018.

¹⁴ Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nac' de Economia Solidária e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559138>>. Acesso no dia 20 de fevereiro de 2018

¹⁵ Documento do Plano Nacional de Economia Solidária. Disponível em: <http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wpcontent/uploads/2015/06/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf>. Acesso no dia 23 de fevereiro de 2018.

Então, o processo de construção e elaboração das I, II e III CONAES representou avanço na Política de Economia Solidária. Segundo Silva; Silva (2017), a I CONAES foi seguida como Política Nacional como direito à cidadania e obrigação do Estado, II CONAES avaliação e consolidação das preposições dos planos ação pactuada; III CONAES a partir de parâmetros a elaboração do Plano Nacional de Economia Solidária que tinha como base em planos municipais, territoriais e estaduais.

O resultado da participação dos Movimentos Sociais de Economia Solidária conseguiu avanços depois da aprovação da Política de Economia Solidária e na criação do SENAES que proporcionou a construção de programas que possibilita se o desenvolvimento territorial sustentável e a execução de programas de Economia Solidária. Isso só concretizado através da mobilização e articulação dos Movimentos Sociais de Economia Solidária a partir da ocupação dos espaços: Conferências Municipais, Territoriais e Estaduais e Nacional, também a contribuição no envolvimento dos fóruns: nacional, territoriais e estaduais, em conjunto com atuação dos Conselhos Nacional e Estadual de ECOSOL, possibilitou o fortalecimento de luta para elaboração, implementação e execução dos Programas de Economia Solidária. Sendo assim proporcionou a execução dos principais programas do governo Federal, o qual movimentou e fortaleceu a Política de Economia Solidária nível Nacional:

Quadro 01 – Programas e Ações do SENAES

PROGRAMAS E AÇÕES DA SENAES	
EIXO 01 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO	
PROGRAMAS	AÇÕES
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA (PPA 2012/2015)	Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo -Acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário. Fortalecer a institucionalidade da política nacional de economia solidária, a articulação federativa e a integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento.
AÇÕES INTEGRADAS	Apoio à implantação de ações municipais integradas de economia solidária visando a superação da extrema pobreza por meio da

	<p>geração de trabalho e renda em iniciativas econômicas solidárias</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estratégia de promoção do desenvolvimento local e territorial sustentável. - formação para o associativismo, o encaminhamento para programas de educação, a incubação de empreendimentos econômicos solidários, - Fomentar a iniciativas de finanças solidárias e a organização da comercialização solidária.
REDES DE COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA	<p>Apoio e fortalecimento a organização de Redes de Cooperação Solidária constituídas por empreendimentos econômicos solidários</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estratégia de fomento às cadeias produtivas e arranjos econômicos territoriais e setoriais de produção, comercialização e consumo solidários - Promoção do desenvolvimento territorial sustentável e a superação da pobreza.
FORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Ações de formação para a economia solidária e a autogestão dos trabalhadores de empreendimentos econômicos solidários - Formação de agentes multiplicadores. - Ações são executadas por meio da Rede de Centros de Formação e Apoio a Assessoria Técnica em Economia Solidária (Rede CFES).
Eixo 02- ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO	
PROGRAMA NACIONAL DE ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO SOCIAL (PRONACOOP SOCIAL)	<p>O Pronacoop Social foi instituído pelo Decreto nº 8.163/2013</p> <p>A finalidade de planejar, coordenar, executar e monitorar as ações voltadas ao desenvolvimento das cooperativas sociais e dos empreendimentos econômicos solidários sociais</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formados por pessoas em situação de desvantagem, conforme a Lei nº 9.867/1999, tais como: pessoas com transtornos mentais, inclusive em decorrência do uso de álcool e outras drogas; pessoas com deficiência física ou mental; egressos do sistema prisional; e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, econômica ou afetiva.
PROGRAMA RESÍDUOS SÓLIDOS (PPA 2012-2015)	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a gestão consorciada dos serviços e a inclusão

	<p>socioeconômica de catadores de materiais recicláveis</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacidade organizativa e produtiva do segmento dos catadores - Capacidade técnica e de gestão aos empreendimentos econômicos coletivos e solidários <p>-Disponibilizar meios técnicos e financeiros para fomentar a organização e formalização de novos por meio de formação, assessoria técnica e estruturação de unidades de coleta, triagem, processamento e comercialização de resíduos sólidos.</p>
CATADORES E CATADORAS	<p>Apoio a ações de fomento e fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários formados por catadores e catadoras de materiais recicláveis e reutilizáveis.</p>
Eixo 03 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	
PROGRAMA NACIONAL DE INCUBADORAS DE COOPERATIVAS POPULARES (PRONINC)	<p>O Proninc</p> <ul style="list-style-type: none"> - A finalidade apoiar a consolidação e ampliação das incubadoras de empreendimentos econômicos solidários, -Favorecer a criação e o acompanhamento de novos empreendimentos - Fortalecer empreendimentos já criados, por meio da oferta de qualificação e assistência técnica durante o período de incubação. As incubadoras têm se destacado na incubação de empreendimentos, redes e outras modalidades de articulação, - Formação de futuros profissionais do campo da economia solidária, no desenvolvimento de conhecimentos, e no apoio às ações governamentais e movimentos sociais
INCUBAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio à consolidação e ampliação das incubadoras de empreendimentos econômicos solidários - Favorecer a criação e o acompanhamento de novos empreendimentos - Fortalecer aqueles já criados, - Oferta de qualificação e assistência técnica durante o período de incubação - Se destaca na incubação de empreendimentos, redes e outras modalidades de articulação.
Eixo 04 - COMÉRCIO JUSTO E FINANÇAS SOLIDÁRIAS	
COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO	<p>O comércio justo é composto por relações de comércio baseadas no diálogo, na transparência e no respeito, que busca maior igualdade no comércio internacional.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contribuir ao desenvolvimento sustentável oferecendo melhores condições comerciais e

	<p>assegurando o direito dos pequenos produtores e trabalhadores marginalizados.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Prática comercial diferenciada pautada nos valores de justiça social e da solidariedade realizada por empreendimentos econômicos solidários.
FINANÇAS SOLIDÁRIAS	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio as iniciativas de finanças solidárias com base em bancos comunitários de desenvolvimento, em fundos solidários e em cooperativas de crédito solidário: - Os bancos comunitários são serviços financeiros solidários, de natureza associativa, voltados para a geração de trabalho e renda nas economias locais. Promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda,. Fomentar à criação de redes locais de produção e consumo - O cooperativismo de crédito solidário vem unir ao tradicional cooperativismo de crédito a dimensão da contribuição para o desenvolvimento territorial sustentável - Os fundos solidários são uma metodologia de organização da comunidade para o financiamento de iniciativas produtivas e sociais, de caráter comunitário e associativo. - Promover atividades socioeconômicas diversas, - Princípios da economia solidária, objetivando o desenvolvimento local solidário e sustentável.
Eixo 05- SISTEMA DE MAPEAMENTO	
INFORMAÇÕES	<p>A SENAES produz informações sobre a Economia Solidária no Brasil por meio de diversas ferramentas, se destaca como centro desses dados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), um mapeamento nacional realizado com visitas a cerca de 20 mil empreendimentos econômicos solidários - Envolve informações de contato e características econômicas, sociais e políticas dos empreendimentos. - Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo, um projeto para integrar, sistematizar e produzir informações sobre os diversos campos da economia solidária.
Fonte: SENAES (2018), Adaptação LUZ (2018)	

O Quadro 01 traz de forma descritiva os Programas e Ações do SENAES, como o Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, que promove o fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários e de suas redes de cooperação em cadeias de produção. O programa possibilita, dentre outras competências, o desenvolvimento do conhecimento sobre crédito e finanças solidárias, o que fortalece a política nacional de economia solidária e promove a articulação federativa. Isto se dá através de iniciativas de ações econômicas solidárias integradas, sustentáveis e que visam o desenvolvimento de ações de organização de comércio justo e solidário, possibilitando a formação e capacitação para as atividades laborativas e, conseqüentemente, fortalecendo as redes de cooperação solidária.

Ainda dispõe sobre a promoção ao Associativismo e Cooperativismo, através de programas como o PRONACOOOP SOCIAL, que visa o planejamento, a coordenação, execução e monitoramento de ações voltadas ao desenvolvimento de cooperativas sociais e de empreendimentos econômicos solidários sociais. Muitas vezes, estes são compostos por indivíduos em situação de hipossuficiência social ou de risco, tais como pessoas com transtornos mentais, em uso de álcool e outras drogas; pessoas com deficiência física ou mental; egressos do sistema prisional e/ou adolescentes em situação de vulnerabilidade social, econômica ou afetiva. Outro exemplo é o do PROGRAMA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, que amplia o acesso a serviços de manejo adequado de resíduos sólidos urbanos, promovendo a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis, capacitando-os através de técnicas de gestão de empreendimentos econômicos coletivos e solidários e lhes disponibilizando os meios técnicos e financeiros para fomentar a estruturação de unidades de coleta, triagem, processamento e comercialização de resíduos sólidos.

O Quadro ainda faz referência sobre a possibilidade do desenvolvimento de iniciativas através de Extensão Universitária, desenvolvidas por meio de atividades relativas à incubação, pesquisa e extensão, como o PRONINC, que favorece a criação e o acompanhamento de novos empreendimentos econômicos solidários, apoiando a sua consolidação e, conseqüentemente, a ampliação de incubadoras. A sua atuação também fortalece os empreendimentos já criados, lhes ofertando qualificação e assistência técnica durante o período de incubação.

Vale ressaltar que a premissa maior destes empreendimentos está no desenvolvimento de atividades centradas no comércio justo, composto por relações baseadas no diálogo, na transparência e no respeito, buscando maior igualdade no comércio, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, oferecendo melhores condições comerciais e assegurando o

direito dos pequenos produtores marginalizados, sempre pautada nos valores de justiça social e de solidariedade. Esse comércio é desenvolvido, então, por meio das finanças solidárias, que funcionam através de bancos comunitários e oferecem serviços financeiros solidários de natureza associativa e voltados para o desenvolvimento de territórios de baixa renda. O objeto está no fomento à criação de redes locais de produção e consumo, unindo o tradicional cooperativismo de crédito à dimensão da contribuição para o desenvolvimento territorial sustentável. Os fundos solidários são uma metodologia de organização da comunidade para o financiamento de iniciativas produtivas e sociais, de caráter comunitário e associativo.

Todo esse sistema de mapeamento é realizado pela SENAES, que produz informações sobre a Economia Solidária no Brasil por meio de diversas ferramentas, como o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) – um mapeamento nacional realizado com visitas a cerca de 20 mil empreendimentos econômicos solidários, que apresenta os dados coletados, dispondo de informações de contato, de características econômicas, sociais e políticas dos empreendimentos; e do Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo, que é um projeto para integrar, sistematizar e produzir informações sobre os diversos campos da economia solidária.

Neste contexto, houve avanço na implementação dos Programas de Economia Solidária, sendo assim SENAES surge como instrumento de transferência de recurso para os estados, municípios, universidades e organizações sociais que atuam com público de apoio técnico aos empreendimentos solidários. Essas parcerias são constituídas a partir de convênios, contrato de termo de parcerias, termos de fomento e colaboração, sendo que SENAES não tinha autorização de executar diretamente os programas.

Deste modo, estes programas colocou a SENAES em evidência nacional, com isso houve fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários. No intuito de executar os programas de forma eficiente e entender o processo satisfatório da atuação dos programas, houve uma investigação sobre caracterização destes grupos, sendo assim a secretaria apresentou SIES que partir do Cadsol foi ferramenta de compreender e mapear os empreendimentos.

O Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL) foi criado para ser ferramenta de identidade da economia solidária, os empreendimentos são cadastrados, após aprovação dos critérios, recebem documento de empreendimento econômico solidário (DCSOL), o qual pode ajudar os empreendimentos buscar apoios e captação de recursos para financiar seus projetos na parte capacitação, assessoria, comercialização etc.

Quadro 02 – Definição do Empreendimento Econômicos Solidários

CRITÉRIOS NA DEFINIÇÃO DO EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO PORTARIA MTE/1780/2014
<ul style="list-style-type: none"> • ORGANIZAÇÃO COLETIVA – FORMADAS POR PESSOAS FÍSICAS OU POR OUTROS EMPREENDIMENTOS PARTICIPANTES SÃO TRABALHADORES DO MEIO URBANO OU RURAL
<ul style="list-style-type: none"> • EXERCER ATIVIDADES DE NATUREZA ECONÔMICA PERMANENTES- TER ESSE OBJETIVO NO CASO DE EMPREENDIMENTO EM PROCESSO DE FORMAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • ORGANIZAÇÃO AUTOGESTIONÁRIA- OS MEMBROS DEVEM PARTICIPAR DA GESTÃO DE FORMA DEMOCRÁTICA DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS E TER DECISÃO SOBRE A PARTILHAR DOS SEUS RESULTADOS
<ul style="list-style-type: none"> • SER SUPRAFAMILIAR, OU SEJA, TER ENTRE OS SÓCIOS MAIS DE UM NÚCLEO FAMILIAR.
<ul style="list-style-type: none"> • REALIZAR REUNIÕES OU ASSEMBLEIAS PERIÓDICAS PARA DELIBERAÇÃO DE QUESTÕES RELATIVAS À ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELO EMPREENDIMENTO.

FONTE: TEM (2018) / Adaptação LUZ (2018)

Estes empreendimentos passam por uma etapa, uma parte são mapeados pelo Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária (SIES), esse programa de banco de dados e informação, possibilita um diagnóstico sobre os empreendimentos para compreender as principais necessidades e potencialidades, com esse diagnóstico, de caracterização, desses empreendimentos, fomenta a reelaboração e criação de programas sociais do campo de Economia Solidária. Por isso surgimento dos Centros Públicos de Economia Solidária aconteceu devido os resultados da necessidade de assistência técnica para estes empreendimentos de forma continuada e integrada na forma de rede.

Apesar dos avanços dos programas sociais de Economia Solidária, 13 anos da criação da SENAES, ainda não se transformou em uma Política Pública de Estado, com isso a continuidade das ações dos programas depende da política de governo. Diante disso, a partir do período de 2016 houve um processo de enfraquecimento do SENAES, com ações de cortes e de diminuição de recursos dos programas. Isso se deve devido a política de governo que executa e prioriza políticas de austeridade para atender os interesses do sistema financeiro mundial e global.

2.2 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO CESOL NO FORTALECIMENTO DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO RECÔNCAVO A PARTIR DA CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O programa do Centro Público de Economia Solidária começa o debate no contexto nacional, desde da SENAES/MTE houve uma construção de proposta de apoio aos municípios e estados na construção de um espaço para execução de uma política de assistência técnica através da implantação dos centros públicos, esta ação de projeto faz parte do programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, elaborada pela SENAES para Plano Plurianual 2004/2007 do Governo Federal, e prevista também no PPA 2008/ 2011. Isso mostra interesse do governo Federal através do SENAES de executar o programa que proporcione a geração de trabalho e renda no apoio direto aos Empreendimentos Econômicos Solidários EES.

É importante destacar o papel que os Centros Públicos de Economia Solidária podem cumprir no fomento a processos de desenvolvimento local. Um Centro que abrigue a realização de atividades de articulação, formação e capacitação, além de abrigar empreendimentos que estejam iniciando suas atividades, pode constituir-se numa importante ferramenta de fomento à economia solidária, uma vez que este estará voltado para elaboração e construção de estratégias de fortalecimento da organização socioeconômica local. (BRASIL, 2008, p.3)

A Bahia tem um processo avançado desde o ano de 2007 na construção desse programa em nível estadual, com o objetivo de implantar os centros públicos inseridos na proposta do Plano Plurianual. Segundo Vasconcelos *et al* (2016), tinha-se uma proposta inicial de chegar na implantação de 30 CESOL, até ano de 2011 chegou com três unidades instaladas: CESOL Estadual, em Salvador, CESOL Territorial Vitória da Conquista e a CESOL Territorial do Portal do Sertão em processo provisório. A pouca efetividade da SETRE em executar o programa diretamente fez planejar estratégia de construir nova proposta de execução do programa.

A funcionalidade do CESOL é proporcionar a Assistência Técnica continuada aos Empreendimentos Econômicos Solidários, com o objetivo de atender suas principais necessidade da EES e de garantir um espaço de referência para os atendimentos essas organizações, com o Centro Público deve garantir espaço multifuncional no atendimento técnico geracional no campo de assistência: formação e capacitação, assessoria de autogestão,

produção, comercialização, assessoria jurídica, contábil, logística e alternativas de tecnologias sociais que fortalecem a economia solidária no desenvolvimento territorial.

A partir de 2011, governo do Estado da Bahia realiza avaliação das suas principais políticas sociais, com objetivo de garantir maior efetividade no conjunto dos programas sociais. Apresentou o Programa Vida Melhor, intensifica assim o trabalho entre ações das secretarias estaduais na busca do combate e erradicação da pobreza alinhado ao Programa Nacional Brasil Sem Miséria do Governo Federal.

Uma das importantes frentes de atuação Programa Vida Melhor é a oferta de Assistência Técnica aos empreendimentos associativos populares e solidários e às redes de economia solidária. A finalidade principal das atividades de assistência técnica é a execução de uma ação estruturante, com base no conhecimento e valorização das potencialidades locais, da organização dos trabalhadores e trabalhadoras numa perspectiva emancipatória, visando resultados que compreendem a formação política, gerencial e técnica e o fomento às ações socioprodutivas, geradoras de trabalho e renda, voltadas para os grupos produtivos; a articulação entre diversos atores públicos e privados; e a construção de outro modelo de desenvolvimento, (VASCONCELOS *et al.*, 2015, p.02).

Diante disso, o Programa Vida Melhor condicionava a obrigação dos programas oferecer Assistência Técnica aos Empreendimentos Econômicos Solidário e no fortalecimento da rede Economia Solidária. Nesta etapa, foi construída uma nova forma para melhorar e efetivar ações do Centro Público. A partir disso, foi lançado o edital 09/2012, que foi construído para atender um recorte com base de territórios de identidades. Nesse caminho, este edital foi divulgado no valor de R\$ 28 milhões de reais para implantar 9 (nove) CESOL com 8(oito) contratos de gestão. Cada Organização Social teve aporte do contrato de recurso no valor de R\$ 3.200.000,00 (Três milhões e duzentos mil reais) por contrato pra ser executado durante os 24 (vinte e quatro) meses. Sendo assim, foram implantados CESOL: 03 na Região Metropolitana de Salvador e 5 no interior, integrando ao CESOL Estadual executado pela SESOL/SETRE.

Quadro 03. Unidades de Centros Públicos implantados no Estado da Bahia, conforme Edital 09/2012 até ano de 2015.

FINANCIADOR/ PARCEIROS	
SENAES/MTE GOVERNO FEDERAL	SESOL/SETRE ESTADUAL
ORGANIZAÇÃO GESTORA	UNIDADES DO CESOL
Executado pela Superintendência de Economia Solidária – SESOL	CESOL ESTADUAL - Centro Público de Economia Solidária
METROPOLITANA SALVADOR - UNIDADES TERRITORIAIS	
Centro de Estudos Sociambientais – PANGEA Organização Filhos do Mundo Centro de Estudos Socioambientais (PANGEA)	CESOL - Salvador (Bairro Mares) CESOL - (Bairro Barra) CESOL - (Bairro Sussuarana)
CESOL – UNIDADES TERRITORIAIS	
Associação Beneficente Josué de Castro	Litoral Sul (Itabuna)
Associação Beneficente Josué de Castro (ABJC)	Sertão do São Francisco (Juazeiro)
Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra (CEDITER)	Recôncavo (Cruz das Almas.)
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Baiano (IDSB)	Sertão Produtivo (Guanambi)
Rede Pintadas	Bacia do Jacuípe (Pintadas)

Fonte: SETRE.

A execução desse edital possibilitou análise crítica construtiva na efetividade da atuação do trabalho de Assistência Técnica dos Centros Público, com isso houve processo de fortalecimento dessa política e a construção para continuidade das ações e implantação de novos Centros Públicos nos territórios de identidade do governo do Estado da Bahia. Diante disso, foi lançado edital 03/2013 novas chamadas pública para organizações sociais para gestão de novos Centros Públicos de Economia Solidária, conforme apresentado lotes aprovados na chamada:

Quadro 04. Unidades de Centros Públicos implantados no Estado da Bahia, conforme Edital 03/2013 até o ano de 2014.

FINANCIADOR/PARCEIROS			
SENAES/MTE FEDERAL	GOVERNO	SESOL/SETRE ESTADUAL	GOVERNO
ORGANIZAÇÃO GESTORA		UNIDADES NO TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE	
Lote 1 - Associação Central de Cidadania		Território de Identidade Portal do Sertão	
Lote 2 - Instituto Oficina da Cidadania		Vitória da Conquista e município de Itapetinga	
Lote 3 - Comunidade Cidadania		Território de Identidade Irecê	
Lote 4 - Instituto de Capacitação Profissional Luís Gama		Território de Identidade de Bacia do Rio Grande	
Lote 5 - Organização Filhos do Mundo		Territórios de Identidade Itaparica e Semiárido Nordeste II	
Lote 6 - Associação Regional dos Grupos Solidários de Geração de Renda (ARESOL)		Territórios de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru e Piemonte da Diamantina	
Lote 7 - Associação Beneficente Josué de Castro		Territórios de Identidade Médio Rio de Contas e Baixo Sul	
Lote 8 - Associação Lutar pela Vida e Cidadania – ALVA		Territórios de Identidade Extrema Sul e Costa do Descobrimento	
Lote 9 - Central de Apoio aos Empreendimentos de Economia Solidária (CAEES)		Território de Identidade Chapada Diamantina	
Lote 10 - Centro de Estudos Socioambientais (PANGEA)		Território de Identidade Litoral Norte e Agreste de Alagoinhas	

Fonte: SETRE (2016).

Este último edital de chamada pública para Organizações Sociais proporcionou perceber uma nova etapa de direcionamento, ampliação e implantação dos Centros Públicos de Economia Solidária na atuação direta nos Territórios de Identidade, constituindo a formação de 10 Centros Públicos, com o objetivo de continuar com mesmas ações de metas e indicadores consolidadas na experiência no edital anterior.

O processo histórico para construção da proposta do CESOL Recôncavo foi constituído com base na participação diversos movimentos sociais e entidades de apoio que organizaram a Plenária Territorial de Economia Solidária, a estratégia era de aproveitar e reivindicar o apoio institucional da UFRB, com isso a plenária aconteceu no espaço estratégico no território de

Identidade do Recôncavo que foi no campus central da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB, no município de Cruz das Almas- Bahia.

A partir dos relatórios do Cesol, essa etapa inicial de constituição de proposta para consolidação da política de Centro, aconteceu no primeiro momento análise de conjuntura sobre os avanços e desafios na Economia Solidária no Território e nível estadual e possibilidade ampliar captação na participação de novas chamadas no contexto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Segundo Silva (2017), afirma que este espaço representou também momento de apresentar desafio na parte da formação de técnicos de prestação de assistência técnica com adaptação de metodologia que priorize o contexto territorial e a necessidade de inserir acesso créditos etc.

A partir do ano de 2011 houve processo de construção de mobilização na maioria dos territórios de identidade a partir da contribuição do Fórum Estadual de Economia Solidária, o qual estava no processo de articulação e integração de rede para compor demandas e constituir a construção de organização deliberativa para fortalecer em nível estadual as pautas de Economia Solidária. Nesse mesmo movimento, a realização da plenária do ECOSOL do Recôncavo possibilitou discutir os principais desafios e panorama da Economia Solidária no território, posterior a isso, houve provocação e constituição do fórum nível territorial para organizar e articular as lutas sociais no campo da Economia Solidária e no contexto das demandas de outros setores.

Segundo os arquivos da CESOL Recôncavo analisados, estes revelam que¹⁶ foi constituída um grupo de trabalho em parceria com colegiado territorial, INCUBA representado a UFRB, CEDITER que possui atuação no território, CECVI – Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape, o objetivo inicial debater sobre edital 09/2012 da SETRE ver de que forma poderia contribuir essas ações para fortalecimento de desenvolvimento do Território do Recôncavo. Devido tamanho do volume que deveria ser construída a proposta, a estratégia foi de fortalecer este processo de rede construir proposta com os parceiros, no intuito de apresentar na chamada pública, com isso foi enviado a proposta, esta etapa teve contribuição do INCUBA que ajudou na assessoria e na construção da proposta que tenha perfil de autogestão e de participação democrática.

¹⁶Dados do CESOL Recôncavo, que relatou sobre o registro histórico da formação do Cesol, no dia 10 de julho de 2017.

Diante disso a Comissão Ecumênica dos Direitos a Terra – CEDITER apresentou uma proposta com toda documentação, com isso a Superintendência de Economia Solidária da Secretaria Estadual de Trabalho e Renda (SESOL/SETRE) habilitou a organização social para assinar o contrato de gestão, no intuito da organização social CEDITER executar o projeto do Centro Público de Economia Solidária- CESOL Recôncavo, o qual faz parte do Programa Vida Melhor do Governo da Bahia.

A vertente das ações do Centro Público de Economia Solidária faz parte de uns dos eixos do Programa Vida Melhor que veio com o objetivo de fornecer Assistência Técnica aos Empreendimentos Econômicos Solidários no fortalecimento de ações socioprodutivas para construção de forma que fortaleça o desenvolvimento territorial.

Nesta etapa, o contrato de gestão proporcionar que a Organização Social (OS), executará o projeto seguindo normas legais de prestação de contas dos recursos e de atividade, com isso a OS deve apresentar relatórios de prestação de contas trimestrais apresentando as atividades compactuada a partir dos indicadores e metas do contrato, posterior isso entra no processo de análise para depois da aprovação ser liberada a parcelas, além disso no final de cada ano de exercício deve encaminhar, reunir e compor relatório anual para prestação de contas.

No segundo semestre de 2013, a SETRE assina o contrato de gestão com a CEDITER para implantação e execução do Centro Público de Economia Solidária- CESOL Recôncavo. A partir desse momento, a CEDITER, responsável pela gestão, começa a fomentar diálogo com parceiros para realizar diagnóstico e de concentrar no espaço estratégico a parte administrativa de apoio. Com isso, através do fortalecimento do apoio da UFRB/INCUBA construiu-se uma parceria da universidade nas ações e de ceder o espaço para o funcionamento da sede¹⁷. Sendo assim, no dia 13 de dezembro de 2013, foi inaugurada a sede do CESOL Recôncavo no campus central da UFRB, no município de Cruz das Almas. Este espaço funciona e compartilhado com outros setores organizativos entre a INCUBA/UFRB e o Colegiado Territorial do Recôncavo da Bahia.

No contrato de gestão do edital 009/2012, as ações desenvolvidas pelos CESOL são colocadas em principio como serviços de atividades que devem ser executados, a primeira etapa na implantação do CESOL: **S1** locar o imóvel para sediar o CESOL, **S2** processo de trabalho

¹⁷Este espaço foi cedido através de Termo de Cooperação Técnica Científica e Cultural entre CEDITER e a UFRB.

implantado a partir da capacitação e seleção da equipe. A segunda etapa corresponde o processo de execução da operacionalização das ações: **S1** Diagnóstico e análise do contexto socioprodutivo local/territorial, **S2** Oficinas Temáticas (Sensibilização) **S3** Estudo Viabilidade Econômica – EVE, **S4** Assistência técnica gerencial, **S5** Prover acesso a ativos produtivos, **S6** Assistência técnica socioprodutiva, **S7** Assistência técnica específica, **S8** Orientação de acesso ao crédito, **S9** Assistência técnica em comercialização, **S10** Monitoramento da Assistência Socioprodutiva.

O contrato de gestão colocou CESOL do Recôncavo para assumir a meta de atuar inicialmente os 20 municípios do Território de Identidade do Recôncavo, o objetivo era de fornecer Assistência Técnica para os Empreendimentos Econômicos Solidários, além disso, integrar nas ações de Economia Solidária no contexto de desenvolvimento territorial.

Neste contexto, a possibilidade de dialogar sobre o Território, Desenvolvimento Territorial e Economia Solidária surge como alternativa de compreender o processo de implementação e execução do Centro Público de Economia Solidária do Território do Recôncavo (CESOL Recôncavo). Diante disso, a Política os Cesols se tornou possível a partir da orientação e caminho que desempenha a Política Territorial que interliga com Desenvolvimento Territorial.

A trajetória do Território, Desenvolvimento Territorial e Economia Solidária estão interligados à compreensão do processo de construção das relações de políticas, sociais, culturais e econômicas para constituição do Território. Estes elementos estão interlaçados com processo de organização do território na Política de Território de Identidade e a formação dos Colegiados Estaduais de Desenvolvimento Sustentável, o qual possibilita uma visão crítica sobre os principais desafios na construção dessa Política numa dimensão de gestão, planejamento e desenvolvimento territorial.

O território tem ganhado amplitude sobre seu caminho de significados, isso se deve devido diferenças de estudo nas áreas das humanidades e ciências sociais. Segundo Oliveira (2012, p.1)¹⁸, seguindo as contribuições teóricas de Milton Santos, apresenta seis linhas de pensamento sobre conceitual sobre Território: 1) perspectiva biologista coloca homem como princípio raiz e continuidade com a natureza, com perfil natural de dominar e ordenar espaço e seus recursos; 2) um percurso funcionalista- economista e imperialista que coloca a civilização

¹⁸Palestra do Professor Ildes Ferreira de Oliveira, ensaio do artigo em processo de elaboração intitulado “Territórios de identidades: princípios dilemas do processo de gestão”, no seminário sobre território para turma de elaboração de projetos sociais da organização DISOP em parceria com Universidade Estadual de Feira de Santana (BA). No dia 10 de setembro de 2012.

através da representação do Estado de garantir o desenvolvimento a partir da expansão territorial para poder avançar; 3) um olhar geográfica o qual condiciona uma prioridade na valorização de elementos físicos; 4) a visão politicista o qual direciona para caminho focado nas relações de poderes; 5) o caminho culturalista condiciona entendimento a partir da compreensão simbólica, mítica, o qual coloca o território separado da cultura no sentido de campo sagrado “morada dos deuses”; 6) uma visão mais ampla e moderna que consegue direcionar a partir de dimensão multidimensional, o qual amplia o conceito de território numa concepção de elementos das naturezas, dos aspectos físicos, das relações econômicas, luta de classes e das relações de poder.

Neste contexto, Oliveira (2012), afirma que necessário compreender dois pontos importante na caracterização do território, a primeira o processo de territorialidade relacionando ação coletiva organizada, constituído a partir de “o conjunto das relações sociais, ambientais, políticas, de produção, que interagem e dão vida ao território; a tentativa de indivíduos ou grupos de interferir, influenciar, controlar relações construídas no território”. O referido autor, também relata que para constituir e compreender o território deve se considerar o princípio da identidade sendo caracterizado a partir da coletividade responsável no que se vive, morar, habita e no que produz.

A identidade é que orienta e ordena as estratégias de desenvolvimento na busca de ações geradoras de bem-estar de toda comunidade, que se expressa como territorialidade através dos sentimentos políticos à energia social e à vontade coletiva nas suas mais diversas manifestações, (OLIVEIRA *et al.*, 2015, p. 2).

A consolidação do território depende da identidade, o qual pode ser compreendida a partir de processo de desenvolvimento, com o objetivo de atender os interesses em comuns da coletividade na busca de melhorar a qualidade de vida e enfrentar os principais desafios do território. Este processo de identidade poder encarado a partir de três fundamentos importantes para consolidação: coletividade, pertencimento e reconhecimento dos sujeitos sociais do território.

O território é um nome político para o espaço de um país. Em outras palavras, a existência de um país supõe um território. Mas existência de uma nação nem sempre acompanhada da posse de um território e nem sempre supõe a existência de um Estado. Pode-se falar, portanto, de territorialidade sem estado, mas é praticamente impossível nos referimos a um Estado sem território, (SANTOS, 2008, p.19).

Santos (2008) relata que o campo do Território bem mais amplo no que se refere em relação ao Estado, percebe-se que o próprio Estado depende do Território para sobreviver e manter suas relações políticas, econômicas, culturais e sociais. Por isso, compreensão sobre abertura do governo a partir de uma política territorial começa a ser entendida como processo estratégico de atuação e prioridade no momento de elaboração e execução das Políticas Públicas, Programas e Projetos.

Neste contexto, a política de territorialidade apresentou dois sinais iniciais no processo de construção e atuação do Estado sobre o Território. No Governo Militar, aprovou o Decreto-Lei sobre Reservas Agrícolas,¹⁹ a estratégia do Governo Militar de construir um Ordenamento Territorial com objetivo de compreender e organizar as políticas em regiões dos territórios rurais. O Segundo momento foi no período da redemocratização, o qual possibilitou debate sistemático sobre a realidade brasileira, com isso no ano de 1988 aprovou a Lei Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo²⁰, o qual proporcionou o debate sobre ocupação do território com a participação das diferentes categorias da sociedade civil e representações políticas.

De acordo com Oliveira (2012), afirma que território é encarado também como espaço geograficamente, caracterizado com base multidimensionais tais como ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições sociais, sendo que possui uma população definida a partir de grupos sociais com modos de vida e relações sociais diferentes, o qual determinado momento se (Inter) relacionam de forma interna e externa, expressos a partir de elementos da identidade, pertencimento e integração de objetivos comuns.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, P.143).

¹⁹Decreto-Lei sobre Reservas Agrícola. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8171.htm>. Acesso no dia 10 de maio de 2018

²⁰ Lei Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo. Disponível em: <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/25345938/details/maximized>>. Acesso no dia 10 de maio de 2018.

De acordo com as considerações da pesquisadora Rasffestin (1993), a possibilidade compreender território coloca diversas posições relacionado diretamente com o poder interligado com espaço, o qual transforma e muda caminho, sendo que o território tem como base o espaço. Por isso, importante relacionar que este poder se orienta com base nos atores sociais que podem estar interligados e representados por setores da sociedade civil: organizações sociais e econômicas.

Oliveira (2012), com base nos estudos de Rasffestin, afirma que o Espaço compreendido com uma intencionalidade de intervenção, a partir da matéria prima para uma possível apropriação do território na ocupação econômica, política e cultural, então espaço um fato antes ao território. Por isso, o território é constituído a partir da ação humana que ocupam, usam e dominam espaço para construção do território.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise. Aliás, a própria ideia de nação, e depois a ideia de Estado Nacional, decorrem dessa relação tornada profunda, porque um faz o outro, à maneira daquela célebre frase de Winston Churchill: “primeiro fazemos nossas casas, depois nossas casas nos fazem”. Assim é o território que ajuda a fabricar a nação, para que a nação depois o afeiçoe, (SANTOS, 1999, p.16).

O termo território pode ser visto por diferentes prismas de vários teóricos, sendo que o termo vai estar direcionado na defesa das relações sociais, econômicas e culturais. A sociedade civil constituída a partir de diferenças as quais são determinadas por classes sociais e econômicas então, território estaria nessa concepção de construção mantida por regras do cuidado, preservação e da exploração da natureza; a produção capitalista que domina e determina as relações de redes para manter regulamento do mercado; a questão cultural entra como processo importante de resgate e preservação a partir da identidade construída numa dimensão de raízes simbólicas; é por fim, o Estado que através da relação de poder colocar condicionante a partir da determinações políticas e econômicas.

O território representa força conceitual que está ligada para questão do desenvolvimento. Segundo Schneider (2009), afirma que o processo histórico no debate do

papel dos territórios na questão de desenvolvimento está direcionado no avanço da inovação e tecnologia, numa perspectiva econômica e técnico produtivas. Por outro lado, o autor afirma que a questão de desenvolvimento vai além dessa base econômica técnico-produtiva, é sim possuem uma base na gestão e atuação do Estado na execução das Políticas Públicas numa relação direta com organizações sociais da sociedade civil com o Estado.

O território emerge como nova unidade de referência para a atuação do Estado e a regulação das políticas públicas. Trata-se, na verdade, de uma tentativa de resposta do Estado às fortes críticas as quais vinha sendo submetido, sobretudo tendo em vista a ineficácia e a ineficiência de suas ações, seu alto custo para a sociedade e a permanência das mazelas sociais mais graves como a pobreza, o desemprego e a violência. Iniciativas como a descentralização e a valorização da participação e do protagonismo dos atores da sociedade civil ganham destaque, especialmente através das ONGs e dos beneficiários diretos das políticas, que passam a ser vistos mais como parceiros do que como alvos. Redefine-se o papel das instituições e cresce a importância das esferas infranacionais do poder público, notadamente as prefeituras. Assim, emerge a necessidade de novas unidades de referência que tornem a ação estatal exequível e permeável à participação. Este será o terreno fértil para a evocação da noção de território e/ou enfoque territorial como a nova unidade de referência que funcionará como instância de mediação capaz de contemplar as relações entre os atores locais e as demais esferas e escalas, como a regional e nacional, além da global. (SCHNEIDER, 2009 p.19)

Neste contexto, o território consegue ser o processo de construção e consolidação do desenvolvimento territorial, isso acontece porque começa a apresentar mudança no percurso da função do território em desenvolvimento. Nessa nova esfera inicia se processo de construção de desenvolvimento a partir do fortalecimento do território, para isso, o Estado assume a responsabilidade de garantir efetividade nas Políticas Públicas, inicia-se um processo de construção de participação democrática, controle social e envolvimento das organizações para construção e gestão dos Projetos estruturantes do Estado.

A abordagem territorial e desenvolvimento tem percurso a partir da dinâmica compreensão inicial da ruralidade. Os dilemas da ruralidade fizeram analisar qual seria papel do desenvolvimento. Schneider (2009), afirma que houve superação da questão territorial nas questões sobre assuntos das “ atividades Econômicas (agricultura, indústria, comércio, serviço) e suplantou a dicotomia espacial entre o rural *versus* urbano ou o campo *versus* cidade”.

Essa mudança conceitual sobre território numa dimensão de desenvolvimento pode ser compreendida, segundo autor acima a partir da experiência europeia, através do programa

LEADER²¹, o qual possibilitou uma contribuição de experiências e modelos de metodologias participativas e de integração com atores sociais na implementação, execução, monitoramento e fiscalização das Políticas Públicas numa dimensão de recorte territorial e regional no enfoque em programas agrícolas.

Neste sentido, os estudos passaram a mostrar que o capital social também possui uma dimensão territorial. Como resultado, analistas e formuladores de políticas passaram a perceber a identidade territorial e o capital social nele disponível como as variáveis-chave para o desenvolvimento territorial. Organizações locais de caráter associativo e coletivo passaram a ser percebidas como fontes potenciais de capital social e criadoras de identidade, o que implicou em seu reconhecimento e legitimação como interlocutores no processo de desenvolvimento endógeno de tipo “*bottom-up*” (Boisier, 1999). Não sem motivo que as políticas públicas que estão lastreadas nesta perspectiva assentam suas estratégias de ação sob as prerrogativas da parceria, da participação e da governança (SCHNEIDER, 2009, p. 24)

A contribuição de Schneider possibilitou compreender que houve uma resignificação no caminho das Políticas Públicas, isso aconteceu a partir de mudanças na forma de aplicação desses programas, o qual direcionou políticas territorial. Além disso, a estratégia de fortalecer a identidade a partir de visão territorial, mostrou que deve se construir um processo de participação democrática na construção desses programas com envolvimento dos atores sociais, organizações e movimentos sociais.

O resultado positivo estar relacionado com o fortalecimento do capital social, o qual surge como estratégia importante para consolidação na efetividade das Políticas Públicas. Então para discutir o processo de desenvolvimento territorial deve considerar ação coletiva, identidade e processo de participação dos movimentos sociais no envolvimento de construção e elaboração de proposta de desenvolvimento que surge no processo de disputa e participação coletiva.

A Política dos Centros Públicos de Economia Solidária pode ser compreendida como instrumento para o desenvolvimento territorial, devido ser programa de governo construída a partir das propostas e participações dos movimentos de Economia Solidária de cada território. Inclusive a primeira chamada pública do edital 009/2012 foram construídas e publicadas a partir

²¹ O programa LEADER (Ligações Entre Ações de Desenvolvimento das Economias Rurais), nasceu a partir da iniciativa da União Europeia, objetivo deste programa foi de atender como instrumento de prioridade o desenvolvimento sustentável de regiões rurais, com foco na cooperação, investimento nos territórios, organização local, participação e envolvimento agentes de rurais para buscar melhor qualidade de vida comunitária de desenvolvimento rural. Disponível em: <https://www.rtp.pt/noticias/economia/programa-leader-e-historia-de-sucesso-da-ue-diz-comissaria-europeia_n89385>. Acesso no dia 10 de maio de 2018

do recorte territórios de identidade com perfil de desenvolvimento territorial sustentável e solidário.

Diante disso, o governo do Estado da Bahia, pioneiro na continuidade da política de Economia Solidária, construiu abertura no intuito de atender setor da categoria da Ecosol que inicialmente não tinha apoio institucional dos programas sociais. Neste contexto, a consolidação dos centros público estar conectado com o resultado positivo no fortalecimento da identidade do território numa perspectiva de Desenvolvimento Territorial. Por outro lado, a política da Cesols nível nacional e estadual, não se avançou para uma Política de garantia de Estado, ainda continua com uma política de governo, dependendo da bandeira e prioridade do governo, pode acabar qualquer momento com este programa de trabalho, geração de renda, fortalecimento da Ecosol e Desenvolvimento Territorial.

A abordagem territorial na linha de desenvolvimento conseguiu conquistar espaços na questão do campo das Políticas Públicas, isso só foi possível na abertura e participação popular dos atores sociais que contribuíram na construção de proposta, diretrizes, planos e deliberações nas conferências organizada pelo Poder Público. Neste contexto, o marco para política territorial foi a partir do ano de 2003, a partir da criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), integrou se a participação popular dos setores da sociedade, o MDA construiu novas fundamentações metodologias com base na formulações e contribuições da participação social e acadêmica para direciona na execução das Políticas Públicas.

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais - tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições - e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial, (MDA,2005, p. 7-8).

Essa definição tem que ser considerada porque, surge como documento de referência na base da Política de desenvolvimento territorial rural do (SDT/ MDA), sendo que amplia o sentido de território como espaço social construído, pensado numa perspectiva das diferenças, valorizando identidade, cultura e território. A defesa do desenvolvimento territorial entra como fundamento desse trabalho técnico que resulta ao perceber a importância de uma nova dimensão

a partir das etapas contribuições e Planejamento Territorial das Políticas Públicas numa relação direta entre o Estado e Sociedade civil. Por isso, esses dois fatores caminham interligados no processo de Planejamento e Desenvolvimento Territorial.

Lima (2012), afirma que a consolidação do termo desenvolvimento possui três base de justificativa: 1) poder público retira política de verticalização, estimula se descentralização e integra se a participação social no processo de gestão das Políticas Públicas, 2) uma dimensão híbrida do desenvolvimento numa visão econômica, ambiental, social e político institucional, considera se, os setores excluídos e negligenciados historicamente na sociedade, 3) enquanto um processo endógenos de desenvolvimento, valoriza se as raízes histórico geográficas do territórios.

Segundo os pesquisadores Junior; Filho (2005), afirma que o Desenvolvimento Territorial pode ser conceituado em duas etapas metodológica: um apoio auto-organização entra no processo importante nos espaços de formação dentro dos fóruns e planejamento nível territorial, a segunda etapa, no estímulo de outro tipo de desenvolvimento que foca nas capacidades e potencialidades territoriais e articulação interinstitucional de políticas públicas.

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) colocou prioridade na política territorial, lançou ano de 2003 o Programa Nacional Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PNDSTR). Nesse sentido, SDT elaborou os Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), este documento tinha objetivo de orientar, com informações de diretrizes, estratégias e compromissos visão desenvolvimento pratico sustentável nos territórios. (MDA, 2005). Além disso, esse plano está inserido no Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), possui uma integração de apoio dos governos estaduais, do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável com participação e deliberação das organizações sociais rurais. Neste momento estimulou a constituição de Consórcios Intermunicipais e os Colegiados de Desenvolvimento Territorial. (CODETER), por isso, elaboração do PNDRS só foi possível devido uma articulação do CODETER que possibilitou construção participativa com organizações e poder público.

Silva (2013) afirma que a SDT foi ferramenta estratégica para consolidação da Política Territorial. Para isso acontecer, a SDT implantou na primeira etapa 40 territórios rurais, sendo que a partir do ano de 2007, ampliou se para 164 territórios rurais, atendendo na aproximação de 2.501 municípios. Supracitado acima, afirma que o governo tinha objetivo de criar estratégia para focar nos lugares vulneráveis, com isso houve um processo de integração na participação

social entre o governo e estímulo da sociedade civil representada pelas categorias dos movimentos sociais. O resultado positivo dos Territórios Rurais possibilitou a construção de integrar as ações dos Ministérios, com o objetivo de atender territórios que tinha baixo índice de desenvolvimento humano (IDH), a partir do ano de 2008 foi lançado o Programa Territórios de Cidadania (TCs) que tinha como o objetivo de combater o baixo IDH através de ações articuladas dos Ministérios na execução de Políticas Públicas Estratégicas no território.

Nessa perspectiva, o enfoque territorial estava em evidência, devido às ações e estratégias do governo Lula que influenciou governos estaduais a pensarem na construção dessa política a partir do contexto estadual. Deste modo, o estado da Bahia no governo de Jaques Wagner (2007/2011 e 2011/2014), a partir de debate participativo construiu propostas de política territorial com base no formato da política dos Territórios Rurais do governo Federal, continuando com mesmo perfil de divisão territorial construída nos territórios rurais aplicado no Estado da Bahia, com isso lançou os Territórios de Identidades, transformou e provocou uma mudança estrutural nas secretarias estaduais na busca de centralizar ações de políticas públicas territoriais, e desconstruir a política de regionalização aplicada nos governos anteriores.

A estratégia do governo da Bahia marcou a Política Territorial, com isso fortaleceu a Coordenação Estadual Territórios de Identidade, articulou-se diferentes categorias da sociedade civil com objetivo de construir o Planejamento Participativo Plurianual (PPA) 2008/2011 e 2012/2015, vinculado com a Secretaria de Planejamento da Bahia (SEPLAN). A postura do governo da Bahia, possibilitou compreender a importância de integrar e focar os programas sociais para efetivar de forma transparente os recursos e ações do governo, além disso estimulou a participação das organizações sociais integrando avaliação, implantação e gestão das Políticas Públicas.

Figura 02. Os Territórios de Identidade no Estado até 2011.



FONTE: SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, 2011.

No primeiro momento foi criado 26 territórios de identidade apesar que o governo construiu essa política com base na experiência dos territórios rurais, houve um processo de debates dentro dos territórios de identidade para consolidar o sentimento de pertencimento e reconhecimento do território. Deste modo, cada território de identidade possui características com diferencial a partir de uma visão econômica, cultural, organizacional e desenvolvimento territorial. Nesse sentido, começa se organizar a criação dos Colegiados de Desenvolvimento Sustentável (CODETER), composto por representações de organizações sociais rurais e urbano: Agricultura Familiar, Assentados da Reforma Agraria, Empreendimentos da Economia Solidária, Quilombolas e Comunidades Tradicionais. Este espaço de organizativo possibilitou

um debate participativo e consultivo dos principais programas do governo, entretanto o governo não tinha obrigação legal de aplicar a propostas e deliberações construídas.

Essa conjuntura, possibilitou uma articulação dos Colegiados Desenvolvimento Sustentáveis Territoriais da Bahia, houve reivindicação para criação de um Conselho que garantisse fiscalização e deliberação na Política Territorial no Estado da Bahia. A partir do ano de 2010, foi instituído o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial, este espaço possibilitou fortalecimento estratégico dos Colegiados Territórios em todos 27 territórios.

Além disso, a criação da Coordenação Estadual dos Territórios (CET) foi constituída a partir das representações dos Territórios e seus colegiados, esse espaço representa uma ferramenta de apoio direto a organização, planejamento e gestão dos Territórios de Identidade da Bahia. Diante disso, a estratégia do governo era de garantir conferências territoriais setoriais, com objetivo de realizar consultas e propostas para reformulação e melhorar aplicação das Políticas Públicas aprovadas no PPA.

A partir das reformulações dos territórios, houve alguns casos migração de municípios que se identificavam com outros territórios, apresentou se uma consulta aberta, posterior isso, o governo apresentou de nova proposta com base nessas considerações, com isso, a partir do ano de 2011 apresentou 27 territórios de identidades, esses territórios se tornaram espaços estratégicos de planejamento das Políticas Públicas do Estado da Bahia.

Figura 03. Os Territórios de Identidade no Estado após 2011.



FONTE: CEDETER, 2011

A implantação da Política Territorial garantiu melhorar e intensificar uma gestão participativa com envolvimento dos setores da sociedade, possibilitou compreender e diagnosticar a necessidade e particularidade de cada território. Isso resultou efetividade nas Políticas Públicas para atender principais dilemas do território, além disso, fortaleceu o desenvolvimento territorial na integração das redes de cooperação, participação, consulta dos movimentos sociais e controle social.

Neste contexto, o Território de Identidade do Recôncavo pode ser compreendido a partir de percurso histórico, a marca desse território se descreve com base cultura de resistência, com características de representação da ruralidade, com formação de antigo engenho de açúcar que concentrou ao seu entorno. A proximidade com o principal Polo de desenvolvimento do Estado a Região Metropolitana de Salvador provocou movimentação significativa na dinâmica

demográfica na questão do povoamento e do crescimento populacional. (PTDRSS RECÔNCAVO, 2017).

A ocupação econômica do Recôncavo começou com Mem de Sá, a partir de meados do século XVI, através da exploração das terras doadas em regime de sesmarias. O Território de identidade do Recôncavo envolve aproximadamente a região histórica do Recôncavo Sul, cuja ocupação econômica é administrada desde o início do século XVIII a partir das povoações elevadas à vila de Jaguaripe em 1697, São Francisco do Conde e Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira (1698), São Bartolomeu de Maragogipe (1724), Santo Amaro de Nossa Senhora da Purificação (1725). Essas vilas foram os núcleos, a partir do qual se deu a povoação do restante do Recôncavo, surgindo as principais vilas interioranas do Território, no decorrer do século XIX: a Vila de Nossa Senhora da Conceição do Almeida (1872); a Vila de Santo Antônio de Jesus (1880); a Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso da Cruz das Almas (1897) e a Vila de São Félix (1889). (PTDRSS RECÔNCAVO, 2017, p.16).

As cidades do Recôncavo foram constituídas a partir das pequenas feiras livres e vias alternativas de transporte: carros de boi, fluviais, marítimos, ferrovias etc. O Território do Recôncavo teve mudanças significativas no seu perfil de produção, no período da colonização tinha destaque da agricultura de exportação na região sul, posterior a isso a partir do século XVIII houve um processo de decadência econômica, o qual provocou mudança significativa na produção agrícola: uma parte com lavoura de fumageira que ocupou antigas áreas do cultivo da cana-de-açúcar, pecuária e pequenas propriedades de subsistência. O século XIX houve diversas mudanças estruturais na economia e impacto por causa das crises que afetou o território. A partir deste processo, o Território apresentou alternativas locais de desenvolvimento através do estímulo do mercado local, o qual possibilitou surgimento das feiras livres e o impacto das ferrovias, provocou a acelerada ocupação e povoamento território. (PTDRSSRECÔNCAVO, 2017, p.17).

O processo político e histórico na formação do Território de Identidade do Recôncavo da Bahia surgiu a partir da Política Nacional dos Territórios Rurais, possibilitou a partir do ano de 2004, investimentos estruturantes dos Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais, mas sem a existência de um Colegiado Territorial (PROINF). De acordo com documento, só partir de 2006 começou um processo de retomada de encontros para discutir sobre a importância da Política Territorial e alternativas de fortalecimento e organização do território. Neste contexto, houve um processo de articulação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, EMBRAPA, SDT/MDA, CET e Movimentos Sociais Estratégicos iniciaram processo de construção de mobilizações, reuniões, oficinas de formação, encontros

territoriais, plenárias, conferências. Isso resultou no ano de 2009, a primeira eleição do Colegiado e do Núcleo Diretivo, o qual possibilitou articulação e trabalho na continuidade nos municípios entre 2009 e 2012, para construção PTDRSS, projetos PROINF e a realização de encontros, feiras e conferências. (PTDRSS RECÔNCAVO, 2017, p.20).

Quadro 05 - Cronologia das Ações Estruturantes na Consolidação do Território de Identidade do Recôncavo da Bahia

Cronologia das Ações Estruturantes na Consolidação do Território de Identidade do Recôncavo da Bahia					
2004	2006	2007	2009	2012	2017
<p>03 Oficinas Estaduais de Desenvolvimento Territorial, definição de investimentos do PROINF - Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais, mas sem a existência de um Colegiado Territorial.</p> <p>Municípios: de Muritiba, Cruz das Almas e Governador Mangabeira</p>	<p>Oficina Estadual dos Territórios, em Salvador; Salão Nacional de Territórios, em Brasília;</p> <p>Oficina de Formação com representantes dos territórios ainda não constituído na Bahia, sob a coordenação do MOC, através de um convênio com a SDT/MDA; e 6ª Oficina de mobilização do Território do Recôncavo, em Cachoeira no Campus da UFRB</p> <p>Organizações envolvida na ações: EMBRAPA, UFRB, CET e</p>	<p>Conferências Territoriais de Ciência e Tecnologia;</p> <p>7ª Oficina de Mobilização do Território do Recôncavo da Bahia</p> <p>Plenária Regional de Economia Solidária, em Feira de Santana, no campus da UEFS, com a integração com o Portal do Sertão.</p>	<p>1º eleição do Colegiado e do Núcleo Diretivo.</p> <p>Colegiado do Recôncavo continuou o trabalho de mobilização: municípios entre 2009 e 2012</p> <p>Oficinas para a construção do PTDRSS, participações nas conferências, feiras,</p> <p>Articulações e projetos com PROINF e convivência com o semiárido, organização nas distribuições de sementes;</p> <p>Fóruns de mulheres e II Salão dos</p>	<p>Reformulação do Estatuto Social e do Regimento Interno do Colegiado e eleita uma Coordenação Executiva – COORDEX</p> <p>Promover os Encontros municipais, delegados natos ao Encontro Territorial que elegeram o Colegiado Territorial e a COORDEX, do mandato de 2013 a 2017</p>	<p>Aprovação da Nova Diretoria 2017-2022</p> <p>Construção PDTRS</p> <p>Reorganização do CODETER Recôncavo</p>

	Movimentos Sociais		Territórios em Brasília A Casa do Território, espaço cedido pela UFRB		
--	--------------------	--	--	--	--

FONTE: PTDRSS RECÔNCAVO, 2017, p, 20 e 21/ Adaptação LUZ (2018).

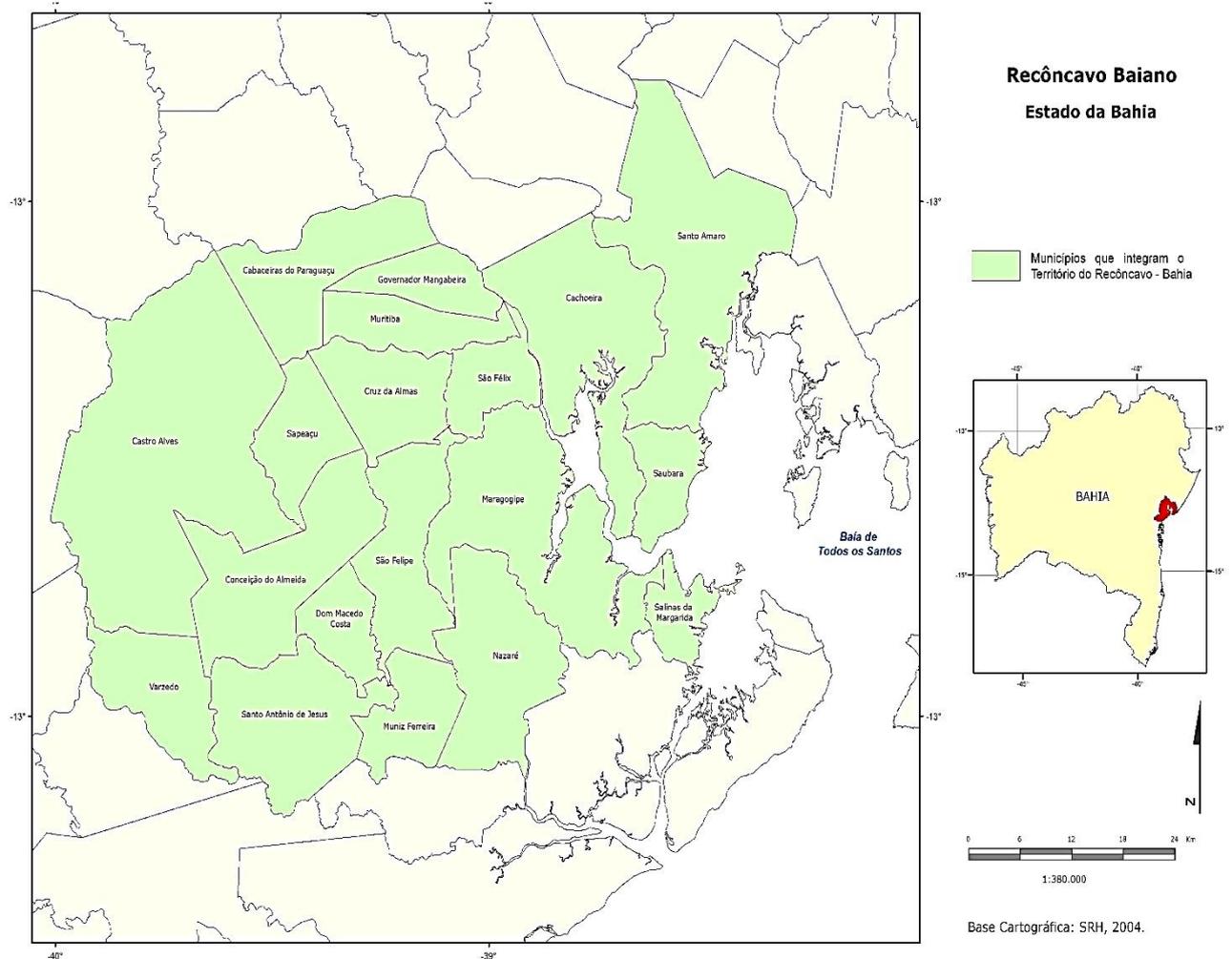
Diante da abrangência conceitual sobre território do Recôncavo da Bahia, este trabalho adota a Política Territorial do Governo do Estado da Bahia, dos Territórios Identidade, identificou se que houve diversas debates sobre de solicitação de município queriam migrar pro território vizinho devido à proximidade política, econômica e cultural. O governo do atendeu as reivindicações e começou o processo de migração. A realidade no caso do Território do Recôncavo da Bahia integrava 20 municípios, sendo que no ano de 2014 os municípios de São Francisco do Conde e Santo Antônio do Passé migram para Território da Região Metropolitana de Salvador e o município de Salinas da Margarida migra para o Território do Recôncavo. A partir de 2015 composição do Território do Recôncavo da Bahia é composta por 19 municípios: Dom Macedo Costa, Maragogipe, Muniz Ferreira, Nazaré, Salinas de Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, Saubara, Varzedo, Cachoeira, Conceição do Almeida, São Félix, Cruz das Almas, Governador Mangabeira, Muritiba, Sapeaçu, Castro Alves e Cabaceiras do Paraguaçu. (PTDRSSRECÔNCAVO, 2017, p.23).

O papel do Centro Público de Economia Solidária- CESOL Recôncavo na sua primeira etapa de contrato de gestão atender os 20 municípios, a partir de 2015 houve uma mudança de atuação focando nos 19 municípios do Recôncavo, sendo assim objetivo do Centro atender através de assessoria e assistência técnica esses empreendimentos de econômicos e solidários com recorte territorial com base nas cláusulas do lote do contrato. Diante o celeiro de diversidade cultural, histórica, econômica e social do território a partir da identidade e pertencimento dos empreendimentos, o CESOL Recôncavo apresenta o desafio de articular, mobilizar integrar e fortalecer as relações desses empreendimentos numa concepção de trabalho de rede e de desenvolvimento territorial sustentável e solidário.

É preciso mobilizar organizações e poder público para que haja espaços de diálogo onde sejam desempenhadas ações, para fortalecimento de empreendimentos de economia solidária,

principalmente na relação com os agricultores familiares, povos tradicionais e experiências urbanas.

Figura 04: Mapa de localização dos municípios do Território de Identidade do Recôncavo da Bahia.



Fonte: PTDRSS RECÔNCAVO (2017).

Neste processo, o colegiado do Recôncavo é principal espaço estratégico de integração dos movimentos e poder público para articulação nível de desenvolvimento territorial, a sociedade civil representada por categorias de organizações sociais possibilita uma articulação entre associação comunitárias e rurais, sindicatos, cooperativas movimentos de trabalhadores rurais, grupos de empreendimento de economia solidária, etc. A participação do poder público

mantida com indicação de cada prefeitura municipal para participar das estruturas organizacional, reuniões e das comissões técnicas

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRSS), pode ser identificado como principal documento para execução das suas atividades e ações estratégicas, sendo que surge de construção coletiva do CODETER Recôncavo. Nesse documento, o Colegiado do Recôncavo da Bahia construiu suas prioridades com a participação da sociedade civil e dos poderes públicos, constitui uma proposta de desenvolvimento territorial, sustentável e rural, apresenta se o planejamento e diagnóstico dos principais desafios e estratégia para superação e promoção de melhor qualidade de vida.

As ações de formações serão realizadas em dois níveis: um primeiro, a partir do próprio CODETER a partir de temáticas específicas, em articulação com as organizações de atuação territorial; e segundo, em consonância com o desenvolvimento de atividades do Governo do Estado da Bahia no Recôncavo, com as estruturas de atuação de políticas públicas e de programas da SEPLAN, SESAB, SEC, SDR (SUTRAG, CAR, BAHIATER), SECULT, SETRE, INEMA/SEMA, SSP, entre outros, (PTDRSSRECÔNCAVO, 2017, p.51).

Na composição do Colegiado a qual possibilita um espaço para formação de Câmaras Técnicas, este espaço de participação possibilitando maior monitoramento, avaliação e acompanhamento do documento PTDRSS. Além disso, as Câmaras Técnicas podem construir suas atividades a partir de seus planos de ações: Juventude; ATER; Quilombolas e Comunidades Tradicionais; Religiões Afro-brasileira; Políticas especiais; Saúde; Cultura; e Educação do Campo. Segunda etapa surge numa articulação direta, a partir da participação do poder público municipal e estadual, essas esferas de poderes, possuem papel estratégico de seguir orientações do plano, com o objetivo de se articular no processo de construção, implantação e execução das Políticas Públicas, Programas Sociais e Projetos relacionado com a temática do Desenvolvimento Territorial, Sustentável e Solidário (PTDRSS RECÔNCAVO, 2017)

A compreensão de construção do Território de Identidade do Recôncavo da Bahia, torna-se possível devido ao envolvimento e participação social dos movimentos sociais. O processo de organização do movimento em conjunto com o governo, revela uma prioridade na Política de Desenvolvimento Territorial. O CODETER é um instrumento de força quando consegue integrar e articula-se com movimentos sociais, além disso, atua como Entidade de

Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária. Do outro lado de estratégico o Centro Público do Recôncavo, o qual surge como ferramenta de fortalecimento destes espaços com assessoria de assistência técnica e acompanhamento periódico. Isso resulta na defesa e fortalecimento da Política de Economia Solidária dentro do Território de Identidade do Recôncavo da Bahia numa perspectiva de gestão participativa, planejamento territorial e desenvolvimento territorial.

A organização social gestora na execução do CESOL Recôncavo estar representada na figura da Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra (CEDITER), fundada em 1982, a entidade foi constituída com objetivo de organizar os trabalhadores e as trabalhadoras rurais na busca da luta de reivindicar por melhores condições de vida. A entidade completa 35 anos de atuação com princípios de Ecumenismo, da Educação do Campo, da Economia Solidária, da Assistência Técnica e Extensão Rural, da cidadania plena, da sustentabilidade e da solidariedade. As articulações e ações desenvolvidas estar contido na prioridade no diálogo de forma de participação coletiva na valorizando as experiências e iniciativas dos trabalhadores através de novos mecanismo e reflexões que fortaleçam o desenvolvimento local e comunitário do seu território. O CEDITER possui atuação estratégica nos territórios do Portal do Sertão, Recôncavo e Seminário Nordeste II. (CEDITER, 2017, p. 04 e 05).

Essa entidade possui atuação histórica no campo da economia solidária que começou de 1982 a 1984 nas Regiões da Chapada Diamantina e do Vale do Médio São Francisco. A atuação de trabalho a partir de 1984 a 1991 foi na região de Feira de Santana e posterior atuação no Recôncavo, em parceria com organizações territoriais e locais: sindicatos rurais e Movimento de Organização Comunitária. A partir de solicitação de parceria à CESE para desenvolver o projeto Estagiário com intuito de envolver estudantes universitários na lutar e no atendimento à população de baixa renda e ribeirinha das margens do Rio Paraguaçu que foi atingida pelo Governo do Estado da Bahia, através da Companhia de Desenvolvimento do Vale do Paraguaçu (DESENVALE) que realização a construção da barragem da Pedra do Cavalo trouxe diversos problemas milhares de famílias que foram remanejadas para outros espaço sem nenhum tipo de assistência, sendo que quando reassentou a população em condições desumanas, isso provocou a CEDITER incentivar a criação e organização de sindicatos dos trabalhadores rurais naquela região com intuito de fortalecer a luta, por isso foram criados no processo de organização e articulação: quatro novos STRs do Recôncavo: Muritiba, Governador Mangabeira, Cabaceiras do Paraguaçu e São Félix.(CEDITER,2017, p. 04 e 05).

Neste contexto, atuação da CEDITER no território de identidade começou no processo de luta e fortalecimento das organizações Sindicais de Trabalhadores Rurais, associações, grupos e do movimento dos milhares de famílias que foram retiradas devido a construção da Barragem do Cavalo. Por isso, surge como mecanismo de luta por acesso aos direitos fundamentais e de um tipo de desenvolvimento mais solidário que fortaleça as organizações solidárias do território do Recôncavo. Neste contexto, o próximo capítulo buscar caracterizar através dos dados do SIES (2013) os principais desafios dos empreendimentos associativos solidários do território Recôncavo realizando uma correlação com ações de atuação do Centro Público, com isso a proposta de caracterização surge como processo desafiado de compreender o CESOL Recôncavo como instrumento de fortalecimento de desenvolvimento territorial.

CAPITULO 3 – CENTROS PÚBLICOS E A CARACTERIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS A PARTIR DOS DADOS SIES

A importância do Sistema de Informação da Economia Solidária²² surge como principal ferramenta de justificativa na criação, implantação e continuidade na política dos CESOLs. O resultado dos dados mostrou a necessidade de Centro Públicos em Economia Solidária, o qual desse apoio, assessoria e a assistência técnica aos Empreendimentos Associativos, Redes de Comércio Justo, Solidário e Popular.

Estes Centros Públicos representam espaços multifuncionais de perfil territorial, o qual se destina na missão de se articular, organizar de forma de rede, oportunizar o trabalho que seja mais justo, igualitário e coletivo com base nos princípios da Economia Solidária. Essa estrutura do Centro Público é mantida a partir de uma parceria entre poder público e a sociedade civil organizada, sendo principais responsáveis pela difusão a SENAES/MTE – Secretaria Nacional de Economia Solidária e a Rede Brasileira de Gestores Públicos da Economia Solidária seus principais difusores.

Neste contexto, o sistema foi lançado em 2005, em dois períodos de mapeamento, até 2007, o segundo período entre 2009 a 2013, esse banco de dados representa informações importantes sobre caracterização dos empreendimentos de economia solidária com as informações dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), as Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e também políticas públicas voltadas à Economia Solidária (PPES). Segundo SIES (2017):

Os principais objetivos do SIES, desde sua concepção, foram identificar e caracterizar a economia solidária no Brasil; fortalecer a organização e integrar redes de produção, comercialização e consumo; promover o comércio justo e o consumo ético; subsidiar a formulação de políticas públicas; facilitar a realização de estudos e pesquisas; dar visibilidade à economia solidária para obter reconhecimento e apoio público; O resultado deste mapeamento uma considerável base de dados quantitativos para ver o perfil da economia solidária no Brasil e analisar suas capacidades, potencialidades e seus limites, considerando principalmente aspectos como inclusão social pela via da geração de trabalho e melhoria de renda; constituição de redes de comércio e consumo justos; potencial organizativo na formulação de políticas alternativas de desenvolvimento com relações de trabalho mais igualitárias; O SIES veio preencher uma lacuna em termos de conhecimento sobre a realidade da Economia Solidária no Brasil, tornando-se importante instrumento para o planejamento de políticas públicas

²²O SIES, que significa Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária é o resultado deste mapeamento, e consiste em banco de dados dos empreendimentos de economia solidária de todo o Brasil. Ele é composto por informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF). Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/sies>>. Acesso no dia 05 de março de 2018.

e permitindo a ampliação do reconhecimento e dimensionamento de uma realidade social e econômica até então não captada pelas pesquisas oficiais no Brasil.

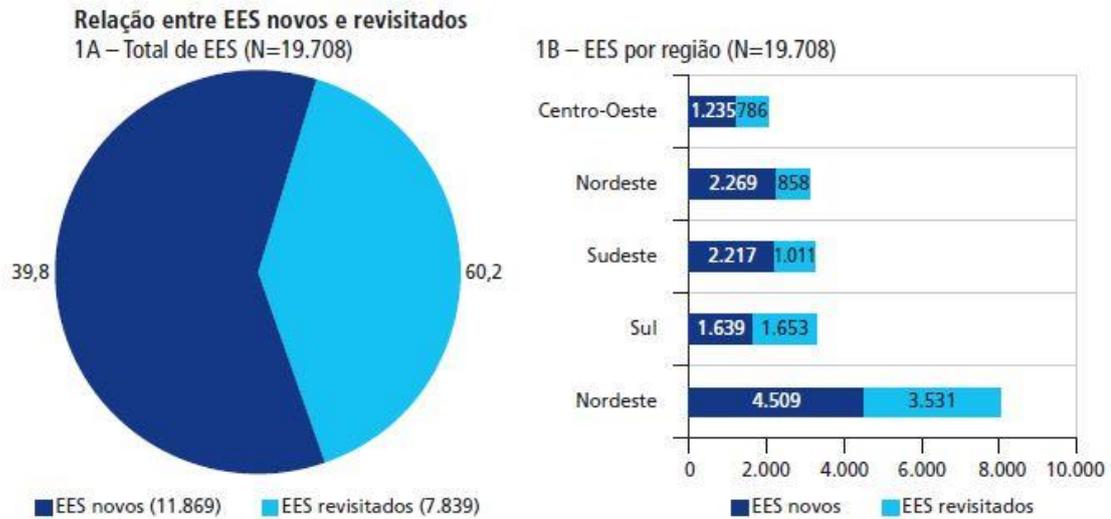
A possibilidade de analisar essas informações surge como oportunidade de mostrar através dos dados, o avanço no resultado, dos programas de Economia Solidária. Para isso, entra o processo de avaliação, execução e monitoramento das Políticas Públicas de Economia Solidária. Também, SIES permite compreender o processo de desenvolvimento desses empreendimentos, sendo considerados seus principais desafios na atuação do seu território.

Concluído em 2013, o segundo Mapeamento da Economia Solidária no Brasil reúne informações sobre cerca de 20 mil *empreendimentos econômicos solidários* - EES. Não obstante tenha ficado aquém das metas iniciais, já que se esperava mapear mais de 30 mil EES, esse esforço incomum de pesquisa social, realizado a várias mãos, é de suma importância. Tanto o primeiro Mapeamento Nacional (2005-2007) quanto o segundo (2009-2013) são sintomáticos de grandes lacunas no estado atual de conhecimento sobre a Economia Solidária no Brasil. Ao mesmo tempo, fornecem um valioso material empírico e uma experiência metodológica ímpar para que tais deficiências venham a ser superadas, (GAIGER, 2013, P.07).

Gaiger (2013), afirma que o SIES apresentou três momentos: a primeira, a inexistência de informações estatísticas específicas sobre as organizações da Economia Solidária: EES e as EAF; a segunda, informações existentes, a partir da base de conceitualização, seriam inapropriadas; e por fim, a necessidade de critérios conceituais e jurídicos mais adequados, precisa de uma elaboração criteriosa com objetivos bem definidos com seu público envolvido participante da Economia Solidária.

A partir do segundo mapeamento do SIES (2009 a 2013), identificou-se 19.708 empreendimentos solidários, distribuídos em 2.713 municípios brasileiros, presente em todos os estados da Federação. Segundo IPEA (2016), deste total mapeados, 60,2% representam 11.869 EES são novos EES, sendo que não foram mapeados no período do primeiro mapeamento de 2005 e 2007. A figura 02 mostra a relação do primeiro e segundo mapeamento, considera-se que foram revisados e identificados novos, o qual representa 60,2% dos empreendimentos mapeados. Então, tivemos dois momentos importantes entre 2005 e 2007 e entre 2009 e 2013, mesmo assim esse mapeamento não conseguiu atingir todos os municípios brasileiros.

Figura 05. Número de empreendimentos mapeados entre novos e revisitados no SIES por região brasileira



Fonte: IPEA (2016, p. 10).

A figura 5 apresenta um crescimento de novos EES e representa público de 60,2 %. Isso revela aumento de quantitativo de surgimento de novos empreendimentos na busca coletiva de trabalho para geração de renda. Por auxiliar no atendimento das demandas dos grupos solidários, grandemente compostos por pessoas antes desassistidas, desempregadas ou sem ocupação rotineira e frequente que lhes garantisse a subsistência digna de suas demandas de vida, isto possibilita uma organização da produção de setores artesanais e relativos aos saberes tradicionais e não científicos, permitindo através da constituição das EES uma emancipação econômica e, ao mesmo tempo, orgânica, uma vez que acontece um beneficiamento de gestão permitindo uma manutenção justa e permanente da produção.

As Políticas Públicas quando bem executadas levam os sujeitos e os seus territórios a se emanciparem, de modo que enxerguem os potenciais produtivos que já existem em seu entorno, permitindo a sua manutenção no espaço, como acontece com a da Agricultura Familiar, em que a produção atende ao produtor e aos grupos da rede solidária. Além disso, constata-se uma concentração no número de EES na região nordeste, responsável por 40,8% do total de empreendimentos mapeados. Esse fenômeno também ser feito relação com pouca oportunidade de emprego destina para região nordeste, além da dificuldade no acesso de qualidade das Políticas Públicas, isso provoca movimentação de organização dos atores na busca de alternativas que possibilite o desenvolvimento territorial.

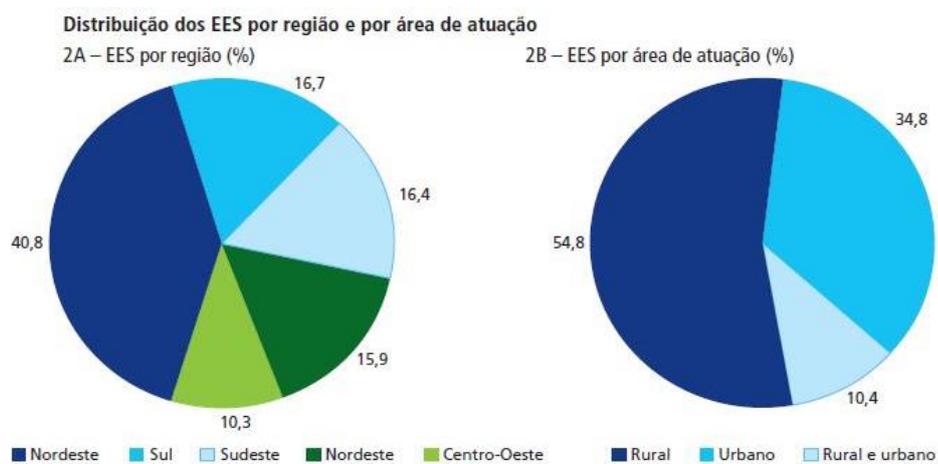
Quadro 06: EES por atividades econômicas

Atividades dos EES	Total	%
Produção ou produção e comercialização	11.081	56,2
Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	3.945	20,1
Comercialização ou organização da comercialização	2.628	13,3
Prestação de serviço ou trabalho a terceiros	1.296	6,6
Troca de produtos ou serviços	430	2,2
Poupança, crédito e/ou finanças solidárias	328	1,7
Total	19.708	100

Fonte: IPEA (2016, p. 19).

Os dados do IPEA (2016) mostram que existe uma atividade econômica que demonstra movimentação predominante para produção e comercialização com 56,2%, seguindo com consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios com 20,1%. A partir da análise, percebemos uma prioridade no processo produtivo e uso do consumo coletivo com base na necessidade comunitária do trabalho coletivo. Por outro lado, mostra baixo desempenho no setor da poupança, crédito ou finanças públicas com 1,7%. Isso revela que empreendimentos ainda possuem dificuldade de gestão na parte de planejar poupança no intuito de garantir investimentos futuros de compra de materiais para produção, renovação e manutenção de equipamentos.

Figura 06 – Distribuição dos EES por região e por área de atuação.

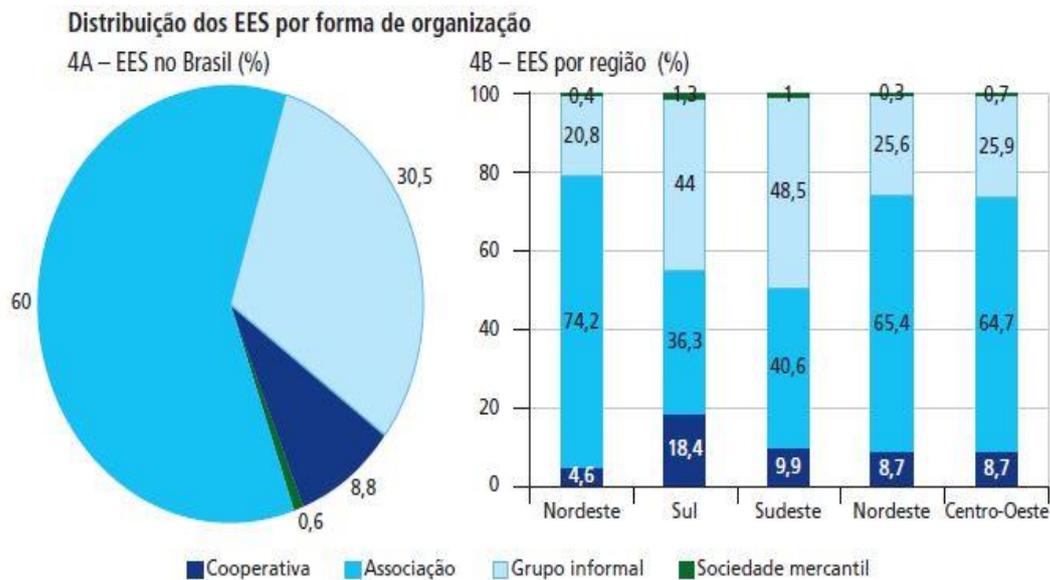


Fonte: IPEA (2016, p. 20).

Diante os dados do IPEA (2016), os EES por atividade econômica demonstram movimentação que se predomina a partir da sua atuação no campo rural, 54%,8% contra 34,8% de EES que possuem atuação em áreas urbanas e 10,4% atuam nos dois campos urbano e rural. Essa predominância no campo estar conectado com origens dos empreendimentos que são representados pela agricultura familiar e empreendimentos diversos de coletivos rurais.

Segundo dados acima faz necessário análise de duas divisões do meio rural e do meio urbano. O campo rural desenvolve atividades de consumo com 85%, troca 65%, finanças 62% e produção 52%. Já no meio urbano a maioria das EES está na prestação de serviços com 64% e de comercialização 48%. A proporção do meio rural representados por sua maioria pelas regiões do Nordeste, Centro-Oeste e Norte. A predominância do campo urbano concentra se na sua maioria na região do Sudeste. Entretanto, a região Sul possui equilíbrio porcentual entre urbanos e rural.

Figura 07 – Distribuição dos EES por forma de organização



Fonte: IPEA (2016, p. 22).

A partir da relação entre forma de organização revela diferenças entre as regiões Nordeste, Sul, Sudeste, Norte e Centro-Oeste. Identifica-se que a região nordeste concentra a maior proporção quantitativa de associações. Enquanto a região sul representa uma maior organização dos EES formalizada no campo das cooperativas. Destaque também para grupos

informais que nas regiões sudeste com 44% e sul com 48,5%, esse campo de grupo informal possui características importantes de mudanças com base na procura e oferta. Além disso, dificulta a possibilidade de acesso a uma assistência técnica, formalização, investimento e capital de giro. Entretanto, existem grupos que, apesar de não estarem em situação legal, possuem critérios de trabalho coletivo e comunitário, que passa de geração para geração a partir de cultura preservada e a possibilidade do desenvolvimento comunitário.

Quadro 07- Principais Motivações para constituição dos EES

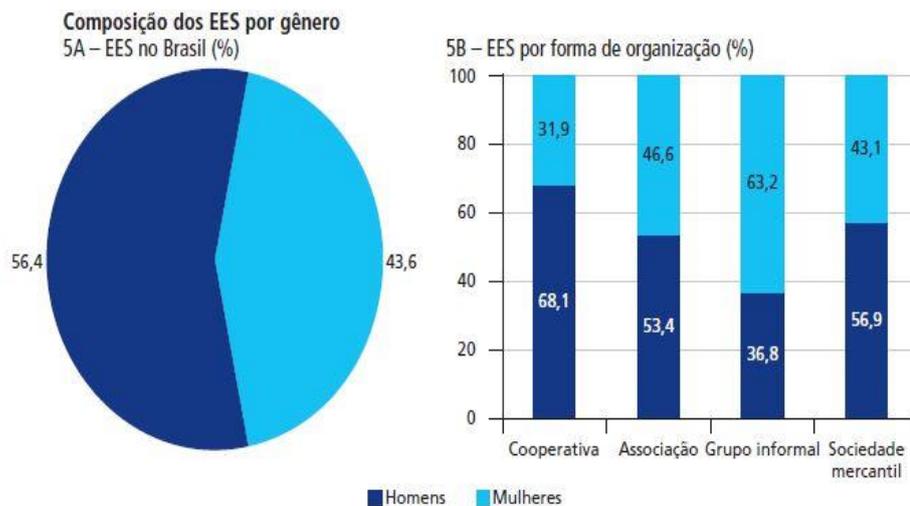
Motivações	Total	%
Fonte complementar de renda	9.624	48,8
Alternativa ao desemprego	9.106	46,2
Maiores ganhos em empreendimento associativo	8.471	43,1
Atividade na qual todos são donos	8.024	40,7
Desenvolvimento comunitário	5.646	28,6
Condição para ter acesso a financiamento e apoios	4.130	21,2
Motivação social, filantrópica ou religiosa	3.801	19,3
Alternativa organizada e de qualificação	3.160	16,1
Incentivo de política pública	3.113	15,8
Atuação profissional em atividade específica	2.828	14,3
Fortalecimento de grupo étnico	1.912	9,7
Produção/comercialização de produtos orgânicos	1.607	8,2
Organização de beneficiários de políticas públicas	1.510	7,7
Recuperação de empresa privada	601	3,1
Outras	1.890	9,6

Fonte: IPEA (2016, p. 22).

A partir das opções, encontramos uma concentração na fonte complementar de renda com 48,8% e a alternativa ao desemprego com 45,2%, maiores ganhos em empreendimentos associativos e atividade na qual todos são donos 49,7. Diante disso, o surgimento dos EES veio com objetivo de possibilitar uma alternativa de trabalho mais justo para os trabalhadores, além de ser alternativa devido à crise do desemprego que não garante emprego para todos. A possibilidade de ser o próprio dono, de forma coletiva e transparente, revela que os trabalhadores não querem ser mais explorados na sua força de trabalho pelo sistema capitalista. Com isso participam da tomada de decisão e depende da sua participação na produção e comercialização para dividir o resultado dos seus rendimentos do empreendimento.

De acordo aos dados colhidos pelo IPEA (2016), pode-se identificar a melhoria na qualidade de produção dos grupos registrados e, conseqüentemente, na qualidade de vida dos sujeitos que os compõe. Os números apontam para a tendência da afirmação pela continuidade de se manterem em seus territórios, usufruindo de maneira consciente dos potenciais produtivos locais e produzindo a partir disto. Este cenário, então, possibilita um novo olhar, por exemplo, sobre as dinâmicas do rural ou relativo ao campo, considerado como um local de atraso ou, segundo Endlich (2010, p. 23), ou que designa uma condição de vida pretérita. Sendo assim, passam a existir novas possibilidades dentro dos mesmos espaços que já existiam, garantindo-lhes sobrevida com qualidade e perspectiva de crescimento.

Figura 08 – Composição dos EES por gênero



Fonte: IPEA (2016, p. 24).

Na organização do trabalho, o homem sempre foi destaque como figura representativa como provedor do lar, consequência de uma cultura machista que coloca a figura masculina como centro da sociedade. A partir dos dados, percebe-se que existe maioria de homens no trabalho no setor de cooperativas, enquanto, a mulher representa maioria no setor de grupo informal. Essa relação revela que os homens estão numa situação mais confortável devido garantia de direitos na forma de trabalho.

Por outro lado, as mulheres além de desenvolver essa atividade no grupo informal, alguns casos, devido a flexibilidade, possuem carga horária de trabalho extensa por causa da dupla jornada de trabalho no grupo, do lar e da família. A representação de trabalho coletivo para essas mulheres ultrapassa questão do retorno financeiro, uma parte, veem de origem de cultura de violência, o grupo surge como oportunidade de conhecer seus direitos e se unir para não sofrer mais este tipo de violência seja moral, psicológica, financeira, patrimonial, entre outras formas de violência que atinge diretamente as mulheres.

Quadro 08- Importância da renda gerada nos EES para seus associados.

RESPOSTAS	TOTAL DE EES	%
A fonte principal da renda dos sócios	3.453	45,8
Complementação de rendimentos recebidos em outras atividades econômicas	3.243	43,0
Complementação de recursos recebidos de programas assistenciais	526	7,0
Complementação de rendimentos de aposentadorias ou pensões	244	3,2
Outro tipo	69	0,9
TOTAL	7.535	100,0

Fonte: IPEA (2016, p. 26), adaptação Luz (2018).

A representação dos EES mostra que trabalho coletivo possibilita retorno nos rendimentos, além disso, apresenta com 45,8% principal fonte de renda dos seus associados, isso confirma que trabalho coletivo pode ser encarado como alternativa de geração de renda mais democrática e possibilita um sustento para associado cumprir com seus compromissos de sobrevivência. Os 43% mostra que essa fonte de renda serve como forma de complementação de outras atividades, então o trabalho coletivo representa uma nova opção mais justa para conseguir complementar seu rendimento e pagar suas despesas.

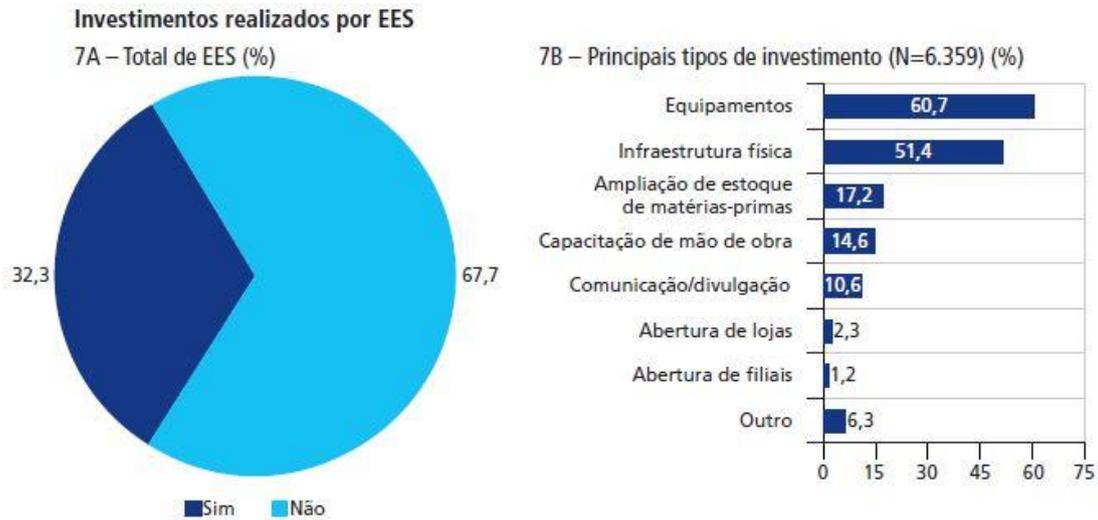
Figura 09 – Principais dificuldades na comercialização



Fonte: IPEA (2016, p. 24).

O empreendimento no processo de comercialização apresentou quatro principais dificuldades que coloca em destaque: a falta de capital de giro com 54,3% a qual está relacionada com pouco recurso para investimento no empreendimento, custo de transporte 38,8% muitas vezes está relacionado com falta de um transporte próprio para facilitar na logística e atender as demandas, estrutura para comercializar 38,7% ainda empreendedores sentem dificuldade devido falta de estrutura adequada para comercialização do campo da Economia Solidária, precariedade das estradas 27% está relacionado grupo de área da zona rural que possuem dificuldade no cuidado do produto devido condições das estradas que pode danificar, isso provoca desigualdade no processo de concorrência, os intermediários conhecidos como “atravessadores”, começam a conquistar mais espaço e a tentativa de baratear a oferta dos produtos dos empreendimentos.

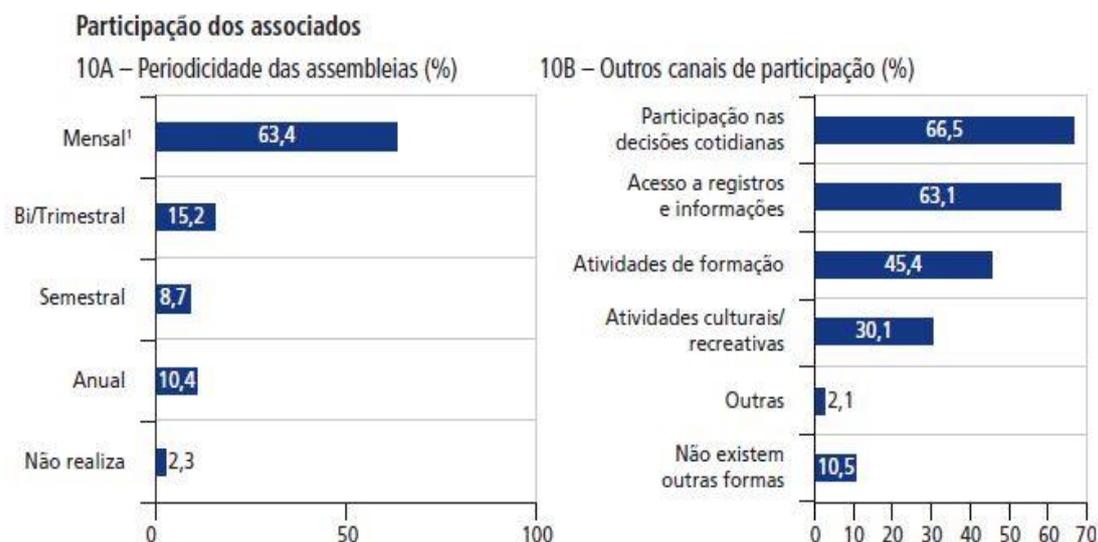
Figura 10 – Investimentos realizados por EES



Fonte: IPEA (2016, p. 30).

Dentro dos principais tipos de investimento, percebe-se que EES possuem grande dificuldade econômica, o qual prejudica sua capacidade de investimento, em outros setores importantes para poder melhorar e fortalecer sua produção e comercialização no resultado positivo nos rendimentos. A estratégia de comunicação/divulgação surge como ferramenta de marketing dos produtos, mesmo com processo de produção positivo, deve se investir na comunicação com intuito de garantir e informar seus principais clientes. Os ESS possuem grande dificuldade construção de plano de marketing, isso estar relacionado com pouca capacitação do empreendimento sobre essa alternativa que pode fortalecer e ajudar ampliar a comercialização.

Figura 11 – Participação dos Associados



Fonte: IPEA (2016, p. 33).

A partir da compreensão do conceito de capital social, identifica-se quando EES estar mais participativa e envolvendo democraticamente seus associados, consegue elevar o capital social e conseguir resultados qualitativo e quantitativos positivo na sua produção e organização social. Mais de 60% confirmou que faz ao menos uma reunião coletiva ou assembleia geral mensal, entretanto, 2,3% não realiza esta forma de reunião com regularidade. A reunião ou assembleia representa forma democrática e transparente no acesso as informações e tomada de decisões, com isso que construída planejamento das atividades, capacitação, intercambio, decisão sobre rendimentos, prestação de conta, eleição etc.

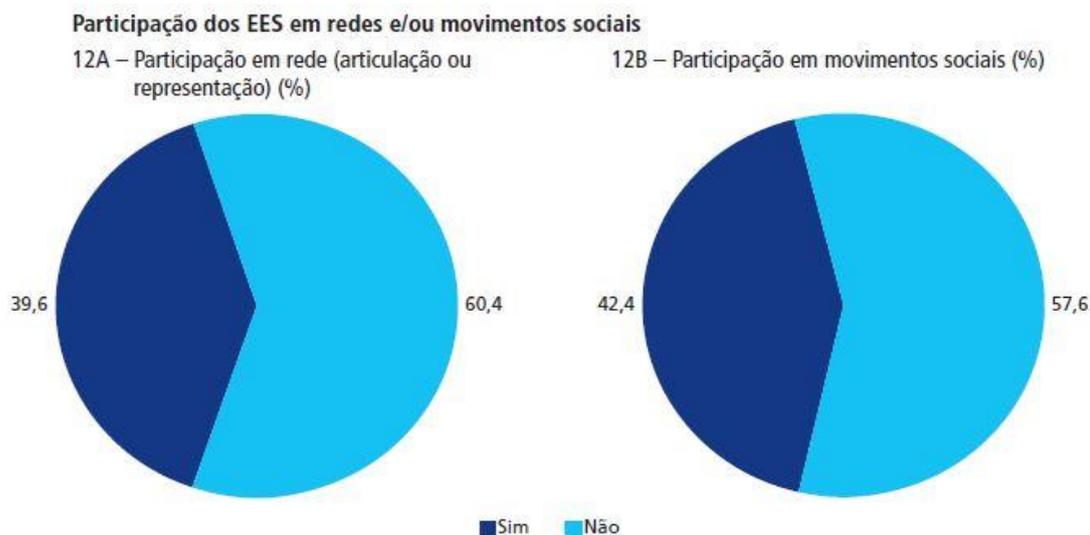
Quadro 09 – Tipo de Apoio/Assessoria que o ESS recebeu

Respostas	Total	Total (%)	Respondentes (%)
Assistência técnica e/ou gerencial	7.541	25,5	60,9
Qualificação profissional, técnica e gerencial	7.070	23,9	57,1
Formação sociopolítica	4.166	14,1	33,6
Assistência jurídica	1.414	4,8	11,4
Assessoria em <i>marketing</i> e comercialização	1.648	5,6	13,3
Diagnostico, planejamento e análise de viabilidade	1.885	6,4	15,2
Assessoria na constituição, formalização ou registro	2.095	7,1	16,9
Elaboração de projetos	3.129	10,6	25,3
Incubação	616	2,1	5,0

Fonte: IPEA (2016, p. 35). Adaptação Luz (2018).

A importância de formação desse EES surge como oportunidade de fortalecer, colocando a possibilidade de melhoria no processo de produção e comercialização. Dados revela que a assistência técnica/gerencial representa 60%, 9%; qualificação profissional 57,1%, formação sociopolítica 33,6% etc. Uma das principais dificuldades é a falta de continuidade na assessoria para esses grupos, muitas ações são pontuais, determinado momento precisa de uma intensidade na formação e assessoria dos EES. A maioria das assessorias técnicas são financiadas, possuem um prazo para finalizar o trabalho. Diante disso, o Estado deve garantir uma continuidade permanente no apoio e assessoria dos EES.

Figura 12 – Participação dos EES em redes e/ou movimentos sociais.



Fonte: IPEA (2016, p. 35).

Com base dos dados identifica-se que a maioria dos grupos não participam de redes ou movimentos sociais, representado por 60,4%, observou-se que 42,4% são articulados e envolvidos com movimentos sociais e 39,6 com participação em rede. Essa parcela significativa de participação que trabalha em rede e de movimento social, demonstra que ainda existe processo organizativo de resistência para continuidade na política de Economia Solidária. Por isso, a importância no fortalecimento dos fóruns, organizações sindicais, e organização sociais que luta para efetivação de Políticas Públicas de Economia Solidária.

Diante análise dos dados do IPEA (2016) identificamos diversos desafios dos EES seja na produção, comercialização e no apoio a assessoria técnica a partir das informações do SIES,

o qual revela necessidade de políticas públicas efetivas para campo da Economia Solidária que possibilite uma estruturação e consolidação de EES que na maioria seus objetivos vão de encontro a possibilidade de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Diante disso, a possibilidade de permanência e continuidade de assessoria e assistência técnica para os EES surge como direito que deve ser garantido pelo Estado, por isso a luta pela garantia da Política da Economia Solidária que fomentou a criação do SENAES e a implantação dos Centros Públicos de Economia Solidária.

Segundo Silva (2017) afirma que no estado da Bahia, a partir do ano de 2012 representou uma experiência inovadora na implantação da política do CESOL através da SETRE/SESOL, revela que foram 1452 EES mapeados, 64% são organizações não formalizadas e 77% formados por segmento da agricultura familiar. No Território do Recôncavo da Bahia entre 2009 e 2013 foram mapeados só 55 EES nos 15 municípios do território.

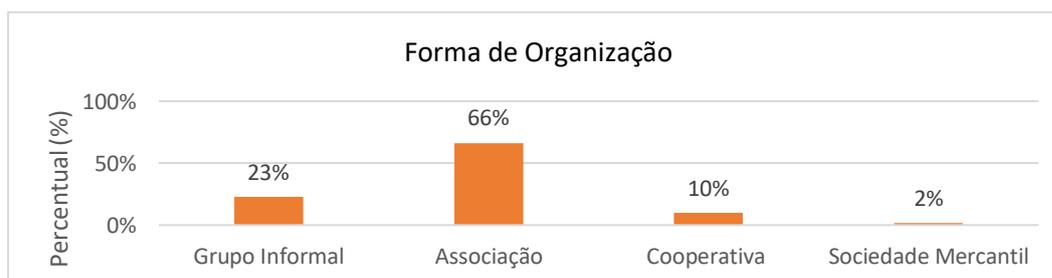
Diante disso, a base de informações sobre Economia Solidária possibilitou a criação do Centro Público como instrumento de Política Pública para fortalecimento do desenvolvimento territorial. Sendo assim, a possibilidade de continuidade nas ações do Centro Público de Economia Solidária surge como fundamento importante para ações de assessoria e assistência técnica, nesse espaço multifuncional, cria-se oportunidade de garantir para EES: informações, formação, assessoria, integração em rede, instrumento de desenvolvimento territorial entre outros. A partir dos resultados do SIES, identificamos que existe relação muito próxima na dinâmica dos dados nível nacional comparado com os dados do Estado da Bahia. Por isso, o capítulo quatro, investiga e caracteriza os dados do SIES no território do Recôncavo, realizando correlação com as ações do CESOL do Recôncavo no período de 2013 a 2018. Para isso, essa dissertação buscar compreender as estratégias de atuação do Centro Público para superação desses desafios dos empreendimentos associativos solidários do território Recôncavo.

CAPITULO 4 – CESOL RECÔNCAVO: ENTRELAÇAMENTO DE DADOS E CARACTERIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO TERRITÓRIO DO RECÔNCAVO.

A caracterização dos Empreendimentos Econômicos Solidários EES a partir de análise do Território de Identidade do Recôncavo foi possível devido acesso ao Sistema de Informação em Economia (SIES) solidária que realizou um mapeamento no período de 2009 a 2013, esse banco de dados representa informações do ano de 2013, contendo informações dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), as Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e também políticas públicas voltadas à Economia Solidária (PPES). Nessa perspectiva, realiza-se uma correlação dos dados com as principais ações do CESOL Recôncavo no período de 2013 a 2017, com o objetivo de mostrar atuação do Centro Público como mecanismo de instrumento para o desenvolvimento territorial e fortalecimentos dos empreendimentos associativos solidários.

A buscar de realizar recorte dos dados do SIES, essa análise dessa caracterização corresponde na participação de aproximação de 62 atores representantes dos EES do Território do Recôncavo, com isso apresentamos questões de organização, área de atuação do empreendimento, cor e raça predominante, principal nas atividade realizada pelo empreendimento, tipo de assessoria que grupo teve acesso, se participar de alguma rede ou movimento social, principais conquistas e desafios do EES, espaços de comercialização, pra quem é feita a comercialização dos produtos e o que motivou a criação do EES. A possibilidade de construir essa análise surge a partir da compreensão dos principais desafios e a possibilidade de superação a partir das principais conquistas dos Empreendimentos do Território de Identidade do Recôncavo da Bahia.

Figura 13: Distribuição dos EES por forma de organização no Território do Recôncavo



Fonte: SIES (2013), adaptação LUZ (2017)

A partir da relação entre tipo de organização informa a diferença diante o perfil de atuação de cada EES, concentrar no território com mais proporção quantitativo de associações com 66%, seguindo por grupos informais com 23%, terceiro representado por cooperativas 10% o quarto com 2% sociedade mercantil. Apesar de existir maior quantitativo de formalização, esse perfil não mostra nível de organização na questão da comercialização dos EES. Além disso, a falta de legalização dos grupos informais, apresentam dificuldade de acesso a assistência técnica, formalização, investimentos e capital de giro. Uma parte desses grupos informais possuem forte atuação de trabalho coletivo comunitário e de fortalecimento do desenvolvimento comunitário.

O quantitativo predominante na categoria de associações relaciona devido construção histórica de organização comunitária do campo rural, isso possibilitou a constituição de associações rurais para fortalecimento do coletivo e da comunidade. As cooperativas não eram prioridade devido à complexidade de informação e de gestão, naquele momento não atendia as principais necessidades de consumo daquela organização. Os grupos não formais não conseguiam se enquadrar na formalização devido o processo de burocratização que dificulta a permanência desses grupos na abrangência de atender o mercado local e regional.

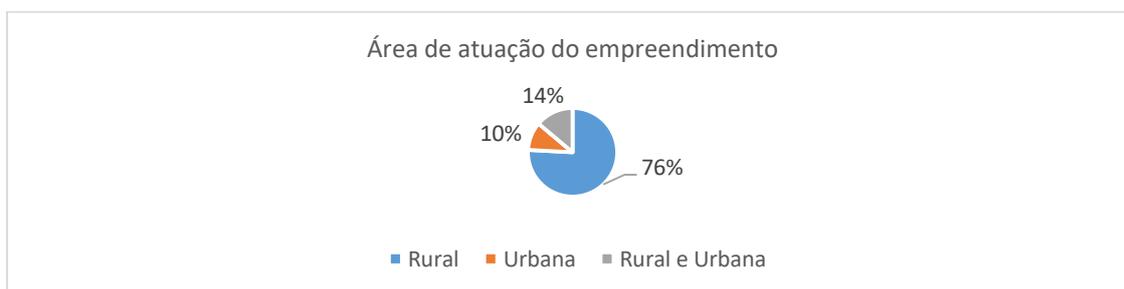
Em contrapartida, o CESOL Recôncavo na sua prioridade de atuação aos Empreendimentos teve predominância de três formas de organização por ordem: 1) Associação Comunitária e de Agricultores Familiares, 2) Grupo informal e Grupo de Cultura e 3) Cooperativas. A partir dos da atuação do Centro Público, identificou o atendimento com algum tipo de assessoria, formação ou assistência técnica no quantitativo total de 173 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).

Por isso, o CESOL Recôncavo, a apresentou uma estratégia de atendimento as associações comunitárias rurais da agricultura familiar para atender suas principais necessidades de gestão e comercialização para inserir no mercado institucional e mediar uma aproximação de parceria com as Prefeituras. Além disso, o avanço no dialogo no território, fez surgir uma crescente demanda de grupos não formais de origem da zona urbana ligada a cadeia produtiva do artesanato. Sendo assim, integrou os empreendimentos na construção de uma Rede de Comercialização do Território de Identidade do Recôncavo.

A Rede de Comercialização representa instrumento de articulação dos empreendimentos econômicos solidários, com objetivo de fomentar e organizar espaços para comercialização dos produtos e serviços, o qual pode ser construída por vários pontos, como: feiras, lojas, veículos

itinerantes, espaços públicos, festas. Além disso, a integração surge como estratégia importante dos empreendimentos se conhecerem e construir troca de experiência, sendo assim umas das metas da Rede se constitui com a finalidade de estimular possível consolidação e fortalecer a economia solidária no território do Recôncavo.

Figura 14: Área de atuação do Empreendimento no Território do Recôncavo



Fonte: SIES (2013), Adaptação LUZ (2017).

Diante os dados do SIES, identifica-se uma concentração que se predomina a partir da atuação do Rural, 76% contra 10% de EES que atua em áreas urbanas e 14% atuam nos dois campos urbanos e rural. A análise permitiu identificar uma concentração de EES de origem de agricultores familiares. A possibilidade de compreender a origem desse empreendimento apresenta um foco de empreendimentos solidários direcionado para o campo de cadeia produtiva da agricultura familiar, com isso existe uma identidade rural nos empreendimentos solidários do Território do Recôncavo.

Nesse sentido, a realidade encontrada no Recôncavo da Bahia se mostra como um recorte fiel sobre o que se encontrou de acordo aos dados do IPEA (2016) aos empreendimentos solidários. Historicamente, o rural era o lugar do esquecimento, da limitação, contrapondo à ideia do urbano, que “representa uma condição social em que, teoricamente, é possível superar a precariedade” (ENDLICH, 2010, p. 25). Desta forma, estando as populações marginalizadas ou desassistidas, a conformação das redes solidárias são a ferramenta capaz de transmutar as estruturas limitantes em meios economicamente viáveis de inserção destes grupos, dando-lhes o arcabouço necessário para perceberem que podem mudar as suas realidades ao se organizarem em prol de melhorias que rendam benefícios coletivos e individuais. Os grupos situados na região analisada refletem a realidade da sua população, que é de maioria negra e rural.

O fortalecimento da agricultura familiar em bases endógenas representa um distanciamento em relação ao modelo predominante de produção agrícola especializado e em grande escala que predomina no Brasil. (...). Há, seguramente, inúmeras experiências históricas que substanciam esta afirmação, mas é importante frisar que este direcionamento tem sido implementado, mais recentemente, em diversas áreas da agricultura familiar e assentamentos rurais. (NORDER, 2009, P. 70).

A partir daí, compreende-se a importância das políticas públicas para o desenvolvimento das potencialidades existentes nestes grupos que, ao se organizarem, criam as condições necessárias de competir no mercado capitalista massivo, porém imbuídos das construções acerca da consciência de grupo e deste enquanto componente estrutural de toda uma rede autogestável e com condições de ampliar seus horizontes de produção, porém sempre de maneira orgânica e sustentável. Vemos, pois, que o que reflete através dos dados são grupos fortalecidos dada a assistência técnica desenvolvida em favor de suas capacitações e de estruturação dos EES.

A compreensão da agricultura familiar surge a partir de campo teórico amplo e diverso. A diversidade do termo está interligada com nova a configuração do meio rural com base de heterogeneidade, podem ter diversas denominações, sendo que as presenças das populações de comunidades tradicionais fazem parte da agricultura familiar: quilombolas, faxinalense, geraizeiros, lavradores, ribeirinhos, indígenas, pescadores artesanais etc. Estes grupos tradicionais contribuem para fomentação e articulação para construção diferenciado de desenvolvimento rural sustentável. (NIERDELE; FIALHO; CONTERATO, 2014, p. 05).

Figura 15: Cor e raça Predominante dos Sócios no Território do Recôncavo



Fonte: SIES (2013), Adaptação LUZ (2017)

Identificam-se percentuais de raça e cor, declarando-se como 45% pardo, 41%, branco 2%, indígena, 2%. A análise dos dados, constata-se que a maioria dos atores dos empreendimentos estão na categoria de negros que predomina margem 86%. Conforme isso, os EES do território do Recôncavo possuem presença marcante de origem de comunidades quilombolas, extrativista, pescadores, agricultores. Devido a identidade desses empreendimentos, mostra necessidade atuação continuada para os EES que estão localizado lugares mais isolados e com dificuldade de logística e de acesso oportunidades: formações, assessoria e assistência técnica continuada com apoio permanente do Estado.

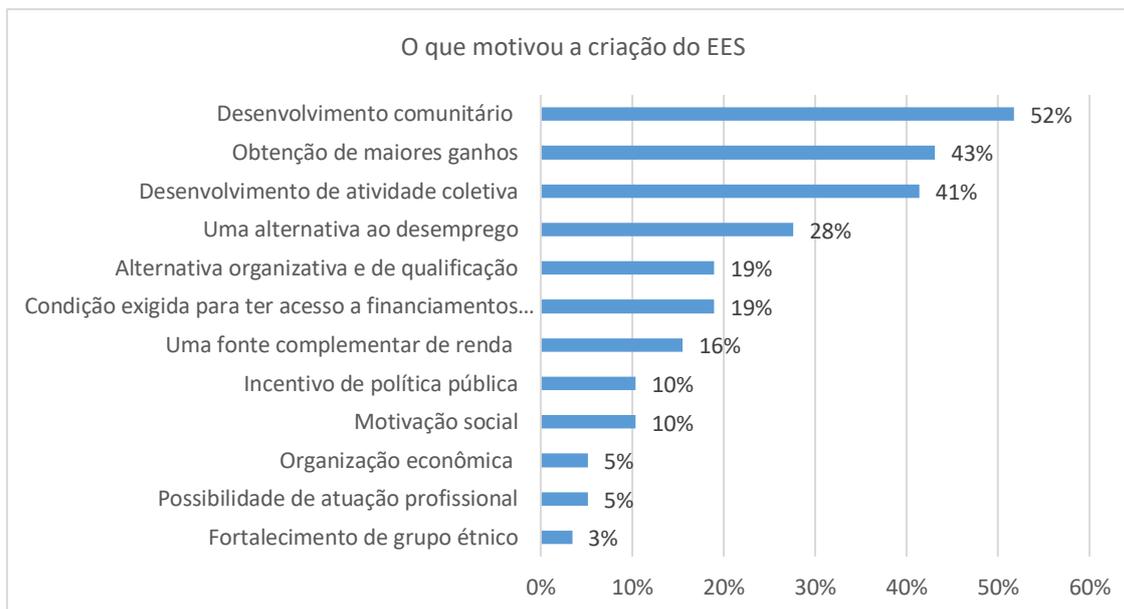
Os dados confirmam a configuração predominância da população negra do território Recôncavo marcado pelo processo formação econômica, histórica e cultural. A realidade dessa população, apresenta os piores índices, no acesso ao mercado de trabalho, igualdade salarial e a vulnerabilidade social. (IBGE, 2018).²³ Por isso, a presença de outra forma de atividade remunerada representa para os negros e pardos alternativa de sobrevivência através da economia solidária.

Neste contexto, a ação do CESOL Recôncavo focou em priorizar essa questão étnica/racial com o objetivo de estimular novas formas de trabalho coletivo no campo da economia solidária. Para isso, o Centro Público realizou uma Assistência Técnica com recorte que priorizou articulação e o estímulo da identidade e valorização da cultura negra no território do Recôncavo.

Conforme a Assistência Técnica e Assessoria proporcionou atendimentos aos empreendimentos econômicos solidário na busca de alternativas de captação de recurso partir da construção do plano de ação e oficinas de elaboração de projetos com recorte de valorização da identidade da cultura negra e do território. Sendo assim, identificou nos relatórios trimestrais, assessoria as entidades de matriz africana e tradicionais, o qual permitiu a submissão de 6 projetos, sendo 4 (quatro) propostas aprovadas. Este tipo de assessoria do CESOL Recôncavo proporcionar entidades perceberem que possuem condições de desenvolver suas ações com independência na busca de autogestão dos seus projetos, produção e comercialização.

²³ O IBGE mostra as cores da desigualdade, revela que Brasil está muito longe de chegar possível democracia racial, os brancos ainda continuam tendo melhores salários e oportunidades. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>>. Acesso no dia 05 de junho de 2018.

Figura 16: Motivação a criação do EES no Território do Recôncavo



Fonte: SIES (2013); adaptação LUZ (2017).

Conforme as opções, encontramos uma concentração no desenvolvimento comunitário com 52%, isso constata que os empreendimentos possuem nível de articulação, solidariedade e organização, o qual coloca prioridade no fortalecimento do bem-estar coletivo e comunitário. Seguindo com obtenção de maiores ganhos com 43%, desenvolvimento de atividade coletiva 41%, uma alternativa ao desemprego 28%. Diante disso, a construção dos EES veio com o objetivo de procurar alternativas de resolução dos principais desafios da comunidade vinculado ao trabalho, geração de renda e superação dos dilemas no acesso aos direitos sociais. Além de apresentar alternativa devido à crise do desemprego que não garante acesso ao emprego para todos. Essa alternativa de iniciativa associativa e solidária possibilita nova forma democrática e participativa de tomada decisões e compartilhar o resultado com base no rendimento das ações coletivas do empreendimento.

Diante dos dados, a opção de desenvolvimento comunitário, identifica, a partir de características de empreendimentos de origem da ruralidade, o qual busca não só uma questão econômica, mas de fortalecer a solidariedade no contexto do desenvolvimento sustentável da comunidade. Para isso, existe processo de organização e integração coletiva, com o objetivo de reivindicar a efetividade no acesso as Políticas Públicas por parte do Estado e a busca de alternativas coletivas através de rede e mutirões para resolver principais desafios da localidade.

Figura 17: A atividades econômicas realizadas pelo empreendimento no Território do Recôncavo



Fonte: SIES (2017), adaptação LUZ (2017).

A atuação dos EES mostra que as suas atividades são direcionadas para troca solidária de produtos ou serviços com 31%, sendo assim, apresenta um processo de solidariedade forte atuação de rede comunitária para resolução e superação dos desafios. A produção e comercialização com 24% surge grau de importância para desenvolvimento local daquela comunidade através do trabalho e geração de renda. O terceiro destaque representa, o consumo e o uso coletivo 22% que pode estar relacionado com a subsistência. Por outro lado, encontra-se uma dificuldade de melhorar a questão da comercialização e da organização dos EES, isso está direcionado com o pouco ou a falta de acesso de Assistência Técnica destinado para estes grupos.

Uns dos pilares do atendimento do CESOL Recôncavo surge na Assistência Técnica de comercialização para os empreendimentos associativos, cada trimestre tinha meta de atendimento e organização de ações de fomento, planejamento e organização de redes de Economia Solidária e de Comércio Justo e Solidário, com isso papel do Centro Público é de garantir a organização e parcerias na realização de eventos de comercialização com apoio de espaços físicos e virtual contribuindo com práticas formativas de comercialização.

Neste caminho, o Centro Público percebeu que a partir das ações que o território de identidade, apresenta um celeiro, de oportunidade de comercialização, sendo assim identificou se nos relatórios um envolvimento na parte de formação e capacitação no intuito de ajudar no fortalecimento de feiras, espaços e de encontros de integração no processo de redes e proporcionar a comercialização dos produtos dos empreendimentos econômicos solidários.

Além disso, a construção de comunicação entre empreendimentos possibilitou maior divulgação de suas ações na comunidade.

Diante análise dos relatórios trimestrais na atuação do CESOL de 2013 a 2017, percebeu-se avanço no processo de assessoria e fortalecimento na questão da comercialização contemplando uma dimensão de integração e de trabalho de rede entre os empreendimentos solidários.

Quadro 10. Participação coletiva dos Empreendimentos em espaços de comercialização e fortalecimento do trabalho Em Rede

AÇÕES DE COMERCIALIZAÇÃO E DE TRABALHO EM REDE
I Feira da Agricultura Familiar: Restaurando a História da Agricultura Familiar no Município de São Felipe;
Expoagrifam:
Exposição Estadual da Agricultura Familiar- Feira de Santana;
Feira do Empreendedor Comunitário;
6ª Edição da Festa da Ostra – Kaonge;
I Encontro de Empreendimentos Solidários de Saubara e Cabuçu;
II Feira Territorial de Economia Solidária e Agricultura Familiar do Recôncavo da Bahia,
I Feira do Cesol, Recôncavo,
II Feira Villa do Artesão/Associação Ilê Axé Yepandá Odé,
I Feira Feminista;
II Feira de Cultura e Produção Camponesa, na Universidade Federal de Feira de Santana – UEFS/BA;
FLICA – Festa Literária Internacional de Cachoeira;
Feira de Exposição do Porto em Cachoeira,
Feira de Exposição e Comercialização em Cabaceiras do Paraguaçu,
Feira de Exposição e Comercialização em Muritiba,
XXIII Feira Latino Americana de ECOSOL, em Santa Maria em Rio Grande do Sul,
Feira de Exposição e Comercialização em Santo Antônio de Jesus (periodicidade semanal), conhecida como “Quinta do Artesanato”
III Reunião Anual de Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura no Recôncavo da Bahia – RECONCITEC/UFRB;
Exposição de empreendimentos no VIII Fórum Pró-Igualdade Racial e Inclusão Social do Recôncavo
I Santo Antônio do Cesol

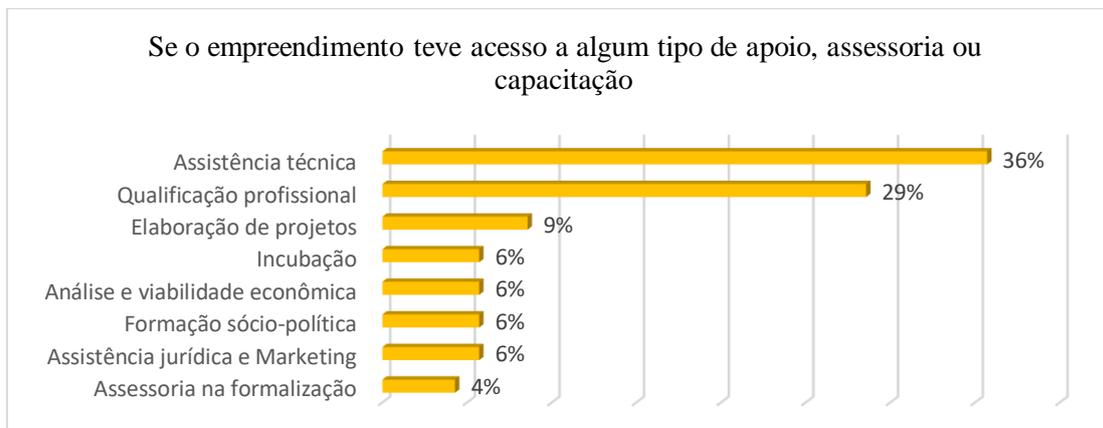
A etapa de comercialização acontece devido as capacitações e formações que estão interligadas com o Estudo de Viabilidade Econômica e do Plano de Ação, com isso houve um processo de formação no campo da comercialização através de oficinas técnicas de vendas, controle de estoque, Cirandas, área de design e qualificação de produtos, oficinas de gestão, técnicas de fotografia e composição cênica, formação de preço, registros administrativos e interação com MarKetUp - Sistema de Gestão completo e gratuito que auxilia os empreendedores no dia a dia de suas operações e lhes oferece possibilidades de ampliação de receita.

O estudo de viabilidade tem três objetivos básicos: identificar e fortalecer as condições necessárias para que o projeto tenha êxito; identificar e tentar neutralizar os fatores que podem dificultar o êxito do projeto; permitir que todos os participantes conheçam a fundo o projeto que estão por iniciar, comprometendo-se com suas exigências e implicações.

Portanto, o estudo de viabilidade indica as condições para que os objetivos que nos propomos alcançar dependam mais das nossas próprias ações do que da sorte. No caso das organizações populares, para que o projeto tenha sucesso, é essencial que o estudo de viabilidade seja feito com a participação consciente de todos os envolvidos. (KRAYCHETE, 2011).

Entretanto, as atividades de trabalho não se constituem apenas com o intuito de constituir renda, mas, sobretudo, para a inserção dos grupos e de suas produções no meio econômico e social de hoje. Neste sentido, amplia-se a quantidade de cooperativas e de associações existentes, que são formadas por sujeitos que buscam inserirem-se no mercado de trabalho, como uma saída para uma condição de escoamento da produção e, conseqüentemente, melhoria de vida. O modo de organização destas entidades denomina uma nova forma de produção, colheita e venda. (KRAYCHETE, 2006).

Figura 18: O empreendimento acesso a algum tipo de apoio, assessoria ou capacitação no Território do Recôncavo



Fonte: SIES (2013), adaptação LUZ (2017)

Como podemos notar através do gráfico que os empreendimentos tiveram acesso predominante dois pontos importante: Assistência técnica com 36%, qualificação profissional com 29%. Esses dois fatores confirma a necessidade de uma assistência técnica continuada e capacitação profissional para melhorar o processo de organização dos EES. Em contrapartida, a parte de elaboração de projetos 9%, incubação 6%, análise de viabilidade econômica 6%, formação sociopolítica 6%, assistência jurídica e marketing 6% e assessoria de formalização 4%, constata se pouco acesso a formação, capacitação e assessoria que possibilite uma maior organização na produção e comercialização desses grupos. A proposta de construção da atuação do Centro Público veio com o objetivo de atender essas necessidades dos EES, o conjunto de ações do Centro Público, o qual permite que os empreendimentos a superação desses desafios e construir uma proposta de fortalecimento e articulação no Território Recôncavo.

O diagnóstico desses empreendimentos revela necessidade de formação e capacitação em uma Assistência Técnica continuada que possibilite a criação de estratégia e o fortalecimento desses grupos na comercialização. Apesar disso, o trabalho inicial do Centro Público vai além de uma assistência pontual, tem papel de procurar e sensibilizar os empreendimentos para compor uma proposta que siga os princípios da economia solidária numa relação direta autogestão, a solidariedade e o trabalho de rede que vai de contraponto do modelo capitalista que preza a relação de patrão e emprego e objetiva a exploração do modo de produção.

No Quadro 11 apresentam-se as atividades realizadas com os EES na assessoria e assistência técnica pelo CESOL Recôncavo, conforme as metas previstas no contrato de gestão.

Quadro 11. Ações, atividades realizadas juntas aos EES

ASSESSORIA	ATIVIDADES
Assistência Técnica Gerencial	Visita de Técnicos especializados do CESOL Recôncavo a empreendimentos priorizados e não participantes do Seminário Municipal, para escuta e sensibilização (primeiro contato necessário confiança para a realização do DOP Diagnóstico Operacional Participativo e EVE Estudo de Viabilidade Econômica; Atendimento gerencial jurídico sensibilização de grupo e apresentação do CESOL, Assembleia Extraordinária de reestruturação do Estatuto; Oficina de Gestão Associativa; Oficina de Gestão Financeira; Oficina Planejamento Estratégico; Elaboração de Regimento Interno.
Promover acesso a ativos produtivos	Visita para orientação do Edital Mais Gestão; Oficina de elaboração de Projetos para Editais da CAR; Oficina elaboração e planejamento de Projetos diversos; Visita Técnica para Implantação de ações de Projeto contemplado; Visita para monitoramento do Plano de Ação; Roda de conversa: As Mulheres e a Economia Solidária.
Assistência Técnica Socioprodutiva	Visita de Agentes socioprodutivos aos empreendimentos para agendar assessoria de técnicos especializados CESOL Recôncavo; Assessoria Ciências Agrárias; Oficina Agroecologia; Oficina compostagem; Cursos sobre Agricultura orgânica; Curso Processamento de Doce e compotas; Curso Processamento derivados da mandioca.
Assistência Técnica Específica	Oficina de Design para produção de marcas e outros.
Orientação de Acesso ao Crédito	Oficina de orientação para acesso a créditos – CESOL; Oficina Fundo Rotativo.
Assistência Técnica em Comercialização	Oficina: sobre políticas públicas, comercialização de produtos e acesso ao mercado e Segurança Alimentar (PAA e PNAE); Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar em Santo Antonio de Jesus, Saubara e Cabaceiras do Paraguaçu.
Monitoramento da Assistência Socioprodutiva	Realização de Seminários Municipais para sensibilização e cadastramento de empreendimentos econômicos populares e solidários; Interno; Oficina Mobilizações; Aplicação do Questionário CAD a empreendimentos priorizados; Visita da SETRE a empreendimentos priorizados para avaliação e prestação de contas.

Nessa etapa, Organização Social gestora do CESOL possui meta de atender 18 EES por cada semestre que pode acumular até 114 empreendimentos deles ao termo final do contrato. Sendo assim deve fornecer o serviço de assessoria e de assistência técnica constituído por três ferramentas essenciais que são aplicadas durante ação: Estudo de Viabilidade, Plano de Ação e Atendimento composto pela etapa de fortalecimento da produção e comercialização.

O estudo de viabilidade econômica surge como processo importante para consolidação e estruturação do grupo, por isso o papel do estudo identificar e fortalecer para projeto tenha resultado, tentar identificar os fatores dos principais desafios e integrar e envolver os participantes de todo processo seja administrativo, de gestão, produção e de comercialização para compreender viabilidade do projeto do empreendimento. (CAPINA, p. 07, 1998).

Uns dos pilares do Centro Público do Recôncavo surge na garantia de fomentar o Estudo de Viabilidade Econômica, este processo possibilita uma maior capacitação e assistência técnica para os empreendimentos que não possuem informação sobre as etapas de gestão, planejamento da sua produção e comercialização. Além disso, possibilita formação de integração e continuidade das ações porque todas estão em envolvidas na participação e construção dos compromissos e metas.

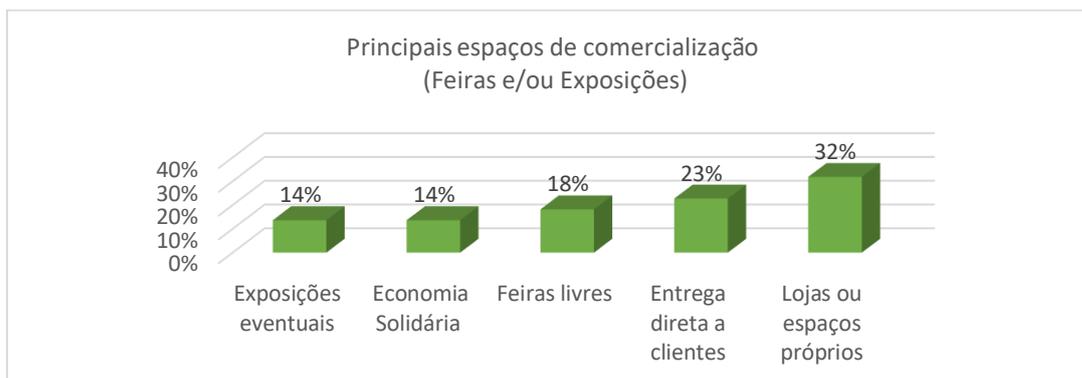
Por outro lado, a sistematização dos relatórios trimestrais, não encontrei nenhuma informação sobre análise dos estudos de viabilidade e do plano de ação para identificar os desafios desses empreendimentos no processo de gestão, produção e comercialização. Isso revela abertura para investigação posterior sobre formas de construção desses estudos e o processo de efetividade nas ações dos empreendimentos.

No final do ano de 2014 Cesol Recôncavo apresentou as principais cadeias produtivas predominantes dos empreendimentos atendidos: artesanato, alimentos, vestuários, agricultura familiar, coleta seletiva de resíduos sólidos. A possibilidade de mapear este tipo de cadeia produtiva, coloca o Cesol na responsabilidade construir estratégia de comercialização para cada setor no contexto de trabalho de rede e integração ao desenvolvimento do território.

A construção de uma Assistência Técnica diferencial possibilita perceber a potencialidade de compreender as relações com Empreendimentos Econômicos Solidários no contexto da construção da sua identidade e pertencimento dentro do seu grupo e comunidade. Então, cada etapa de formação e capacitação não pode ser deixado de lado a questão da valorização da identidade cultural da comunidade e de forma de criar estratégia de mostrar a potencialidade de cada lugar. Isso o Cesol conseguiu fortalecer, apoiar e assessorar a

organização de eventos que colocou em visibilidade as ações dos empreendimentos que muitas vezes estava sem visibilidade por falta de divulgação e integração com o poder público municipal e estadual.

Figura 19: Principais Espaços de Comercialização no Território do Recôncavo



Fonte: SIES (2013), adaptação LUZ (2017).

O Espaço de comercialização representa uma ação estratégica dos empreendimentos solidários, entretanto, a partir da apresentação das informações, comprova que este processo ainda está fraco devido pouca articulação de organização de espaços estratégico para divulgar e comercializar. Os dados revelam que os EES usam espaços próprios para comercializar representado por 32% e seguido com a entrega direta para os clientes 23%, estes espaços estão dentro da própria comunidade, sendo assim, apresenta uma fragilidade devido à pouca divulgação para outras comunidades e municípios. A feiras livres 18%, exposição eventuais 14% economia solidária 14%, podem ser potencializadas para melhorar a comercialização.

Neste contexto, o Centro Público articulou a construção de espaços solidários, feira e exposições de comercialização, se torna uma ação de unificação de forças de Rede dos Empreendimentos dentro do território de identidade do Recôncavo. Diante a realidade no trabalho e atuação nas cadeias produtivas de artesanato e alimentos, proporcionou a construção de uma proposta que possibilita estratégia de apoio na criação de espaços de formação e comercialização. Sendo espaços solidários e de formação em comercialização e vitrine de exposição dos produtos. A partir disso foi construído a estratégia de articular e organizar com parcerias locais com poder público municipal a criação de espaços para estes empreendimentos econômicos solidários. A primeira cidade estratégica que teve início essa etapa foi a cidade de

Cachoeira, um município que possui diversas ações e eventos culturais considerada como Patrimônio Histórico e Cultural.

Quadro 12. Ações para Efetivação do Espaço Solidário

AÇÕES PARA EFETIVAÇÃO DO ESPAÇO SOLIDÁRIO
Constituição de equipe para a implantação do Espaço Solidário;
Capacitação da Equipe do Centro Público para gestão do Espaço Solidário;
Capacitação dos Empreendimentos Econômicos e Solidários selecionados para Integrar o Espaço Solidário, através de duas capacitações denominadas: Apresentação do Espaço Solidário e Construção do Regimento Interno
Articulação com o IPHAN para adequação e conformação do espaço no sentido de preservação e difusão do patrimônio histórico e cultural de Cachoeira e do recôncavo da Bahia. Para tanto foram realizados diversos encontros e reuniões
Articulação com a Prefeitura Municipal de Cachoeira, no sentido de disponibilizar os serviços de segurança e realizar atividades conjuntas com a Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer do Município, construindo um calendário de eventos para o ano.
Inauguração do Espaço Solidário, em 30.04.2015.

Fonte: SETRE, Elaboração LUZ (2018)

Segundo Silva (2017), articulação de um espaço solidário proporciona fomenta o desenvolvimento, o qual contribuiu no fortalecimento dos laços entre os empreendimentos de municípios de territórios de identidade do Recôncavo da Bahia acompanhados pelo CESOL. Este espaço representa a possibilidade de organizar as capacitações, formações e a exposição das ações dos produtos construídos pelos Empreendimentos Econômicos Solidários.

O Espaço Solidário ajudou na integração entre os empreendimentos de construir estratégias coletivas de fortalecimento de suas ações de produção e comercialização, diante disso, identificou se que foi constituído uma comissão para gestão do espaço, além disso, o coletivo constituiu um Fundo Rotativo Solidário com objetivo de fortalecer e garantir recurso para o processo de produção e fortalecimento da comercialização.

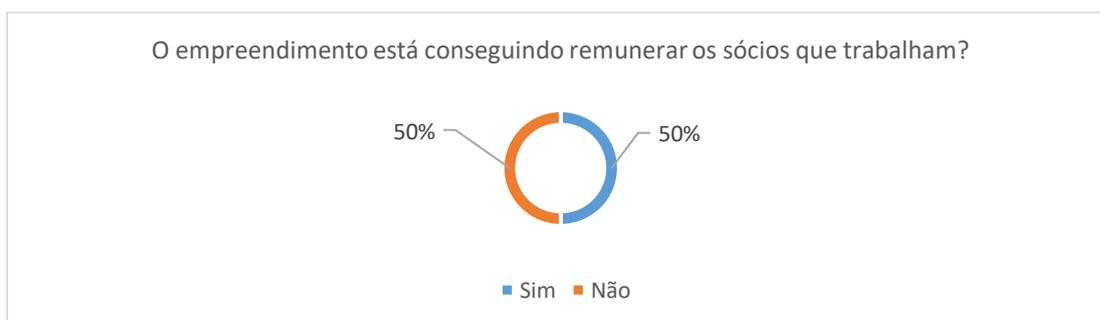
Diante resultado satisfatório do Espaço Solidário, o CESOL Recôncavo construiu uma proposta para ampliação de espaço solidários para outras cidades do território, com isso foi fortalecida a criação de um espaço de comercialização na sede Município de Sapeaçu,

constituído a partir de uma parceria entre COOPERMAFES e a Secretaria de Agricultura do Município, sendo que objetivo deste espaço possibilitar a exposição da produção dos alimentos dos grupos da cooperativa e produtos artesanais.

Outra cidade estratégica que conseguiu inaugurar o Espaço Solidário foi na cidade de Cruz das Almas, isso foi possível devido adesão do apoio da Prefeitura, o qual disponibilizou um espaço para realização das ações desenvolvidas pelos Empreendimentos Econômicos Solidários. O CESOL construiu um processo de fortalecimento de Rede, com o objetivo de garantir integração entre empreendimentos solidários e poder local, com isso melhorou e fortaleceu a corrente de grupos da Economia Solidária com relações mais justas e igualitárias.

Diante disso, O CESOL Recôncavo fortaleceu a criação de quatro pontos fixos de espaço de formação e comercialização nos municípios de Cachoeira, Cruz das Almas, Nazaré e Santo Amaro da Purificação. Isso mostra o resultado da ação que começou em Cachoeira fortaleceu para construção do diálogo e multiplicar a experiências para os outros municípios do território para consolidação da proposta partir da iniciativa dos empreendimentos solidários e apoio do CESOL Recôncavo.

Figura 20: O empreendimento e a remuneração dos sócios no Território do Recôncavo

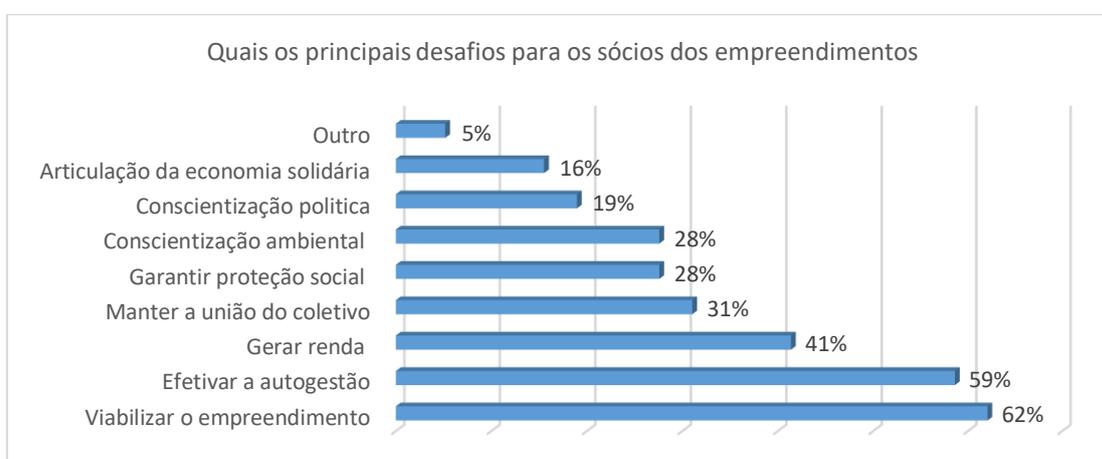


Fonte: SIES (2013), adaptação LUZ (2017).

A partir da análise das informações, apresenta um desequilíbrio no resultado do rendimento do grupo, apresenta que só 50% dos sócios dos empreendimentos conseguem remuneração do seu trabalho na produção e comercialização. A maioria desses empreendimentos nunca tiveram assessoria de Assistência técnica, gestão, estudo de viabilidade econômica, formações sobre produtos, marketing, assessoria jurídica e a construção

de parcerias, esses fatores influenciam a falta de resultados satisfatórios para o empreendimento. Por isso, a importância de assessoria e capacitação para o diagnóstico dos principais desafios e criar estratégia para melhorar o rendimento dos EES. O resultado desses dados, revela que estes empreendimentos em sua maioria de origem de zona rural e possuem uma forte atuação coletiva que busca priorizar a questão da solidariedade, sendo assim são direcionados para questões do consumo, infraestrutura coletiva e produção coletiva.

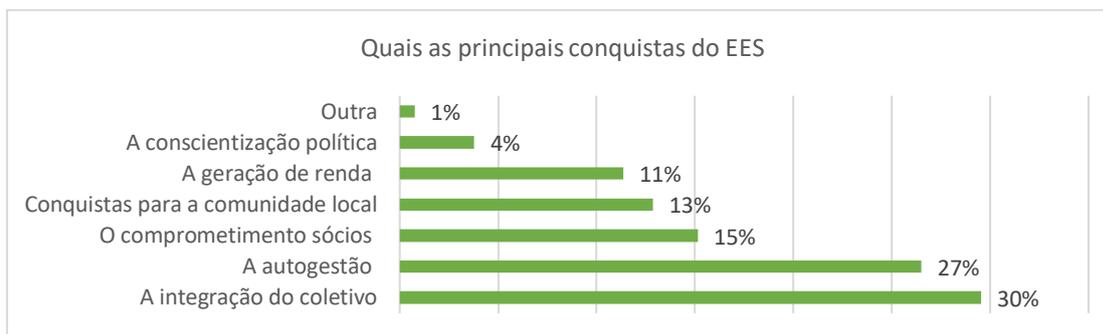
Figura 21: Os principais desafios para os empreendimentos no Território do Recôncavo



Fonte: SIES (2013), adaptação LUZ (2017).

A identificação dos principais desafios dos empreendimentos, revela a possibilidade de construção de estratégia para superação das dificuldades, sendo assim, existe preocupação dos empreendimentos de viabilizar o empreendimento com 62%, efetivar autogestão 59% e gerar renda 41%. Apesar dessa questão de organização da produção e comercialização. Os dados apresentam que estes empreendimentos possuem uma preocupação que vai além da questão do trabalho, por isso a necessidade de fortalecer questões de organização coletiva: manter a união do coletivo 31%, garantir proteção social 28%, conscientização ambiental 28%, conscientização política 19% e por fim articulação da economia solidária 16%.

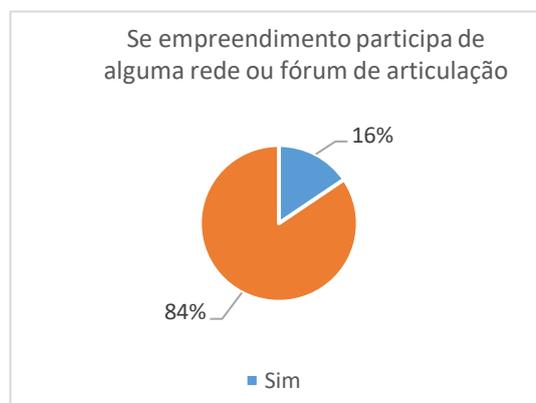
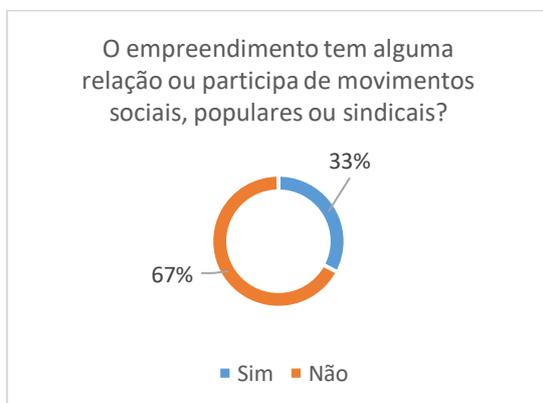
Figura 22: As principais conquistas do EES no Território do Recôncavo



Fonte: SIES (2013), adaptação LUZ (2017).

Conforme as informações do SIES (2017), apresenta que os empreendimentos não priorizar só a questão do trabalho e a geração de renda, existe um processo de fortalecimentos das relações sociais e do coletivo: integração do coletivo 30%, autogestão 27%, o comprometimento dos sócios 15%, conquista para comunidade local 13%, a geração de renda 11%, conscientização política 4%. Sendo assim, os empreendimentos solidários estão conseguindo conquistar seus objetivos aos poucos numa perspectiva de desenvolvimento sustentável e solidário.

Figuras 23 e 24: Participação em Movimentos sociais e articulação em Rede no Território do Recôncavo.



Fonte: SIES (2013), adaptação LUZ (2017).

Analisando os gráficos mostra que existe nível de pouca participação dos atores dos EES no envolvimento na participação de movimentos sociais, populares sindicais, apresentou que não participa com 67% contra 33% que participa. Já outro gráfico mostra se empreendimento participa de alguma rede ou fórum, que não participa com 84% contra 16% que participa. Isso revela que existe naquele período de 2013 pouca participação e envolvimento dos empreendimentos com movimentos e articulação em rede. Apesar que maioria dos EES possui vínculo comunitário e apresenta diversas bandeiras de lutas sociais. Neste contexto, estes espaços além de estimular o fortalecimento do capital social, resulta na garantia de direitos e articulação do trabalho em rede, fundamental para consolidação de suas ações de economia solidária. Pode fazer relação com a organização e construção de parcerias de rede fundamental para o fortalecimento, integração e consolidação das ações dos EES.

Neste contexto, deve ser apresentada algumas ponderações sobre atuação do CESOL Recôncavo, o contrato de gestão coloca o governo financiador das ações em situação confortável de atender as metas e indicadores, até que ponto a realidade pode ser atendida com base nas metas estabelecidas pelo governo. Diante análise dos relatórios técnicos do CESOL Recôncavo, identifica-se processo de atraso de repasse de recurso que prejudicou a continuidade e execução e gestão do Centro Público.

Segundo Silva (2017, p. 16), afirma que este processo inicial houve uma seleção da equipe com objetivo posterior de capacitar corpo técnico continuamente durante execução do projeto, com o objetivo de atender e assessorar os empreendimentos econômicos solidários e aperfeiçoar o conhecimento sobre Economia Solidária. Segundo autora supracitada, foi feito capacitação e formação temas que abordavam: Estudo de Viabilidade Econômica de Empreendimentos, Diagnóstico Operacional Participativo, Cidadão, registro e relatório, o acesso a informática na comercialização virtual, estratégias no uso de aplicativos no processo de inovação, educação popular, marco regulatório, elaboração de projetos e orientações e recepção nas atividades realizadas por estagiários estudantes dos Cursos Ciências Sociais, Serviço Social e Tecnologia em Gestão Pública e de Tecnologia em Gestão de Cooperativas pelo Convênio de Estágio firmado com a UFRB, realizadas por Supervisores CESOL.

O contrato de gestão do projeto mostra que existe metas e indicadores relacionado também com capacitação e formação da equipe, a análise possibilitou compreender que o CESOL Recôncavo conseguiu alinhar as metas com necessidades locais, adequando para demandas que muitas vezes não estar direcionada a meta para ser cumprida no contrato. Este papel diferencial na execução de programa por uma Organização Social, além de atender os

interesses do Estado, consegue compartilhar e mediar para atender as necessidades dos empreendimentos econômicos solidários.

O CESOL Recôncavo nessa etapa de sensibilização apresentou uma metodologia que colocasse os atores dos empreendimentos envolvidos no processo de construção e diagnóstico do território, com isso foi executada seminários na construção os diagnósticos organizacionais participativos DOP com forma de construir uma Assistência Técnica com base que atendesse mais de perto a necessidade dos empreendimentos. Diante disso, foram realizados 10 seminários municipais para construção do DOP: Sapeaçu, Cabaceira do Paraguaçu, Cruz das Almas, Governador Mangabeira, São Felipe, São Félix, Saubara, Santo Amaro e Muritiba.

A cada trimestre o CESOL Recôncavo segue na continuidade no processo de acompanhamento e sensibilização na execução dos Seminários Municipais contemplando o debate sobre Economia Solidária e estratégia para superação dos desafios. Conforme isso, do ano de 2013 a 2014, o Centro Público realizou 25 oficinas de Sensibilização no Território através da realização dos Seminários Municipais de Economia Solidária com objetivo de discutir a realidade da Economia Solidária, a fragilidade de gestão dos grupos, dificuldade da comercialização, a falta de assistência técnica continuada, implantação do Centro Público e integração entre os empreendimentos das ações desenvolvidas no território. A realização desses encontros de sensibilização envolveu a participação de 415 representantes do poder público e de empreendimentos de economia solidária e demais setores da sociedade civil.

Silva (2017, p. 30), afirma que existe uma dificuldade de gerenciamento na construção de compatibilidade na elaboração da sistematização das informações e do trabalho de campo nos atendimentos aos empreendimentos econômicos solidários. Neste contexto, pode ser avaliado se quantidade de técnicos consegue atender volume de demanda dos empreendimentos econômicos solidários, com isso apresentar a necessidade de contratação de mais técnicos para compor equipe de trabalho de campo. Isso também pode estar relacionado a falta de regularidade de repasse de recurso pelo Governo do Estado que coloca em situação de fragilidade atuação do corpo técnico do Centro Público.

Por isso, uns dos principais entraves das Organizações Sociais (OS) surge na questão dos atrasos no repasse de recursos dificultando continuidade das ações, pouco recurso para atender as metas, indicadores e a surgimento de demandas que as vezes não estão inseridos no contrato, além disso, parte do recurso é comprometida na contratação da equipe técnica necessária para execução das ações do projeto. Esses fatores podem estar relacionados com

dificuldades apresentadas acima. Desses 173 EES houve presença significativa do papel das mulheres na atuação e gestão dos empreendimentos, a partir da composição por gênero:

Quadro 13- Faixa etária dos representantes do EES

FAIXA ETÁRIA		SEXO DOS EMPREENDEDORES		Total
		MASCULINO	FEMININO	
CLASSES DE IDADES	Entre 18 e 29 anos	23	101	124
	Entre 30 e 45 anos	95	325	420
	Entre 46 e 54 anos	64	210	274
	Acima de 55 anos	95	307	402
Total		277	943	1220

Fonte: CEDITER 2018, elaboração LUZ (2018).

Na história do trabalho, o homem representou a figura de destaque simbólico na sociedade para o sustento e provedor do lar, isso estar relacionado a cultura machista, o qual coloca homem no centro da sociedade na prioridade no acesso as oportunidades. A partir dos dados, identificou predominância da participação sexo feminino na atuação dos empreendimentos solidário. Além de ter acesso oportunidade de geração de trabalho e esses espaços também funciona como processo organizativo de debate as principais angustias que ultrapassa a questão financeira e material.

Considera também que estes grupos organizativos apresentam como uma oportunidade de acesso e de compartilhar as informações, no incentivo de combate à violência contra mulher e valorização da identidade cultural a partir do legado das raízes históricas do Recôncavo que possui uma presença de comunidades tradicionais, assentamento e comunidades quilombolas.

Quadro 14 - Sexo dos EES a partir dos Municípios do território do Recôncavo

Municípios da Bahia com Implementação do EES	Sexo dos Empreendedores		Total
	Masculino	Feminino	
Cabaceira do Paraguassu	4	30	34
Cachoeira	39	58	97
Castro Alves	11	28	39
Conceição do Almeida	2	10	12
Cruz das Almas	48	147	195
Dom Macedo Costa	1	5	6
Governador Mangabeira	8	50	58
Maragogipe	2	13	15
Muniz Ferreira	0	6	6
Muritiba	11	69	80
Nazaré	12	16	28
Santo Amaro	23	54	77
SAJ	17	54	71
São Felipe	25	117	142
São Félix	8	51	59
São Francisco do Conde	0	8	8
São Sebastião do Passe	42	109	151
Sapeaçu	5	31	36
Saubara	4	54	58
Varzedo	15	35	50
Total	277	945	1222

Fonte: CEDITER 2018, elaboração LUZ (2018).

O processo de organização do trabalho a partir das iniciativas populares do Recôncavo possibilitou identificar a presença significativa do setor da juventude representando 10,1% de envolvimento nos EES, além disso faixa etária de etapa adulta representa público que domina 56,8%, e o público com a idade mais avançada acima de 55 anos idade possui presença significativa com 32,9 %. Sendo predominado com participação e envolvimento do sexo feminino representando uma identidade na formação desses grupos.

A partir da compreensão dos sexos, percebe se que os municípios possuem melhor participação significativa do sexo masculino que se a aproxima de 30% a 40% estar localizado nos Municípios de Cachoeira, Castro Alves, Nazaré, Sebastião, Santa Amaro e Varzedo. Além disso, os dados não mostram a relação de poder dentro dos EES em relação papel do homem e mulher, surge como oportunidade de continuidade investigação futura.

O Centro Público de Economia Solidária do Recôncavo possui controle de monitoramento e avaliação de suas ações a partir de pesquisa de satisfação, na análise dos dados

de 2013 até 2017 percebeu um resultado positivo de mais de 80% aprovação nas ações de prestação da assessoria técnica do CESOL Recôncavo sendo avaliados por parte dos empreendimentos as questões: equipe técnica, assessoria do Espaço Solidário, qualidade da assessoria, oficinas, materiais utilizados nas oficinas, programa de estágio e planejamento das atividades. Segundo a coordenação do CESOL Recôncavo a metodologia de satisfação foi baseada na sistematização de dados coletados através de questionários estruturado e semiestruturado, com relatos e depoimentos dos atores dos EES.

Quadro 15 - De Pesquisa de Satisfação

PESQUISA DE SATISFAÇÃO	
Avanços na assessoria nos EES	<p>Satisfação da maioria nos serviços</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crescimento pessoal e profissional da equipe Cesol e dos membros dos EES; • Novos conhecimentos, experiências e troca de saberes; • Conhecimento e reconhecimento da economia solidária; • Fortalecimento da identidade regional; • Empoderamento e autonomia; • Reconhecimento da importância do Fundo Rotativo Solidário e do acesso a crédito.
Desafios enfrentados nos EES	<p>Processo de construção coletiva para organização das oficinas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reagendar ou desmarcar as atividades de Campo; • Maior frequência da assessoria aos EES; • Adequação da metodologia do EVE a diversas realidades • Centralização de informações pelos presidentes dos EES • Discutir sustentabilidade, meio ambiente e gênero; • Desenvolver atividades com equipe mínima e corte de recursos

Fonte: CESOL Recôncavo, elaboração Luz (2018)

Diante disso, identifica-se que o Centro Público conseguiu atingir diversas ações de conquista e fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários. Entretanto, perceptivo a dificuldade de atuação do Centro público numa relação direta do trabalho de campo que necessita de atuação continuada no atendimento aos EES, isso também está relacionado com a quantidade de demandas de grupos e a distância dos municípios. A questão do pouco e falta de regularidade de repasse de recurso é um indicador de fragilidade nas ações do CESOL Recôncavo.

Com base nas informações apresentadas que faz um recorte nos EES do Território de identidade do Recôncavo da Bahia, identifica a necessidade do Centro Público de Economia Solidária no apoio assessoria e a assistência técnica continuada aos empreendimentos solidários. Neste contexto, deve-se fortalecer o trabalho e geração de renda no contexto de apoio às iniciativas coletivas de empreendimentos solidários. O resultado do SIES possibilitou a construção de uma política diferenciada de atendimento para os empreendimentos associativos solidários. Para isso, a permanência e consolidação da atuação do Centro Público se tornou possível como forma de superação desses desafios e possibilidade dos empreendimentos na articulação na luta por seus direitos no intuito de garantir melhores condições de vida.

Neste contexto, este trabalho revelou que a política dos Centros Públicos de Economia Solidária proporciona um avanço na política de desenvolvimento territorial, além disso possibilita o apoio para os empreendimentos econômicos solidários que necessita de assistência técnica continuada no processo de organização, articulação, de trabalho em rede e fortalecimento na questão de produção e comercialização. As conquistas identificadas foram devidas as ações de articulação do CESOL, o qual confirma a importância de continuidade deste programa e a possibilidade de transforma numa Política Pública de Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta entrelaçada neste trabalho é de uma pesquisa teórica e de análise documental, tendo como vista uma contribuição dessas duas ferramentas importantes no processo de investigação. Encontramos desafios e dificuldades para atingir os objetivos, devido ao pouco tempo para analisar a complexidade que ultrapassa os limites dos dados, seja na revisão bibliográfica realizada, seja na coleta e análise dos dados secundários. Isso proporcionou um cuidado para a construção de conexões nas duas formas de construção do estudo. A elaboração da dissertação possibilitou ao longo do trabalho de investigação compreender uma grande quantidade lacunas que pode ser integrada outras etapas de investigação futura.

O presente trabalho proporciona resgatar algumas questões importantes no caminho de descoberta da Economia Solidária. Para isso resgatou os principais teóricos que seguem a partir de diferentes concepções da categoria sobre a Economia Solidária, sendo que não existe conceito fechado ou isolado. A economia solidária identifica-se como um processo contínuo de mudança a partir de contexto e base histórica, social, política e cultural. Diante disso, encontramos em alguns momentos aproximação quando abordamos a questão da coletividade, da solidariedade e da construção de iniciativas que estimulem o fortalecimento da inclusão e do igualitário de contraponto à realidade de exploração do modo de produção, do desemprego e da exclusão social

Segundo Filho (2012, p. 127), este afirma que, apesar das diferenças da maioria dos autores, existe em comum que a economia solidária insere um componente político nas relações de trabalho, de forma que pode ser gradual ou imediata. Pode ser compreendida a partir do caráter político que se diferencia, na luta contra exclusão social e da pobreza se distanciando da economia popular, economia informal ou da economia tradicional capitalista. Neste contexto, a economia solidária entra como ponto principal de estratégia de desenvolvimento mais solidário, igualitário e justo comparado, apresenta como forma de alternativa de produção fortalecendo relações solidárias de cooperação, de trabalho de rede, de integração coletiva e da comunidade como processo de fundamental de autogestão, de pertencimento e de organização coletiva.

A integração de parceria entre poder público, entidade de apoio e fomento a empreendimentos econômicos solidários proporcionou uma contribuição importante na construção da Política de Economia Solidária. Estes três setores surgem como uma importante

consolidação do trabalho de rede e, com isso, constrói um processo de gestão, elaboração e construção de programas sociais no campo da Economia Solidária. Neste sentido, uma vez desenhadas e direcionadas as diretrizes de condução dos projetos econômicos solidários e as composições das redes, parcerias como as realizadas com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB poderiam ser mais utilizadas, de modo a haver uma continuidade do assessoramento de grupos, através do apoio técnico e especializado dos empreendimentos solidários com os cursos de nível superior oferecidos pela instituição.

Apresenta-se uma diversidade de abertura no debate sobre os programas de economia solidária coloca uma confusão entre o que é um programa social e o que é uma Política Pública, sendo assim, percebe-se que a política de economia solidária se tornou possível a partir de programas sociais, entretanto ainda não foi constituída como Política Pública, isso coloca uma ameaça, sem visibilidade futura na continuidade dos programas de economia solidária devido a dependência do poder de governo no direcionamento e futuro da Política de Economia Solidária.

Neste contexto, existe uma defesa de dissociação da construção da Política de Economia Solidária com os Movimentos Sociais, isso mostra posição equivocada, a partir da análise sobre o conceito sobre os movimentos sociais, identifica-se que a construção dessa política social aconteceu devido organização e articulação dos Movimentos Sociais de Economia Solidária. Uma particularidade que estes movimentos sociais possuem a defesa da Economia Solidária de diversas bandeiras sociais que são interligadas ao campo da economia solidária: de mulheres, território, agricultores familiares, comunidades tradicionais, raça, etnia, justiça social, cultura, de moradia, educação, juventude, meio ambiente entre outros.

Isso mostra que lutar pela política de economia solidária não está relacionado a questão material, mas da possibilidade de lutar por direitos sociais a partir de novas demandas. Diante da abertura de definir o que é movimento social, percebe-se que para ser conceituado no contexto amplo de características dependendo da linha ideológica pode estar inserido a partir do processo de identidade, reivindicação, solidariedade e organização de determinado grupo social. Nesta etapa, a questão da participação política surge processo emancipador de luta por direitos através da organização de grupos, coletivos, associações na reivindicação de Políticas Públicas.

O envolvimento da participação política dos movimentos de economia solidária garantiu a construção de espaços decisórios e da criação do SENAES, o qual possibilitou a construção e implantação de programas de economia solidária intensificando o desenvolvimento

sustentável e solidário. Completa se 13 anos de existência a criação do SENAES, isso possibilita uma reflexão crítica que a partir de 2016 começou um processo de corte de recurso e de enfraquecimento dessa política por causa de novo direcionamento político de governo.

Neste contexto, a possibilidade de compreender a fragilidade dos empreendimentos solidários devido à falta de acesso uma Assistência Técnica surgir a partir do acesso do Sistema de Informação de Economia Solidária que mostra a necessidade de acesso assessoria continuada nas áreas de comercialização, logística, marketing, produção, contábil, autogestão, rede, etc. Sendo que com Assistência Técnica proporcionaria a continuidade na consolidação do trabalho e de geração de renda numa concepção coletiva e solidária de comércio justo.

Silva (2010, p.191) afirma que o capitalismo marcado por contradições por produzir riqueza e gerar miséria, com o sistema capital que propaga a desigualdade social a partir de concepção global e de desemprego estrutural, com isso a economia solidária surge na medida de que esses trabalhadores são excluídos do mercado de trabalho. As minorias são mais atingidas representados por negros, idosos, mulheres e indígenas. Sendo assim, a economia solidária surge como alternativa e de resgate do exercício da cidadania. Essa análise desse autor, proporciona fazer relação com perfil dos atores do EES atendidos pelo Centro Público do Recôncavo que são maioria mulheres, de idade adulta, com a representatividade significativa de faixa etária de terceira idade e de maioria negros.

O Centro Público de Economia Solidária do Recôncavo surge como ponto principal de compreender a contribuição na disponibilidade de assessoria e assistência técnica para estes empreendimentos solidários numa concepção desenvolvimento territorial. Nesta perspectiva atuação do CESOL Recôncavo possibilitou não só atendimento programático para empreendimentos solidários, é sim a construção do fortalecimento das organizações sociais do território de identidade do Recôncavo. Apesar de ser direcionado a cumprir metas e indicadores, a gestão do CEDITER possibilitou ampliar o sentido de atuação do centro público proporcionando integração em rede das organizações para fortalecimento de uma política desenvolvimento sustentável e solidário.

Diante os desafios, o processo de execução do programa CESOL Recôncavo apresentou dificuldades no processo de gestão e realização continuidade das atividades, relacionado irregularidade de repasse do recurso, isso provocou uma desorganização na execução e cumprimentos das metas e indicadores do contrato de gestão por parte da gestora responsável

a CEDITER, apesar que a construção das parcerias institucionais INCUBA/UFRB fortaleceu para enfretamento dos desafios e continuidade das ações no território.

Conforme o resultado da dissertação, identificou-se um desafio no acesso às informações dos dados sobre a atuação do Cesol Recôncavo, isso está relacionado a ausência de um instrumento de banco de dados e uma sistematização, com uma metodologia definida e centralizada baseado no trabalho realizado em nível territorial, municipal e estadual. A possibilidade de construção de uma parceria institucional com a universidade pública, pode ser uma alternativa para manter esse banco de dados com a disponibilidade de acesso público e para o fortalecimento da divulgação dos impactos das ações dos Centros Públicos.

O recurso é uns dos pilares dos desafios para o Cesol devido aos atrasos de repasse do governo do Estado para o Centro Público, provocando a diminuição na atuação das metas e dos compromissos firmados com os parceiros e beneficiários do Projeto. Nessa perspectiva, a rotatividade de mudança no quadro da equipe do Cesol Recôncavo, devido ao atraso do repasse de recurso, coloca a instituição no desafio de construir estratégias de retomada de uma nova formação, a construção de pertencimento e integração da equipe com grupos e associações atendidas.

Apesar de o Cesol apresentar um conjunto de ações dentro do campo da Economia Solidária no Território do Recôncavo, percebe-se a ausência de um calendário unificado anual com as principais ações do território em conjunto com as organizações envolvidas e integradas de forma de Rede em parceria permanente com o Poder Público Local. Por isso, é preciso fortalecer a integração da Rede dessas organizações com princípio do desenvolvimento territorial e defesa da economia solidária

No contexto de compreender Assistência Técnica do Centro Público de Economia Solidária, revela-se que possui destaque o setor da comercialização que surge como resultado do processo de articulação construída pelos grupos e associações. A comercialização pode ser mecanismo de analisar os resultados no processo de geração de renda, produção e organização. Para isso, é preciso um acompanhamento sistemático em nível de realidade de cada organização para compreender os avanços e desafios da comercialização.

A dimensão territorial, econômica e cultural do Território de Identidade do Recôncavo coloca o desafio de integrar de formar de rede os empreendimentos econômicos solidários. A partir dos relatórios técnicos foram identificados forte integração de atividades e ações por parte dos empreendimentos, organizados em forma de rede, isso mostra o papel do Centro público de

não tutelar os grupos, e sim de proporcionar uma construção coletiva de força tarefa na defesa da política de economia solidária a partir da organização de formação, capacitação, participação democrática, assessoria, organização de encontros e feiras solidárias com intuito de possibilita superação das principais necessidades destes empreendimento.

Por isso, seguindo pensamento de Silva (2017), percebe se que a política de CESOL pode ser encarada como estratégia de superação e enfrentamento dos desafios dos EES relacionado com assessoria e assistência técnica. A política de CESOL não veio para resolver os problemas que os EES possuem nas suas ações, mas de ser processo de mediação de conflitos e de articular e integrar esses empreendimentos na percepção da luta coletiva para enfrentamento e a busca de tipo de desenvolvimento que seja mais justo solidário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AVELAR, Lucia; CINTRA, Antonio O. Participação Política. In: **Sistema Político Brasileiro: uma Introdução**. Org: Lucia Avelar e Antonio Octavio Cintra.(2º Ed). UNESP. São Paulo, 2007.
- BAQUERO, Marcello. Democracia Formal, cultura política informal e capital social no Brasil. **Campinas**, Vol. 14, nº 2, novembro, pg.380-413. São Paulo, 2008.
- BRASIL. SENAES/MTE. **Portaria Interministerial nº 127/2008**, no Decreto nº 6.170/2007 e na Portaria MTE nº 586/2008. 2008. Disponível em: <<http://www.agu.gov.br/atos/detalhe/257222>>. Acesso no dia 10 de agosto de 2018.
- CAPINA. **Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa**. 1998. Disponível em: <https://docs.wixstatic.com/ugd/e1b246_84a14f1e29224fcfb8d19708a417a74e.pdf>. Acesso no dia 25 de julho de 2018.
- CRUZ, Danilo U. **Estado, desenvolvimento e política pública: espaços participativos na gestão dos territórios de identidade da Bahia**. Ed, EGBA, Salvador. Bahia, 2015.
- ENDLICH, Ângela M. **Perspectivas sobre o urbano e o rural. Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural** / Maria Encarnação Beltrão Sposito, Arthur Magon Whitacker (organizadores) – 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- FILHO, Pompilio L. **Democracia e Economia solidária: Uma análise dos processos de tomada de decisão em Empreendimentos de Economia Solidária**. UFRGS. Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/54074>>. Acesso no dia 04 de dezembro de 2017.
- FILHO, Genauto C. F. **A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública?** 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v2n1/v2n1a04>>. Acesso dia 15 de junho de 2018.
- GAIGER, L. I. **O mapeamento nacional e o conhecimento da economia solidária**. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/images/resultado/abetgaiger.pdf>>. Acesso em: março de 2018.
- GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOERCK, C. **Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento: sua contribuição para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5197/1/000417714-Texto%2bCompleto-0.pdf>>. Acesso no dia 05 de fevereiro de 2014.
- GOSS, K; PRUDENCIO, K. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2, n 1 (2), p.75-91. Santa Catarina, 2004

GOHN; Maria. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2010. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso no dia 20 de julho de 2018.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Políticas públicas de desenvolvimento do rural no Brasil** / Organizadores Catia Grisa [e] Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015.

INCUBES. **Economia Solidária no Brasil**. 2017. Disponível em:
<<http://www.prac.ufpb.br/incubes/>>. Acesso no dia 02 de junho de 2017.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos – Relatório de Pesquisa**. Brasília, 2016. Disponível em:
<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf>. Acesso em: dezembro de 2017.

JUNIOR, Jeová T.; FILHO, Vitor A. Desenvolvimento Territorial na Bahia: Uma Política Articulada. Fundação Luís Eduardo Magalhães. **Caderno Informativo: Conceitos e Metodologias**. Bahia, 2005.

KRAYCHETE, Gabriel. **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. 2011. Disponível em:
<http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/18_ref_capes/arquivos/arquivo_138.pdf>. Acesso no dia 10 de novembro de 2017.

_____. **Economia popular solidária e transformação social**. Salvador, 2006. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/242674102_Economia_popular_solidaria_sustentabilidade_e_transformacao_social>. Acesso em 12 de dezembro 2018.

LIMA, Jamille S. **Desenvolvimento Territorial e Economia Solidária: das concepções e práticas entre o Estado brasileiro e os coletivos organizados no Território do Sisal-BA**. Bahia, 2012. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/semana_economia/2013/anais-2013/a05.pdf>. Acesso no dia 18 de abril de 2018:

MELLUCCI, Alberto. **Um objeto para os movimentos sociais**. no.17, Junho. São Paulo: Lua Nova, 1989. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n17/a04n17.pdf>>. Acesso em 10 de maio de 2018.

NAGEM, Fernanda A.; JESUS, Sebastiana A. **V Plenária Nacional de Economia Solidária: Trajetória e construção da economia Solidária no Brasil**. IPEA. Fevereiro, 2013. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt54_econ03_vpl_enaria.pdf>. Acesso no dia 20 de fevereiro de 2018.

NIEDERLE, Paulo A.; FIALHO, Marco A.; CONTERATO, Marcelo A. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil - aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600001>.

Acesso no dia 10 de agosto de 2018.

NORDER, Luiz A. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. **A diversidade da agricultura familiar** / organizado por Sérgio Schneider. – 2d. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, (pp. 59-84).

OLIVEIRA, Ildes F. Palestra sobre ensaio do artigo em processo de elaboração intitulado” Territórios de identidades: principias dilemas do processo de gestão”, Seminário sobre Território para turma de elaboração de projetos sociais da organização – DISOP, UEFS. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**. v. 5, n. 2, jul./dez. Bahia, 2015. p. 127-147.

OLIVEIRA, Ildes F.; SANTOS, Robson A.; SOUZA, Jerônimo R.; FILHO, Pedro T. **DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL: A EXPERIÊNCIA DO TERRITÓRIO DO SISAL, ESTADO DA BAHIA, BRASIL**. Bahia, 2015.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: EDUSP: 1996. pg. 12-59.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: A experiência da Itália moderna**. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1996. pg.172-194

SINGER, Paul. Entrevista Economia Solidária. **Estud. av.** vol.22 no.62 Jan.- Apr. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a20v2262.pdf>>. Acesso no dia 10 de novembro de 2017.

_____. **DEZ ANOS DE SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES)**. IPEA. Nº 56. Fev. 2014. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3784/1/bmt56_econ02_dez_anos.pdf>.

Acesso no dia 12 de fevereiro de 2018.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o Território**. USP. São Paulo, 1998.

SCHNEIDER, S. Território, Ruralidade e Desenvolvimento. In: VELÁSQUEZ LOZANO, Fabio. MEDINA, Juan Guillermo Ferro (Editores). (Org.). **Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI**. 1 ed. Editorial Pontificia Universidad Javeriana, v. 1, p. 67-108. Bogotá/Colombia, 2009.

SILVA; Andreia V. **Economia Solidária: Uma Estratégia política de desenvolvimento**. João Pessoa: UFPB, 2010. Disponível em:

<<http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/7339/1/arquivo%20total.pdf>>. Acesso no dia 05 de dezembro de 2017.

SILVA, Celma G. **ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO RECÔNCAVO DA BAHIA: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO PÚBLICO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (CESOL) – RECÔNCAVO**. CCAAB/UFRB. Cruz das Almas. Bahia, 2017.

SILVA, Felipe P. **Desenvolvimento Territorial: A Experiência Do Território Do Sisal Na Bahia**. 2013. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/semana_economia/2013/anais-2013/a05.pdf>. Acesso no dia 20 de fevereiro de 2018.

SILVA, Sandro P; SILVA, Ragilane F. **3ª CONFERÊNCIA AO PLANO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: BALANÇO GERAL DO PROCESSO E PERSPECTIVAS FUTURAS**. IPEA. Fev. 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7821/1/bmt_62_confer%C3%Aancia.pdf>. Acesso no dia 05 de janeiro de 2018.

TEXEIRA; Elenaldo C. **O papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na transformação da realidade**. AATR-BA. Bahia, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000174&pid=S1413-8123201300010002100021&lng=pt>. Acesso no dia 10 de julho de 2018

TOURAINÉ, Alaine. Sociologia e Sociedade (leituras de introdução á sociologia. In: **Os movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2006

VELLOSO, Tatiana R. A trajetória do movimento cooperativista: da vertente de controle estatal para instrumento de promoção de desenvolvimento territorial. In: CRUZ, Danilo Uzeda da. (org). **O Mundo Rural na Bahia: Democracia, Território e Ruralidades**. Feira de Santana – BA: Zarte, 2016. p. 363 – 390.

VASCONCELOS, Albene D.; OLIVEIRA, Karine C.; LIMA, Efsom B.; SANTANA, Edjane O. **Análise do processo de implantação dos Centros Públicos de Economia Solidária - CESOL na gestão pública baiana**. 2015. Disponível em: <http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/gt5/sessao-1/vasconcelos_albene_diciula_piaupdf.pdf>. Acesso no dia 10 de agosto de 2016.

VASCONCELOS, Albene D.; OLIVEIRA, Karine C.; MATOS, Lara S.; SANTANA, Edjane O. **Potencialidades E Limitações Na Execução Dos Centros Públicos De Economia Solidária (Cesol) No Estado Da Bahia**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://banco.consad.org.br/bitstream/123456789/1309/1/POTENCIALIDADES%20E%20LIMITA%C3%87%C3%95ES%20NA%20EXECU%C3%87%C3%83O.pdf>>. Acesso no dia 10 de agosto de 2016.